

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação em História

EDUARDO CARRACELAS LAMELA

**Da instrução dos trabalhadores à *revolução social* – a formação da
Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904**

Niterói

2017

EDUARDO CARRACELAS LAMELA

Da instrução dos trabalhadores à *revolução social* – a formação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Addor

Niterói
2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

L228 Lamela, Eduardo Carracelas.

Da instrução dos trabalhadores à revolução social - a formação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904 / Eduardo Carracelas Lamela. – 2017.

183 f.

Orientador: Carlos Augusto Addor.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

Bibliografia: f. 174-183.

1. Movimentos sociais. 2. Operários. 3. Educação. 3. República, 1889-1930. I. Addor, Carlos Augusto. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

EDUARDO CARRACELAS LAMELA

Da instrução dos trabalhadores à *revolução social* – a formação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Contemporânea.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Augusto Addor (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Renata Torres Schittino (Arguidora)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Samis (Arguidor)
Colégio Pedro II

Niterói

2017

Para mi abuelo José Miguel (*in memoriam*)
quien me enseñó las notas de la libertad.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui minha profunda gratidão aos que se fizeram não só presentes como importantes para a realização deste trabalho.

Aos professores do PPGH-UFF que conheci durante os cursos realizados nesta instituição, agradeço à professora Rita Almico, pelos aspectos econômicos sobre a industrialização na primeira República discutidos em sua disciplina. À professora Sônia Mendonça e o seu concorrido curso referente a produção do conhecimento histórico e a organização do Estado. Ao professor Norberto Ferreras e seu seminário referente à história da América Latina desde um ponto de vista pós-colonial e crítico ao eurocentrismo. À professora Renata Schitino e seu curso sobre justiça, responsabilidade e reparação histórica na modernidade.

Aos funcionários da Universidade Federal Fluminense em geral, que tive a oportunidade e o prazer de conviver durante esta jornada acadêmica.

Aos professores Alexandre Samis e Renata Schittino, novamente, por acompanharem esta pesquisa desde a preparação para a qualificação, apresentando fundamentais contribuições para o prosseguimento desta e escrita da dissertação.

Ao Centro de Cultura Social (CCS-RJ) e a Biblioteca Social Fábio Luz, pelo receptivo acolhimento e também pelo importante acervo libertário disponibilizado amplamente para esta pesquisa por Renato Ramos.

À CAPES pelo apoio financeiro concedido para realização desta pesquisa.

Ao professor Carlos Augusto Addor, orientador e grande apoiador deste trabalho, cujas leituras minuciosas, palavras de incentivo, críticas e sugestões necessárias, enfim pela amizade e atenção ofertados, foram fundamentais.

Não posso deixar de agradecer aos familiares e amigos que representam a estrutura sem a qual o caminho até aqui não poderia ter sido possível.

“A liberdade de pensar fez de todos os homens anarquistas sem sabê-lo.”

(Élisée Reclus)

RESUMO

A Universidade Popular de Ensino Livre foi um projeto de um grupo de anarquistas do Rio de Janeiro que tinha por objetivo a instrução dos trabalhadores. Esta experiência educacional aconteceu no momento considerado como de formação do mercado de trabalho na capital, mas também como um período de efervescência política, principalmente no que diz respeito às lutas sociais amplamente organizadas e travadas pelos trabalhadores nas ruas e nas fábricas. Para os anarquistas, a educação tinha um importante papel na formação do indivíduo, o que garantiria a transformação profunda da sociedade. Experiências como esta, que permeiam o cenário político altamente excludente do período, porém por vias não dominantes, são importantes na tentativa de melhor compreender o momento, marcado por tensões e conflitos, e caracterizado pelas diferentes disputas pelo poder.

Palavras-chave: Revolução Social; Educação Libertária; Primeira República.

ABSTRACT

The Popular University of Free Education was a project of a group of anarchists of Rio de Janeiro that was engaged in the education of workers. This educational experience happened at the time considered as formation of the labor market in the capital, but also as a period of political unrest, especially in regard to social struggles largely organized and fought by workers in the streets and factories. For anarchists, education had an important role in shaping the individual, which would guarantee the profound transformation of society. Experiences like this, that permeate the highly exclusionary political scenario of the period, but not dominant pathways, are important in trying to better understand the period, marked by tensions and conflicts, and characterized by different power struggles.

Keywords: Social Revolution; Libertarian Education; First Brazilian Republic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – SOBRE A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1870-1914)	19
1.1 Economia agroexportadora e origens da industrialização	21
1.2 Condições de vida e trabalho	32
1.3 Experiências de uma cultura associativa em formação	50
CAPÍTULO 2 – ANARQUISMOS E ANARQUISTAS	61
2.1 As ideias anarquistas	63
2.2 Educação e revolução social	83
2.3 Trajetórias de alguns colaboradores da UPEL	97
CAPÍTULO 3 – A UNIVERSIDADE POPULAR DE ENSINO LIVRE (UPEL)	124
3.1 Sobre a ideia de Universidade Popular	126
3.2 Preparação, organização e funcionamento	137
3.3 Intelectuais anarquistas se unem aos trabalhadores na cidade	152
CONCLUSÃO	169
FONTES	173
BIBLIOGRAFIA	174

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a formação da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), por um grupo de intelectuais e trabalhadores predominantemente simpáticos às ideias anarquistas, cujo objetivo fundamental fora a promoção de uma instrução¹ teórica e prática para os operários da cidade.

Esta experiência educacional teve lugar no Rio de Janeiro, então capital do país, no período da Primeira República, mais precisamente em 1904, momento considerado como de formação do mercado de trabalho capitalista no Brasil. Neste período, foi presente a circulação de ideias anarquistas, oriundas principalmente, ao que tudo indica, de imigrantes estrangeiros, mas também ideias estas que foram lidas, apropriadas e ressignificadas pelos brasileiros que às utilizaram conforme demandas específicas da região. Para os anarquistas, especialmente, a educação tinha um importante papel na formação do indivíduo, o que garantiria o sucesso da ambicionada revolução social, ou ainda, a transformação profunda da sociedade. O que se percebe é que experiências como esta, que permeiam o cerrado cenário político do período, porém por vias não dominantes, são importantes na tentativa de melhor compreender o momento, marcado por tensões e conflitos, e caracterizado pelas diferentes disputas pelo poder. Desta forma, este estudo parte da análise da formação da UPEL, para buscar, a partir daí, a compreensão das ideias revolucionárias que possuíam alternativas para a política parlamentar, altamente excludente, do período. Assim sendo, ações como esta, ainda que atuantes no ambiente extraparlamentar, também devem ser entendidas como experiências políticas, organizadas com finalidades e objetivos condizentes com a

¹ Optamos por utilizar aqui, e também no título deste trabalho, o termo *instrução* que, embora exista um denso e controverso debate no campo da pedagogia e da investigação conceitual contemporânea, especialmente no que diz respeito a uma atuação considerada verticalizada, da fala ilustrada da razão, de cima para baixo, de uma classe em favor de outra, figurou no vocabulário dos participantes desta experiência educacional.

prática e os conhecimentos libertários.

Nosso interesse por esta experiência educacional iniciou ainda durante a graduação em história, pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), quando a professora da disciplina obrigatória de história do Brasil Republicano, tratando das principais correntes organizatórias do movimento operário desta época, atentou para o fato de existir uma lacuna historiográfica sobre o tema da formação da UPEL que, embora até apareçam algumas breves referências a ela em obras importantes sobre os movimentos sociais do período no Brasil, e especialmente da cidade do Rio de Janeiro, ainda não existia nenhum trabalho específico sobre a associação. Sendo assim, iniciamos naquele momento nossa pesquisa que resultou na apresentação, como trabalho de final de curso, de um primeiro estudo sobre a UPEL. Em avaliação posterior, consideramos que o assunto poderia ser melhor desenvolvido, tendo em vista a descoberta de novas fontes e reflexões sobre a experiência, e assim construímos este novo projeto de investigação submetido ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Com isso, tentaremos apresentar com este trabalho, que envolve sobretudo novas abordagens teórico metodológicas construídas a partir das discussões realizadas durante os cursos, seminários e outros eventos acadêmicos realizados nestes dois anos de aprendizado, além dos debates fundamentais com o nosso orientador, mais uma modesta contribuição ao conhecimento histórico que se refere à formação do mercado de trabalho na Primeira República, nos anos consecutivamente posteriores à Proclamação, que é apresentado como o período de conformação de uma classe trabalhadora, com suas respectivas associações, no país.

De maneira geral, os trabalhos fazem referência a “efêmera existência” da UPEL, mas de forma bastante superficial, ou ainda, completando o tema da implantação

das “escolas modernas” no país – marco da educação libertária, fundamentado principalmente pelas ideias de Francisco Ferrer e Paul Robin, mas também tema já presente, desde o período da Associação Internacional dos Trabalhadores, como estratégia sindicalista revolucionária. Milton Lopes é quem, contrariando este cenário, apresenta o estudo mais aprofundado sobre a UPEL, sendo com isso um dos nossos principais interlocutores. No capítulo intitulado *A Universidade Popular: Experiência Educacional Anarquista no Rio de Janeiro*, que compõe a obra sobre a história do anarquismo no Brasil, organizada por Rafael Deminicis e Daniel Aarão Reis, o autor apresenta um panorama sobre o momento político anterior ao surgimento da universidade, para em seguida identificar os participantes e colaboradores, propondo uma reflexão sobre o início e o súbito fim da associação. Por ser uma breve incursão no tema da universidade, cujo capítulo tem o formato de artigo, avaliamos que o estudo de maneira alguma se encontra esgotado, carecendo de investigação e de novas reflexões.

O livro *As Esquerdas no Brasil – A Formação das Tradições*, organizado por Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira, possui um capítulo sobre a trajetória anarquista na Primeira República. Neste capítulo de Edilene Toledo, uma breve referência à UPEL é feita no tópico “Anarquismo, Arte e Educação”:

No Rio de Janeiro, o grupo de anarquistas associado ao individualismo esteve ligado à experiência da efêmera Universidade Popular, que tinha como objetivo a instrução e a educação superior do proletariado (TOLEDO *in* FERREIRA; REIS, 2007, p. 73).

A autora, que simplifica em demasia as características distintas e complexas dos variados colaboradores da associação, classificando-os genericamente como um grupo de “anarquistas associado ao individualismo”, destaca ainda que a experiência

“despertou grande entusiasmo entre os anarquistas de São Paulo”, apesar de sua curta duração. Neste estudo uma fonte da imprensa do período é citada para ilustrar os objetivos dos idealizadores com o tema da educação do proletariado, que é a “*Conferência de Elysio de Carvalho*”, publicada no periódico *O Amigo do Povo*, em 23 de abril de 1904. Esta fonte serviu para nós como caminho inicial na busca de informações sobre o período, demonstrando ainda a importância da imprensa como fonte primária das informações, já que os anarquistas usavam principalmente os jornais como meio de divulgar suas ideias.

Outro artigo importante sobre o tema da educação libertária, que também faz uma curta menção a UPEL, foi publicado na *Revista de História* sob o título de “Anarquismo no Currículo”. Neste estudo, José Damiro Moraes nos descreve como este movimento de contestação, espalhado por sindicatos e organizações de trabalhadores, abriu cerca de quarenta instituições de ensino, fundamentados por uma pedagogia inovadora entre 1885 e 1925. Em seguida é feita uma referência à formação da associação: “tentou-se até uma experiência de ensino ‘superior’ (complementar à formação dos trabalhadores), com a criação da Universidade Popular de Ensino (Livre), no Rio” (MORAES, 2009). Enfatiza-se que a experiência, que contava com a “colaboração de vários militantes e de literatos simpatizantes do movimento”, entre eles participantes como Elysio de Carvalho, Fábio Luz, Rocha Pombo, Martins Fontes, Felisberto Freire e José Veríssimo, no entanto, ao contrário das escolas modernas, em geral de existência mais longa, durou poucos meses na cidade.

A historiadora Margareth Rago apresenta a UPEL como “um outro sonho” do pioneiro movimento operário do país que merece ser referenciado. Em seu livro *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*, ela enfatiza que a iniciativa, “organizada nos moldes preconizados por Ferrer y Guardia”, principalmente como centro intelectual,

tinha o objetivo de educar e instruir socialmente o proletariado (RAGO, 1983, p. 161).

Estudando o movimento operário e a educação na Primeira República, Fabiola Angarten Felix, traça um panorama das atividades anarquistas no período, discutindo a importância destas na formação naquele momento de um novo *ideário social*. Aqui, a referência a UPEL é feita da seguinte forma:

Em 1904, um pouco antes do anarco-sindicalismo ser considerado um movimento bastante enraizado no meio operário, a Universidade Popular foi fundada. Uma obra de literatos e intelectuais anarquistas que foi criada para educar trabalhadores. A Universidade Popular deveria ministrar o ‘Ensino Superior Positivo’, que compreende as áreas científicas e filosóficas, e deveria tornar-se um centro de lazer e cultura (FELIX, 2012, p. 8).

O historiador Boris Fausto, também se referiu a UPEL, quando tratava das correntes organizatórias do movimento operário brasileiro, entre elas o anarquismo. Para o autor, a “natimorta” UPEL foi um exemplo da tentativa de se desenvolver uma instrução para os trabalhadores da cidade, com caráter científico, racional e laico, que representava uma crítica as instituições burguesas e a Igreja, e característico do que o autor define, como a tentativa de criação de uma “subcultura anarquista” (FAUSTO, 1986, p. 81).

Estes são alguns estudos sobre o tema que, de maneira geral, apenas fazem uma breve referência sobre a formação da UPEL. Desta forma, o que se pretende nesta pesquisa é compreender esta prática educacional de forma mais específica, para, a partir daí, tentar perceber os ideais que permearam o período no Brasil, que buscavam a formação de uma nova consciência social, fundamentada em valores tais como:

solidariedade, cooperação, igualdade e liberdade. Sendo assim, na tentativa de evidenciar as características destes grupos anarquistas, no contexto da Primeira República, buscamos principalmente seguir os caminhos da chamada *nova história*, por meio de alguns fundamentos da *micro-história*. O que se pretendeu foi uma história vista de baixo, onde perseguimos os indícios deixados por estes grupos sociais - que de alguma maneira buscavam uma maior atuação dos setores operários no cenário político - relacionando, contudo, estes indivíduos ao seu tempo, na tentativa de reconstruir o contexto da época, ou seja, uma história que busca se aproximar do vivido. Este caminho corresponde em parte ao caminho percorrido pelo teórico da micro-história italiana Carlo Ginzburg, que procurou relacionar por exemplo, em seu texto *O queijo e os Vermes*, um indivíduo anônimo (o moleiro Menocchio) com o contexto da época através da ideia da “circularidade cultural”, pesquisando os livros que possivelmente o moleiro teria lido, a partir das listas encontradas em sua casa e citados por ele no processo inquisitorial, para assim identificar o instrumental teórico que Menocchio utilizou para construir suas ideias, com o objetivo de se tentar chegar ao contexto cultural do período. Desta forma, o que se pretendeu, já aqui no nosso trabalho, foi caracterizar este grupo de intelectuais e trabalhadores, predominantemente simpáticos as ideias libertárias, seguindo o caminho do historiador italiano, buscando o “instrumental teórico” utilizado por estes indivíduos, principalmente suas referências teóricas, na tentativa de descrever o ambiente intelectual que fundamentou a ideia de formação de uma Universidade Popular no Rio de Janeiro.

Portanto, para realização desta pesquisa mobilizamos, para além da metodologia pertinente ao campo da história social presente no projeto inicial, algumas outras reflexões teóricas e/ou metodológicas, incluídas a partir das discussões realizadas durante os cursos do PPGH-UFF, e também com o orientador desta pesquisa. São elas,

as contribuições teóricas contidas no pensamento de Michel-Rolph Trouillot sobre os movimentos massivos de bens, populações e capitais. Utilizamos também às contribuições do campo da cultura como as contidas no pensamento de Kwame Anthony Appiah sobre as “revoluções nos códigos morais” e de Edward Said sobre o papel dos intelectuais em desconstruir os mecanismos de dominação, ou seja, na proposta deste autor, um “movimento moral”, de “desalienação”. Além de alguns métodos propostos pelo sociólogo Pierre Bourdieu para identificar as “características de posição” destes intelectuais atentos às questões sociais de sua época; e reflexões de Noam Chomsky sobre a responsabilidade e o papel político dos intelectuais.

Quanto às fontes primárias que investigamos, buscamos principalmente os periódicos onde os chamamentos, anúncios de reuniões e conferências, estatutos, a listagem dos membros da Universidade são expostos. Cabe ressaltar que a ferramenta Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional contribuiu enormemente para a viabilidade da pesquisa tendo em vista que muitos dos jornais já se encontram disponíveis online, especialmente aqueles onde referências à UPEL foram encontradas. Periódicos operários relevantes também estão disponíveis no acervo microfilmado da Biblioteca Nacional, onde conferências e palestras que aconteceram na associação foram transcritas. Outra fonte relevante foram os romances de cunho social, que apresentam características e ideias compartilhadas pelos colaboradores da UPEL, como é o caso das obras de Fábio Luz, importante fundador da associação.

De maneira geral, o que se propõe como hipótese investigativa é que este grupo de intelectuais simpáticos aos ideais libertários possuía, ou ainda, estaria construindo um projeto político para o país nos primórdios da República. Estes indivíduos buscavam uma revolução social que quebrasse com as oligarquias que dominavam o cerrado cenário político do período. Para estes, a única forma possível para ampliar a

participação política seria via educação. Esta seria a grande responsável pela transformação da sociedade. Neste sentido, o exemplo da UPEL se apresenta como uma forma de ação libertária que buscava a transformação da sociedade começando pela transformação nas bases, ou seja, a instrução profunda dos trabalhadores.

Sendo assim, para o capítulo primeiro, nosso objetivo geral é contextualizar o momento em que a ideia de formação da UPEL surgiu, trazendo tanto os aspectos econômicos característicos do período agroexportador do país, relacionados com o surgimento da indústria no mundo urbano da cidade do Rio de Janeiro, como também os aspectos sociais da formação do mercado de trabalho nesta região, em transição para o capitalismo, especificamente as condições de vida e de trabalho na então capital, apresentando inclusive algumas experiências associativas dos trabalhadores neste período. Quanto às fontes que foram analisadas, utilizamos especificamente as publicações de periódicos sobre os aspectos da greve dos operários do setor têxtil, no Rio de Janeiro em 1903, além de alguns dados referentes à chegada de imigrantes, números de greves, e à outros aspectos econômicos do período, presentes na bibliografia.

Já no segundo capítulo, pretendemos apresentar alguns conceitos gerais sobre o pensamento anarquista, circulantes no período de formação da UPEL, discutindo principalmente os aspectos concernentes ao que se compreendia como “instrução integral”, presentes também, nos projetos das escolas modernas de Francisco Ferrer Y Guardia. E ainda, refletir sobre a atuação e os objetivos destes colaboradores anarquistas que, ao pensar em uma universidade para trabalhadores, buscavam a transformação profunda da sociedade via educação. Nomes como Elysio de Carvalho, Rocha Pombo, Fábio Luz e Curvelo de Mendonça, são alguns exemplos destes participantes, que terão suas atuações políticas na Primeira República discutidas por nós, principalmente dentro

do conceito de “revolução social”, defendido por estes. Quanto às fontes, para além das obras anarquistas que fizeram parte do instrumental teórico utilizado pelos colaboradores da UPEL, analisamos as trajetórias dos participantes a partir das obras literárias de cunho social produzidas por estes no momento de formação da Universidade.

Para o capítulo terceiro, discutiremos com mais propriedade os motivos que levaram a estes intelectuais da cidade do Rio a se unirem aos trabalhadores neste projeto que buscava a mudança de sociedade ou a “revolução social”. Além disso apresentaremos os aspectos mais factuais sobre o surgimento da associação, como o seu planejamento e organização, a partir das publicações encontradas em diferentes periódicos sobre estatutos, cursos, palestras, professores e outros eventos. A ideia é analisar as fontes de jornais sobre a UPEL, conforme iam sendo publicadas no ano de 1904, demonstrando assim o dia a dia da experiência, desde o momento em que surge a ideia de formação, até o definitivo fechamento. Portanto, quanto às fontes trabalhadas, exploramos principalmente os periódicos onde os chamamentos, anúncios de reuniões e conferências, estatutos, a listagem dos membros da UPEL são expostos, jornais como *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *O Paiz*, onde referências à ela foram encontradas.

Finalmente, apresentaremos sobretudo, impressões e avaliações sobre a experiência de formação da UPEL em relação com o ensino libertário de maneira geral, não deixando de indicar possíveis caminhos ou questionamentos acerca desta investigação, em certo sentido também militante, ou seja, que, assim como os que pensaram, em 1904, em melhorias nas condições sociais, também está comprometida com a realização de uma sociedade futura mais justa, livre e igualitária.

CAPÍTULO 1 – SOBRE A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1870-1914)

Pretende-se neste capítulo apresentar uma discussão sobre a formação do mercado de trabalho entre finais do século XIX e início do XX, na cidade do Rio de Janeiro, associado às origens da indústria, com o objetivo específico de contribuir com a contextualização do período em que a ideia de formação de uma associação comprometida com a emancipação dos trabalhadores, e contra as diferentes formas de injustiças sociais, observadas naquele momento pelos participantes, germinou e se tornou viável.

Consideramos importante, desde já, definirmos precisamente o recorte tanto no espaço quanto no tempo desta pesquisa. Sendo assim, tendo em vista que trataremos, a título de estudo de caso, de uma experiência associativa de um grupo de anarquistas no alvorecer da República, definimos como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, que neste momento concentrava um grande número de trabalhadores, onde a formação do mercado de trabalho estava relacionada ao processo de dinamização e modernização da economia cafeeira, mas também da indústria e do comércio, associado à modernização urbana. Quanto ao recorte temporal, definimos como ponto inicial a década de 1870 por considerarmos que a partir daí algumas características econômicas podem ser consideradas como fatores catalisadores específicos do longo processo de desenvolvimento industrial em transição para o capitalismo no Brasil. Já o ano de 1914, definimos como recorte final por representar um novo momento de reordenação econômica do país, com características específicas para a fase ulterior, conforme os impactos da Grande Guerra, o que se estenderia para além do nosso objeto de estudo.

Para realização de tal análise, para além das delimitações no tempo e espaço apresentadas, também selecionamos aspectos que de alguma forma se relacionam com a formação da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), tendo em vista a complexidade do tema da formação do mercado de trabalho na capital, deveras amplo e que, por si só, já extrapolaria o formato deste estudo se fosse amplamente discutido. Neste sentido, apresentaremos inicialmente um panorama sobre as características gerais da economia agroexportadora, setor (excessivamente) predominante no conjunto do sistema econômico do período em questão – 68% conforme dados do censo de 1907. Trataremos também das diferentes explicações sobre as origens da industrialização, interpretações muitas vezes contraditórias tendo em vista os locais de produção. Em seguida, abordaremos os aspectos sociais da transição para o mercado de trabalho capitalista na cidade do Rio de Janeiro, especificamente as diferentes lutas travadas no mundo do trabalho que refletiam transformações importantes no cotidiano dos trabalhadores, principalmente no contexto urbano da capital.

Convém destacar ainda que concordamos com HOBBSAWM (2013) sobre a importância da aproximação entre o estudo dos mecanismos econômicos e dos outros fatores sociais, considerados como condicionantes para o comportamento dos agentes constituidores daqueles mecanismos. Sob a imagem de que afastada da história, a economia é “um navio desgovernado”, considerando portanto que a teoria econômica pode até facilitar a escolha entre decisões políticas mas que, no entanto, não significa que estas serão positivas, o autor enfatiza a importância de se desenvolver a perspectiva histórica, próxima aos homens e ao vivido. Para Hobsbawm, “uma desvantagem óbvia da economia como matéria que lida com o mundo real é o fato de que ela seleciona como 'econômicos' alguns e apenas alguns aspectos do comportamento humano e deixa os demais para outrem” (HOBBSAWM, 2013, p. 157). Portanto, não só podemos como

devemos utilizar os métodos, técnicas e discussões econômicas, o que não podemos é nos confinarmos a eles em um estudo social, composto tanto de análises mas também de explicações, onde “a economia é sempre historicamente específica”. Em linhas gerais, concordamos com o autor quando este enfatiza que separar os fatores econômicos dos não econômicos significa abandonar a análise histórica, mas também abandonar a própria dinâmica da economia.

1.1 Economia agroexportadora e origens da industrialização

Para o período em questão, temos como característica fundamental do conjunto da economia a preponderância do setor de exportações, onde o crescimento econômico do país estava intimamente relacionado com o comportamento do setor externo, ou seja, uma economia vinculada estruturalmente ao mercado internacional. Dentro deste contexto, a produção fluminense concentrava cerca de 60% do total das exportações ainda na década de 1870, sendo caracterizada de maneira generalista pelo “predomínio e hegemonia da burguesia do café no plano interno e sua dependência do capitalismo internacional no plano externo” (FAUSTO, 2006, p. 2015).

Segundo SUZIGAN (2000), a partir da segunda metade do século XIX a economia brasileira experimentou uma jornada de progresso, até pelo menos a década de 1920, crescimento este fundamentado pela expansão do setor agrícola exportador. Os principais produtos básicos que compunham a cesta nacional oferecida no mercado externo eram: a borracha, oriunda da produção amazônica; do Nordeste e parte do Norte, açúcar, algodão, fumo e cacau; do Sul, mate, couros, peles e charque; e do Sudeste, o mais dinâmico e mais importante produto de exportação, o café. Neste sentido, por ser condicionado por fatores externos, ou seja pelas flutuações do mercado internacional, onde as crises e depressões nas economias dos países centrais acarretam

impactos relevantes no nível da atividade interna, dentro do processo de reprodução da economia as exportações constituem a variável determinante para a formação de renda interna, em um contexto de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. Veremos em detalhes como a diversificação e a modernização das atividades econômicas internas foram estimuladas pela expansão do setor exportador, especialmente pelo café, resultando em importantes mudanças sociais.

Analisando o desenvolvimento da indústria de transformação, este entendido como o ramo principal no conjunto da atividade industrial para o período anterior à Primeira Guerra Mundial, Wilson Suzigan nos fornece um panorama das mudanças na economia interna relacionadas à expansão das exportações. Primeiramente, as exportações atuaram como efeito multiplicador da renda interna, ampliando tanto o tamanho do mercado interno como a própria demanda por bens de consumo, insumos, máquinas, equipamentos, entre outros, que de alguma maneira precisaram ser, alguns deles, produzidos internamente. O sistema de transportes também foi incrementado com a construção de ferrovias e melhorias na maquinaria dos portos, onde uma maior integração do mercado interno estaria relacionada aos novos investimentos em infraestrutura. Além disso, a expansão da economia de exportação aumentou a monetização da economia, importante em um momento de transição para uma economia de mercado, estimulando o desenvolvimento de um sistema bancário, de um mercado de trabalho em transição do escravismo para a forma assalariada, crescentemente incrementado por migrantes, ou seja, um momento de estímulo para a acumulação de capital que, por sua vez, se relaciona com o surgimento de uma classe rentista empresarial (SUZIGAN, 2000, pp. 17-18).

É importante acrescentar que existem diferentes interpretações, muitas delas contraditórias, sobre as origens da industrialização a partir de uma economia

fundamentalmente agrícola exportadora. O que se propõe comumente é que os créditos excedentes da economia cafeeira acabaram por impulsionar os outros setores, contribuindo com o desenvolvimento industrial do país. Assim, São Paulo, que futuramente seria considerado o “modelo” de industrialização brasileira, acabaria por impulsionar o desenvolvimento industrial, por meio dos capitais excedentes da economia cafeeira. Contudo, não contestamos o valor desta explicação, apenas consideramos esta proposição um tanto parcial, tendo em vista que, por ser de certa forma generalizante, não dá conta das especificidades ou diferenças importantes que se estabeleceram no processo de modernização ou dinamização da economia na cidade do Rio e em São Paulo, bem como em outras regiões do país. SAES (1989) analisa as controvérsias acerca da industrialização na Primeira República, argumentando que predomina o caráter ambíguo nas relações entre café e industrialização. O autor propõe que as polêmicas sobre a industrialização na Primeira República – que comportam as teses que defendem que a industrialização brasileira é motivada pela crise do setor exportador e a subsequente intervenção do Estado na economia (conhecida como “teoria dos choques adversos”) e aquelas que entendem ser a expansão das exportações o elemento impulsionador da indústria (“industrialização induzida pelas exportações”) ou ainda teses que comportam ambas as teorias agrupadas – não se restringem a aspectos puramente acadêmicos, servindo, conforme o contexto do período, de apoio a propostas e posicionamentos políticos no campo da administração econômica do país.

O fundamento principal de análise interpretativa conhecida como “teoria dos choques adversos” sugere que a origem da industrialização se relaciona com as dificuldades de importação em períodos de crise no setor exportador, principalmente nos contextos da Primeira Guerra, da Grande Depressão de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. Como resposta aos “choques” na economia das grandes potências,

internamente a economia do país teria se reestruturado para atividades substituidoras de importações, sendo também beneficiada por políticas de crédito expansionistas. Uma versão é considerada mais “extrema” por tentar apresentar uma teoria de aplicação geral, onde, a partir da análise dos impactos da Grande Guerra no Brasil, os observadores afirmaram que frente às dificuldades impostas às importações, como preços mais altos e até indisponibilidade de produtos, a indústria de transformação reagiu positivamente, se organizando para produzir estes produtos. Posteriormente, tentou-se aplicar este modelo de explicação para outros momentos de “choque” na economia internacional como o *crash* da bolsa em 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Quanto a estas teorias, atribui-se importante relação com a interpretação característica do desenvolvimento em países considerados pela época como subdesenvolvidos, ou de “terceiro mundo” pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Em linhas gerais, a CEPAL analisou as relações econômicas no plano do mercado internacional entre países de centro, industrializados, e os países da América Latina, considerados periféricos, em um contexto de inserção destes países na Divisão Internacional do Trabalho, ou seja, exportando produtos primários para as economias centrais, que por sua vez exportavam produtos manufaturados para os países periféricos. Uma outra versão, menos generalista, considera pelos padrões acima como choque adverso apenas o momento da crise do café e da Grande Depressão dos anos 1930. Contudo, principalmente a versão extrema da teoria dos choques adversos vem sendo criticada como interpretação verificável para o desenvolvimento industrial no Brasil a partir da relativização dos efeitos diretos dos choques sobre a produção industrial, que se relacionam também com as transformações na economia em anos anteriores, além da observação de momentos de crescimento industrial durante os ciclos de expansão das exportações. Além disso, a grande distinção entre os padrões de desenvolvimento da

indústria no país é delimitada temporalmente pelos momentos anterior e posterior à crise do café, onde antes de 1930 o crescimento industrial é principalmente resultante da expansão do setor exportador e o conseqüente aumento da renda interna, e após 30 a característica é uma industrialização substitutiva de importações, estimulada tanto pela recessão econômica no plano externo quanto pelas políticas econômicas internas que buscavam contornar a crise (SUZIGAN, 2000, pp. 25-30). Como nosso objeto de pesquisa se encontra no primeiro momento descrito, trataremos agora da interpretação específica para este momento.

Para o período anterior aos anos 30, o que se observa é uma interdependência, e não antagonismo, entre a acumulação de capital via expansão do setor exportador e o desenvolvimento das atividades industriais a nível interno. O argumento gira em torno da ideia de que o crescimento da renda oriundo das exportações ampliou o mercado para produtos manufaturados, ativando assim a produção interna de bens de consumo para suprir a própria demanda do país, ocupando gradativamente os mercados antes supridos pelas importações. Como consequência, o crescimento da produção industrial se tornou dependente da ampliação do mercado interno que, por sua vez, dependia da continuidade das exportações, principalmente do café. Desta forma, este crescimento era limitado pois, devido à sua organização ainda não completamente diversificada, dependia fundamentalmente do desempenho da economia exportadora, da qual o desenvolvimento industrial fora considerado apenas sua extensão. Para Suzigan, a forma como o comércio do café estimulou, ou “lançou as bases”, para o desenvolvimento industrial pode ser entendido, a partir das contribuições de Dean e Nicol, por um conjunto de razões:

Em primeiro lugar, ao promover a monetização da economia e o

crescimento da renda interna, o café criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o desenvolvimento de estradas de ferro e o investimento em infraestrutura, ampliou e integrou este mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e, em quarto, ao promover a imigração, aumentou a oferta de mão de obra. Além disso, a exportação do café supria os recursos em moeda estrangeira para a importação de insumos e bens de capital para o setor industrial (SUZIGAN, 2000, p. 33).

Outra contribuição importante para o estudo do desenvolvimento da indústria no período em questão se encontra na análise que considera as especificidades da evolução do capitalismo no Brasil, conhecida genericamente como a ótica do “capitalismo tardio”. Discutindo principalmente a expansão da economia exportadora em São Paulo esta interpretação, que pode ser considerada uma revisão da análise cepalina, ou seja, que considera o crescimento específico para uma economia “periférica”, entretanto, propõe o desenvolvimento industrial como um desenvolvimento capitalista onde em primeiro lugar fatores internos foram determinantes, transportando para o segundo plano a importância dos fatores externos. Neste sentido, rejeita-se o caráter completamente “reflexo” atribuído para as economias latino-americanas pela Cepal, em substituição pelo conceito de dependência, nas palavras de Suzigan:

Assim, salientando que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado na economia primário-exportadora marca a emergência de um novo modo de produção – capitalista –, a ótica do capitalismo

tardio substitui a tradicional dicotomia fatores externos *versus* fatores internos como motores do crescimento, por uma interpretação que visualiza o crescimento industrial como primordialmente um resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa (SUZIGAN, 2000, p. 35).

Dentro desta interpretação, se enfatiza o caráter transitório de uma economia colonial para uma economia mercantil estruturada pelo trabalho cativo e, posteriormente, para uma economia capitalista exportadora, onde nesta última fase, principalmente entre as décadas de 1880-1920, é que se origina e se consolida o capital industrial, a reboque do rápido processo de acumulação de capital no setor exportador. No entanto, mesmo sendo o capital industrial entendido como “extensão” do capital exportador cafeeiro, onde este acabou criando condições favoráveis para a ampliação do capital da indústria, esta relação entre a expansão das exportações e o crescimento da indústria foi não-linear, sendo afetada inicialmente em momentos de crise no setor exportador, mas com a própria dificuldade de importar em um contexto de crise, que acaba protegendo o mercado interno, a produção industrial se recupera. Além disso, considera-se também esta relação como contraditória tendo em vista a subordinação do capital industrial ao cafeeiro, que por sua vez se subordina ao capital internacional. Novamente Suzigan explica:

O capital industrial depende do capital cafeeiro em dois aspectos cruciais: para gerar a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais, assim como bens de salário para reprodução da força de trabalho, e para criar um mercado para produtos

industrializados. O capital cafeeiro, por sua vez, dependia da demanda externa por café. Embora a rápida acumulação de capital cafeeiro estimulasse a acumulação de capital industrial, esta era contraditória à acumulação de capital cafeeiro (o qual é predominantemente mercantil) e à posição subordinada da economia brasileira na economia mundial, posição esta que implicava a especialização da economia brasileira na produção de produtos primários para exportação, na divisão internacional do trabalho (SUZIGAN, 2000, p. 37).

Conclui-se que o específico desenvolvimento do capitalismo no Brasil fundamentado pelas exportações de café, ao mesmo tempo que estimulava a industrialização, acabou impondo certos limites a este desenvolvimento. Portanto, um crescimento subordinado à acumulação internacional de capital, onde as indústrias que se estabeleceram internamente foram principalmente as de bens de consumo, tendo em vista que os bens de capital eram importados das economias centrais, deve ser levado em conta para entender o crescimento industrial como parte integrante do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo no país. Este padrão de acumulação de capital via exportação de café somente começaria a se modificar primeiramente com o choque da Primeira Guerra, e com mais vigor, com o choque do café e da Grande Depressão de 1930, que acelerou o processo de autonomia da produção industrial, com um caráter substitutivo de importações, transformando uma economia de exportação em uma estrutura produtiva mais diversificada. Neste sentido, levando em conta a importância das características do desenvolvimento anteriores às crises, cabe ressaltar que o efeito mais importante dos “choques adversos” como catalisador do processo de industrialização seria “sinalizar a lucratividade da produção manufatureira para o

mercado interno” (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 8).

Para o caso específico do Rio de Janeiro, Maria Barbara Levy nos apresenta um panorama sobre o processo de transição para a produção industrial capitalista na cidade. Segundo a autora, este processo de crescimento industrial possui aspectos característicos que não podem ser entendidos a partir do modelo paulista, onde o estudo dos casos regionais permite rechaçar em certo ponto os conhecimentos generalistas acerca da industrialização no país. A partir da segunda metade do século XIX até as vésperas da Grande Guerra, em um momento que tem início o declínio econômico da lavoura cafeeira fluminense, é que se verifica o período de grande expansão da indústria na capital. Veremos em seguida os detalhes.

Primeiramente se enfatiza que o processo de industrialização, ou a aceleração deste processo no momento anterior a 1930, não dependeu da destruição dos mecanismos econômicos tradicionais ligados à produção, o que se observa é uma “relação mutuamente fortificante” (LEVY, 1994, p, 27) entre setores exportadores e a nascente indústria. Neste sentido, a autora pretende investigar os mecanismos internos que foram relevantes para a transição para uma economia capitalista, em especial as condições de formação do setor industrial. Cabe destacar a inquestionável liderança da indústria do Rio de Janeiro para o período anterior ao choque do café, no entanto, conforme a própria Levy destaca, fator também relevante para a realização desta análise foi o “inconformismo com a contumaz generalização da experiência paulista, como a via paradigmática de industrialização brasileira” (LEVY, 1994, p. 28).

A cultura do café, que ocupara lugar de destaque na produção agrícola a partir de 1830, utilizando mão de obra escravizada em grandes porções de terra do vale do Paraíba, possibilitou a produção de gêneros de abastecimento e uma melhor integração do mercado interno, onde a própria organização da produção acabou criando um fluxo

regular de produtos de primeira necessidade, lançando as bases de um “circuito monetário integrado”. Todas estas atividades, que necessitavam de crédito para investimentos, colaboraram para a criação de um sistema bancário que tinha por interesse principal o comércio atacadista de importações – o Banco Comercial do Rio de Janeiro, considerado o primeiro banco emissor bem sucedido foi fundado já em 1838 como sociedade anônima (LEVY, 1994, p. 38). Além disso, um conjunto de medidas institucionais de meados do século XIX contribuíram com o processo em curso de crescimento e integração do mercado e de acumulação de capital na cidade, promovendo um rearranjo da economia, entre elas estão a Tarifa Alves Branco (1844), a Reforma Monetária (1844) e, em 1850, a Abolição do Tráfico Internacional de escravos, o Código Comercial e a Lei de Terras. Sobre esta última especificamente, Levy argumenta que seu principal resultado foi transformar a terra em uma mercadoria, integrada portanto ao funcionamento de uma economia em transição para o capitalismo:

O ano de 1850 é de tal forma assinalado por importantes medidas de caráter jurídico-político que se impõe como um marco no processo de transição pelo qual passava o país. Até então o Brasil apenas se ajustara ao capitalismo internacional; a partir daí, estrutura novos princípios de direito que interferem diretamente sobre a propriedade e, conseqüentemente, sobre o caráter capitalista da acumulação (LEVY, 1994. pp. 51-52)

Outro aspecto importante para o entendimento do crescimento industrial no Rio de Janeiro diz respeito justamente ao período de hipertrofia econômica da cidade e da perda da hegemonia da capital como exportadora de café a partir de 1870. Os fatores que contribuíram com a crise são bastante conhecidos como a escassez de novas terras

“virgens”, as dificuldades de mão de obra e a própria desvalorização das terras e escravos, que para os proprietários significava o acesso ao crédito. No entanto, foi justamente neste momento que se inicia uma produção fabril, com subordinação do trabalho ao capital e mecanização da produção, tendo destaque o ramo têxtil. Desta forma, ao mesmo tempo que perdia gradativamente espaço no comércio do café, a cidade ganhava espaço com a distribuição pelo país dos produtos importados e também daqueles produzidos internamente, tendo início neste momento sua liderança industrial, ou seja uma alteração na função portuária da cidade:

A partir dos primeiros sinais da decadência da atividade exportadora de café, em 1870, até seu desfecho em 1888, a participação do Rio de Janeiro no total das exportações brasileiras manteve uma média de 47%, enquanto participava em média com 54% das importações (LEVY, 1994, p. 134).

Cabe ressaltar que o Rio de Janeiro de finais do século XIX continha um mercado de considerável grandeza, centro financeiro e comercial, com um dos maiores portos do mundo, além de centro político. Para Maria Barbara Levy, o Rio de Janeiro se beneficiou por diferentes motivos de sua condição administrativa de capital. A sua condição de porto distribuidor, mas também centro político, foram importantes para o surgimento de uma burguesia urbana – em maior grau quando se compara com outras cidades –, alterando desta forma a composição de classes no poder. Segundo a autora, inclusive, o mercado financeiro já se encontrava bastante ativo no momento de proclamação da República, propondo com isso que a notável autonomia da indústria carioca em relação ao setor exportador, conforme a manutenção do padrão de investimentos neste período, deve ser entendida através da acumulação intensa de

capital comercial na comunidade mercantil. Em outros termos, deve-se considerar a relação entre o desenvolvimento industrial e as exportações de café como uma relação complexa, não linear, onde as vantagens “herdadas” pelo sucesso da atividade exportadora possibilitaram, contraditoriamente, a própria autonomia da indústria em ascensão na cidade.

Contudo, em linhas gerais, o que se observa são profundas mudanças na sociedade em questão, principalmente com a degenerescência da escravidão ao final da década de 1880. A vinda maciça de imigrantes, a generalização do trabalho livre, a própria expansão das atividades econômicas, a ampliação do mercado e a consequente formação de um mercado de trabalho, compõem de maneira geral as condições sociais da transição para o sistema capitalista. Neste sentido, por concordarmos que “a cronologia do desenvolvimento não pode ser reduzida a uma curva de taxas de crescimento variavelmente ascendentes” (HOBSBAWM, 2013, p. 175), trataremos agora dos aspectos sociais da formação do mercado de trabalho no Rio de Janeiro para o período em estudo, especificamente as condições de vida e de trabalho na cidade, relacionando com a formação da Universidade Popular de Ensino Livre.

1.2 Condições de vida e de trabalho

Na Historiografia que trata do período de formação do mercado de trabalho e da República no Brasil, o ano de 1904 é geralmente associado ao tema das greves e revoltas populares, bem como, mais especificamente, à historiograficamente conhecida Revolta da Vacina. O momento em questão é apresentado como um período de efervescência política, principalmente no que diz respeito às lutas sociais amplamente organizadas e travadas pelos trabalhadores nas ruas e nas fábricas. Dentro deste contexto, a aprovação da Lei da Vacina foi apenas o estopim para as manifestações que

se intensificaram no mês de novembro do referido ano, refletindo assim a insatisfação generalizada com as variadas medidas autoritárias impostas aos trabalhadores pelo governo e/ou governantes. Os embates entre os revoltosos e forças do governo culminaram com a declaração de estado de sitio, deixando mortos e feridos pelo centro do Rio de Janeiro.

Contudo, trataremos neste estudo de uma associação criada no início de 1904 e, portanto, um pouco anterior ao estopim da Revolta da Vacina. Sendo assim, a possível relação desta revolta com a atividade que está sendo investigada, por carecer de pesquisas, ainda não pôde ser comprovada. O trabalho do historiador está e estará sempre por fazer, as pesquisas nunca cessam. Saber o que exatamente, e de que forma, aconteceu naquele período, como uma verdade inquestionável, é ilusório. Entretanto, com pesquisas e uma metodologia histórica, que não deixa de beber em outras fontes, como a sociologia ou a antropologia, acreditamos que se torna viável, ao menos, uma aproximação do que possivelmente ocorreu naquele momento. Desta forma, tentaremos apresentar com este estudo uma pequena contribuição ao conhecimento histórico que se refere à formação do mercado de trabalho na Primeira República, nos anos consecutivamente posteriores à Proclamação que é comumente apresentado como o período de conformação de uma classe trabalhadora, com suas respectivas associações, com o Rio de Janeiro, desde meados do século XIX até pelo menos a segunda década do XX, reunindo a maior concentração operária do país (FAUSTO, 1986. p. 14).

A realização da República, assim como a anterior Monarquia, deixava “de fora” aqueles homens e mulheres cuja infelicidade era reflexo do seu pertencimento de classe, da triste realidade dos que trabalham, dos despossuídos. O termo é autoexplicativo: “Proletários”, nada além de sua prole. Desta forma, alguns anarquistas da capital observaram que a mudança do regime de governo, na prática, no “mundo do trabalho”,

não representou uma melhoria na vida destas pessoas. Os problemas sociais ainda perduravam, a “troca” do regime se deu apenas entre os que governavam, ou melhor, entre frações dos grupos dominantes. “Café com Leite”, “Política dos Governadores”, “Voto de Cabresto”, “Coronelismo”, são termos definidores do ambiente político da Primeira República, e não podemos nos esquecer do ambiente social: o “bota abaixo”, que levava, aos olhos e “vivas” das elites, os “problemas”, as “classes perigosas”, leia-se os pobres, para longe. É dentro deste contexto que devemos pensar a atitude de um grupo de intelectuais, predominantemente anarquistas, que, no início de 1904, se organizaram para promover a emancipação dos trabalhadores que, mesmo após a abolição da escravidão e a Proclamação da República, ainda se encontravam reféns dos grupos possuidores e governantes.

Em linhas gerais, a cidade do Rio de Janeiro no momento imediatamente posterior à abolição, ou seja, de formação do mercado de trabalho na República, reunia contingentes populacionais em proporção superior às necessidades das indústrias e do comércio, que era constantemente incrementado por imigrantes estrangeiros, migrantes internos e libertos. Esta população acabava se sujeitando a receber baixos salários, que comprometiam ainda mais as precárias condições de existência nos cortiços da cidade. No entanto, é importante salientar não só as diferenças entre o processo de expansão e modernização da economia entre o Rio de Janeiro e outras regiões, como também as próprias distinções entre o mundo rural e o urbano. Neste sentido, como nosso objeto de estudo se encontra especificamente no mundo urbano cidade do Rio de Janeiro, retornamos para a cidade do Rio, então capital do país e sede da referida Universidade Popular.

Diferente de São Paulo – não deixando de levar em conta que neste momento existia no Estado um processo de modernização urbana e industrial, porém em

proporções inferiores –, inicialmente no Rio de Janeiro a formação do que se convencionou chamar de “mundo do trabalho” foi marcada pela maior concentração de fábricas e operários, mas também pelo desenvolvimento substancial dos setores relacionados ao comércio e à circulação de capitais. Para Marx, conforme destacado por Silva, a expansão do comércio tem um papel determinante no desenvolvimento do modo de produção capitalista ou, ainda, pode ser indicada como uma “condição histórica” para este desenvolvimento:

(...) o comércio exerce uma certa influência sobre as comunidades entre as quais ele é realizado; ele submete cada vez mais intensamente a produção ao valor de troca, fazendo com que o prazer e a subsistência dependam mais da venda do que do consumo direto dos produtos. Desse modo ele desagrega as antigas condições. Ele aumenta a circulação do dinheiro. Ele não se limita simplesmente a se apoderar da excedente da produção, mas pouco a pouco ele ataca a própria produção, e coloca sob a sua dependência setores inteiros da produção (MARX *apud* SILVA, pp. 29-30).

Além disso, Silva propõe que o rápido desenvolvimento do mercado de trabalho deve ser compreendido não apenas pelos fatores relacionados à abolição progressiva da escravidão, mas fundamentalmente pelas razões ideológicas e relações de produção referentes ao estágio de desenvolvimento do capital e, no caso em estudo, levando em conta as características específicas da transição capitalista em regiões que se encontram em uma posição subordinada na economia mundial:

Para que o trabalhador venda sua força de trabalho ao capital, é

necessário que ele não possa viver senão da venda de sua força de trabalho, isto é, que ele seja despossuído de todo meio de produção. Essa condição material é uma condição primeira do desenvolvimento do capital. Mas é necessário ainda que o trabalhador esteja disposto (ideologicamente) a vender sua força de trabalho e que ele não prefira, à condição de assalariado, a miséria e a mendicância. Ora, dado que os fundamentos ideológicos e políticos da produção capitalista são ao mesmo tempo condições e resultados da reprodução do capital, nas origens da produção capitalista a coação e a violência ocupam sempre uma posição determinante (SILVA, 1976, p. 45).

Sidney Chalhoub apresenta dentro deste panorama os conflitos que envolviam os membros da classe trabalhadora no Rio de Janeiro de inícios do século XX, destacando a “importância das rivalidades étnicas enquanto expressões das tensões provenientes da concorrência da força de trabalho” (CHALHOUB, 2001, p. 59). Estes conflitos entre brasileiros e imigrantes demonstravam as condições precárias do mercado de trabalho capitalista em formação. Segundo o autor, estas rivalidades raciais e nacionais são reelaboradas pelos trabalhadores que lutavam pela sobrevivência no período pós-Abolição dentro de um contexto mais amplo de transição para a ordem burguesa na cidade.

Cabe ressaltar que este processo histórico por que passou a cidade no período republicano apresentou um traço de continuidade no que se refere à subordinação social do negro às classes dominantes, ou seja, este passou de escravo a trabalhador livre permanecendo em sua posição relativa na estrutura social. O que existia era uma clara predisposição das classes dominantes em reconhecer o imigrante como o agente responsável para acelerar a modernização do país em oposição ao negro, considerado

um mau trabalhador por fazer parte de uma “raça degenerada”. Desta forma, estes últimos encontravam-se impossibilitados de conseguir emprego nas áreas mais dinâmicas da economia na cidade, como no comércio, dentro de um quadro hierárquico onde a cidade parecia estar dividida em dois mundos: a rigor o mundo do trabalho em oposição ao mundo da ociosidade e do crime. Claro que este último era o mundo dos pobres e/ou libertos, já que a ociosidade só era considerada um desvio moral quando esta estava associada à pobreza – lembramo-nos que o ócio das elites governantes ou intelectuais é não só aceitável como justificado, tendo em vista que estes promovem (ou deveriam) o bem da sociedade em geral. Como propõe Chalhoub, esta concepção sobre o liberto, que caracterizava o pensamento da classe dominante, nada mais era do que uma “construção ideológica que visava atender às necessidades desta classe de controlar e disciplinar a força de trabalho num momento crucial da transição para uma ordem capitalista no país, especialmente no sudeste” (CHALHOUB, 2001, p. 83).

Sendo assim, é dentro de um contexto de pauperização e de degradação das condições sociais, características estas inerentes ao modelo de transição para o capitalismo que marcaram a formação do mercado de trabalho no país, que podemos pensar a recepção das ideias anarquistas entre os trabalhadores e também intelectuais do período como um fenómeno relacionado às péssimas condições de trabalho, onde a cultura associativa se tornava necessária, manifestando-se em experiências aglutinadoras dos trabalhadores empobrecidos como práticas de promoção de solidariedades horizontais e de resistência contra as injustiças da exploração no trabalho. Segundo Addor, entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, o anarquismo foi a principal corrente organizatória entre os trabalhadores. Dentre as razões dessa maior capacidade de mobilização dos trabalhadores urbanos pelo movimento anarquista, o autor aponta alguns fatores como:

1) a participação de um grande número de imigrantes europeus que, no processo de formação de mercado de trabalho, foram importantes divulgadores das ideias libertárias², organizativas de lutas reivindicatórias e de cunho social; 2) a organização do Estado após a proclamação da República, avesso ao reconhecimento dos movimentos de trabalhadores em lutas por melhores condições, construído sobre as bases do liberalismo excludente (ADDOR, 2012, pp. 146-147).

Desta forma, por considerarmos a importância da contribuição dos imigrantes na circulação das ideias anarquistas no país, apresentaremos em seguida um breve panorama sobre a vinda em massa destes, que colaborou de certa forma para a formação do mercado de trabalho capitalista durante os primórdios da República. Para isso, na tentativa de melhor compreender o que levou a um número de quase quatro milhões de pessoas (RIBEIRO, 2007, p. 221), entre 1850 e 1930, a se deslocarem por grandes distâncias em busca de melhores condições de vida, destacaremos tanto os fatores atrativos para a mão de obra estrangeira ao Brasil como os fatores de sua expulsão nos países de origem.

Começemos pelos fatores de expulsão³. Um cenário de crise generalizada atingiu a Europa de finais do século XIX. Diversos fatores são apontados como causas possíveis da emigração em larga escala, principalmente a partir de 1850. Dentre eles estão os motivos econômicos, as perseguições religiosas, o aumento da população, os avanços tecnológicos e a expansão das companhias de navegação. O longo processo⁴ de “cercamento dos campos”, por exemplo, que já a partir do século XVI, porém com

² Retornaremos ao ponto da circulação dos ideais libertários com mais atenção no capítulo 2 deste trabalho.

³ Quanto a este cenário internacional de “expulsão de mão de obra” conferir ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: Sevckenko, N. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. pp. p. 215-287.

⁴ Sobre este processo ver ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. “A crise do sistema penitenciário: capitalismo, classes sociais e a oficina do diabo”. In: *Simpósio Nacional de História*, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

maior intensidade entre os séculos XVII e XVIII, introduziu a grande propriedade e acabou com as áreas comunais, prejudicou a vida de um grande número de camponeses que tinham por base uma agricultura familiar. Estes agricultores foram obrigados a se deslocar para as cidades em busca de trabalho. Com isso, progressivamente, os trabalhadores foram transformados em mão de obra para uma indústria nascente, por meio de medidas repressivas e coercitivas, como a aprovação da “Lei dos Pobres” na Inglaterra em 1834, que ampliou consideravelmente o número de instituições punitivas. Esta medida, cujo modelo foi copiado por diversos países, inclusive pelo Brasil com a criação da Casa de Correção da Corte entre 1834-1850⁵, criminalizou a pobreza criando uma instituição que pretendia corrigir “moralmente” os desocupados por meio do trabalho: as “*workhouses*”, ou seja cujo objetivo fundamental fora punir os pobres, ou as classes consideradas “perigosas”⁶. Aliado a isto, o avanço da tecnologia, que permitiu a introdução de máquinas na indústria para aumentar a produção, acompanhado de uma melhoria nos transportes, sem esquecer o significativo aumento demográfico no período, pôs à disposição do mercado um grande número de trabalhadores empobrecidos, sem terra e desocupados. O resultado para estes trabalhadores não foi outro senão a fome, a miséria e o desespero. Neste sentido, quando as dificuldades não puderam mais ser contornadas com o trabalho nas cidades ou em países vizinhos, buscou-se a emigração. “Viva a América, morram os patrões”(ALVIM, 1998, p. 231), este era o lema que as levas de imigrantes gritavam ao fugir da proletarização, em sua marcha para o Brasil.

⁵ Sobre o sistema prisional no Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro, conferir ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *O sistema prisional no Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://museucarcereuerj.blogspot.com.br/p/sistema-prisional.html>>. Acesso em: 30 maio 2015.

⁶ Sobre as medidas coercitivas que atuaram na criminalização da pobreza conferir MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999; WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Já a política de atração de imigrantes para o Brasil no século XIX⁷ estava relacionada à necessidade imperativa de suprir a demanda por farta mão de obra para a grande propriedade, que tinha por base a agricultura de exportação. Para os grandes fazendeiros, a imigração em larga escala poderia contornar os efeitos da escassez e do “encarecimento” dos escravizados a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro internacional. Para os imigrantes, o que estava exposto nas propagandas era a possibilidade de acumular algum dinheiro e da aquisição de terras para cultivo. Estes saíam de seus países de origem pensando em conseguir algum capital para retornarem em melhores condições. Como se pode notar, estes objetivos estavam na contramão dos interesses dos grandes proprietários, que buscavam apenas a substituição da mão de obra escrava. Desta forma, ao chegarem ao Brasil, os imigrantes davam-se conta que a realidade local era distinta do imaginado. É interessante observar que, após a abolição, amplia-se consideravelmente o número de imigrantes na década de 1890, o que sugere que a preocupação dos proprietários com a questão da mão de obra neste momento poderia estar refletida numa maior entrada destes trabalhadores. Segundo tabela apresentada por Darcy Ribeiro, entre 1851-1885 entraram no Brasil 441.000 imigrantes. Entre 1886-1900 esse número aumenta para 1.398.000 e entre 1901-1915, 1.096.000 imigrantes entraram no país (RIBEIRO, 2007, p. 222).

Quanto às características deste Estado, percebemos que após a abolição, tornou-se necessária uma reordenação ainda mais intensa das estruturas econômicas bem como do pensamento liberal que as legitimava. Para Ângela Gomes (2005), de maneira generalizante, os conflitos que marcaram o alvorecer da República brasileira, mais precisamente aqueles ocorridos entre 1892-1904, podem ser apresentados como uma

⁷ Para um estudo mais aprofundado sobre o tema conferir ARIAS NETO, J. M. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (org.) *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

disputa entre duas propostas políticas de governo. De um lado estavam os defensores de um governo centralizado, intervencionista, com inspiração positivista, preocupado com o “progresso” econômico. Do outro lado, se encontrava o projeto republicano civil/liberal, dos “conservadores paulistas”, preocupados em construir uma “República liberal excludente, federalista, francamente agrarista e ortodoxa em termos de política financeira” (GOMES, 2005, p. 56), que acabou sendo a proposta “vencedora” a partir do governo de Campos Sales. O objetivo implícito, portanto, era a inserção do Brasil, via liberalismo, no que se considerava como a “moderna civilização ocidental”. É justamente no período pós-abolição que a economia cafeeira passa por um novo processo de reordenação, como vimos na primeira parte deste estudo. A base deste processo, aos moldes da economia colonial e escravista, estava fundamentada ainda no sistema agroexportador. Contudo, as transformações advindas da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre levaram ao surgimento e à expansão de relações de trabalho não capitalistas no campo, como a parceria, o colonato e a meação.

Analisando o processo de constituição da força de trabalho e das relações de produção observadas em finais do século XIX com a crise do sistema escravista, José de Souza Martins propõe sobre estas relações de trabalho que o desenvolvimento do capitalismo, para além de redefini-las no contexto de reprodução do capital, também faz surgir relações não capitalistas ao mesmo tempo contraditórias e necessárias para essa reprodução. Para o autor, as transformações advindas com o fim da escravidão implicaram não somente uma mudança na condição jurídica do trabalhador, mas principalmente uma transformação do próprio trabalhador, onde possível passar da dominação predominantemente física para a coerção ideológica deste:

Enquanto o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o

trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. Por essas razões, a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição física do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador (MARTINS, 1979, p. 18).

Além disso, a hipótese principal do autor gira em torno da ideia da definição do regime de colonato nas plantações de café como uma “produção capitalista de relações não capitalistas”, onde a renda capitalizada foi a forma principal do capital nas fazendas. Desta maneira, após a abolição, a renda capitalizada no escravo – para além de fonte de trabalho, a escravatura continha a outra função de fonte principal de capital para o fazendeiro, vale lembrar que o escravo era muitas vezes o penhor para o pagamento de empréstimos da fazenda – iria se transformar em renda territorial capitalizada: “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1979, p. 32). Em outros termos, para o autor, esta transformação de parte da renda capitalizada na pessoa do escravo em capital constante e variável para o fazendeiro via propriedade privada da terra acabou recriando as condições necessárias para a sujeição do trabalho ao capital, e na prática, um contundente mecanismo ideológico para a exploração física do trabalhador, por isso, todo debate parlamentar sobre a abolição era também um debate sobre a propriedade fundiária e a renda capitalizada na terra: “no processo de transformação do capital em renda capitalizada, o grileiro substitui o antigo traficante de

escravos” (MARTINS, 1979, p. 69).

Em parte dos casos (salvo algumas regiões onde a imigração foi menos expressiva), estas relações de trabalho foram constituídas com base neste regime de importação de mão-de-obra e não no trabalhador local, tanto livre como liberto. Ou seja, para as elites a modernidade do país estaria relacionada à substituição dos negros das fazendas, tendo em vista que estes eram também considerados racialmente inferiores, estigmatizados pela escravidão, ou não capazes de compreender a ideologia do trabalho como liberdade e meio de ascensão, segundo a qual o cidadão “deveria” retribuir à sociedade os benefícios que esta lhe propiciava:

Primeiramente, há o fato óbvio de que havia uma clara predisposição por parte dos membros das classes dominantes em pensar o negro como um mau trabalhador e em reconhecer no imigrante um agente capaz de acelerar a transição para a ordem capitalista. Em termos práticos, isso significava que os indivíduos que tinham o poder de gerar empregos tendiam a exercer práticas discriminatórias contra os brasileiros de cor quando da contratação de seus empregados (CHALHOUB, 2001, p. 113).

Pode-se notar que a opção pela imigração, como uma alternativa para “resolver” a questão da mão de obra, foi composta de argumentos variados, que muitas vezes eram justificados cientificamente, ou melhor, pelo que se considerava como “científico” na época, o que na prática acabou por degradar ainda mais as condições de vida daqueles homens que já tinham sido estigmatizados pela escravidão oficial e, agora também, no pós-abolição, por esta sociedade em transição para o capitalismo. Giralda Seyferth, que investigou o tema da imigração associado à questão racial, analisando os aspectos desta

“imigração seletiva” ou “cientificamente orientada”, identifica neste período os discursos que consideravam os imigrantes ideais os “brancos laboriosos” em oposição aos negros, mas também aos índios ou asiáticos, considerados elementos “avessos ao progresso” ou ainda “quistos” no desenvolvimento da sociedade capitalista (SEYFERTH, 2002). Outro ponto de vista importante é do geógrafo Andreino Campos, que abordou a questão “da segregação sócio-espacial do povo negro” e a consequente produção posterior de um “espaço criminalizado”: a favela. O autor propõe que o processo de abolição teve um grande peso no atual quadro de exclusão social do país (CAMPOS, 2007). Portanto, a outra face da política imigratória estava relacionada ao desejo de setores da elite intelectual pelo branqueamento do país, fundamentados pelos problemáticos conceitos de raça tão em voga no século XIX, que objetivavam uma sociedade “mais civilizada” por meio da introdução de pequenos proprietários considerados “brancos” para ocupação das terras públicas definidas arbitrariamente como “disponíveis para a colonização” (CHALHOUB, 2001, p.).

Além disso, analisando a trajetória dos trabalhadores urbanos e de suas formas de organizações, Marcelo Badaró Mattos define o curso da Primeira República como marcado pela “contínua subordinação/dominação da grande maioria da população” (MATTOS, 2009, p. 8), subordinação esta, entre outros fatores, relacionada à exclusão da participação política, diversas restrições à democracia, profunda desigualdade social, onde o Estado se configurava como uma extensão dos domínios dos poucos proprietários e/ou governantes sobre a grande maioria dos trabalhadores. Neste sentido, o autor propõe que os trabalhadores assalariados, mas também os escravizados, atuaram coletivamente por meio de organizações que tinham por objetivo a luta pela liberdade, possível por meio das trocas de experiências no mundo do trabalho, desenvolvidas no próprio contexto de cidadania restrita, de exploração do trabalho e de perversa

distribuição de riquezas - cabe ressaltar que nas primeiras eleições diretas para presidente, de 1894, composta pelo caráter excludente da proibição do voto analfabeto, o total de eleitores fora cerca de 2% da população (MATTOS, 2009, p. 45). Em outras palavras, escravizados e livres do Rio de Janeiro, para além de compartilharem espaços e experiências de trabalho, “acabavam por compartilhar formas de luta” (MATTOS, 2009, p. 29), constituindo assim um importante fator para o processo de formação da classe trabalhadora, onde a grande participação dos trabalhadores fora em manifestações e protestos, denunciando assim as diferentes formas de exploração sobre o trabalho. Sobre estas lutas, nas palavras de Mattos:

Por trás desses motins, evidencia-se o contraste entre a capital da República, que se queria transformar em cartão-postal do Brasil para o mundo civilizado, e as grandes massas de despossuídos urbanos, atingidos diretamente pelas reformas que os expulsavam do centro da cidade para os distantes subúrbios, ou morro acima para as primeiras favelas (MATTOS, 2009, p. 45).

Ainda sobre as condições de vida e de trabalho na capital, Carlos Addor é quem nos apresenta um importante panorama sobre este momento inicial de formação do mercado de trabalho. Especialmente para o período compreendido entre a promulgação da Constituição de 1891 e a segunda década do século XX, o autor classifica, acerca das relações entre Estado e sociedade civil, o momento como marcado fundamentalmente por uma postura liberal, rigorosamente ortodoxa, de Estado. Os dados referentes à mínima participação eleitoral no país – a relação entre o número de eleitores e a população, entre 1898 e 1936, oscila, em um ciclo mais descendente que estável, entre

3,4 e 2,3%⁸ – são apenas um exemplo da excessiva marginalização da grande maioria da população, excluída efetivamente do processo político decisório. Para Addor, esta exclusão se materializava em dois níveis interrelacionados: primeiramente, à nível institucional, permanecem na jovem República enormes barreiras à participação de importantes setores da população no processo eleitoral. As mulheres continuam sem direito ao voto, analfabetos também não, os soldados e membros de ordens religiosas idem, além de todos os menores de 21 anos. Em segundo lugar, têm significativa importância neste quadro excludente as restrições impostas pelo próprio jogo político-partidário, que envolviam as manipulações e artimanhas sobre as práticas eleitorais, estruturantes dos compromissos coronelistas, além da conhecida “política dos Estados”, onde “favores políticos” eram trocados entre o governo federal e os estados (especialmente São Paulo e Minas Gerais) visando à manutenção dos candidatos deste clube oligárquico cafeeiro no poder (ADDOR, 2015, pp. 60-61).

Com a consolidação da República, à medida que o Estado e as frações de classes dominantes da sociedade civil foram estruturando suas práticas de atuação no governo, as perspectivas liberais surgiram como a forma e a essência do Estado. Segundo Addor:

Isto porque é o liberalismo que melhor responde, que melhor atende aos principais interesses e demandas do grupo que, no interior de uma diversificada classe dominante – diversificada dos pontos de vista setorial e regional – vai construindo e conquistando posição hegemônica, não só no interior da própria classe dominante, como diante do conjunto da sociedade civil (ADDOR, 2015, p. 62).

Sobre estes interesses dos grupos dominantes em defesa de fundamentos liberais,

⁸ Dados de Raymundo Faoro, citado por ADDOR (2015, p.60).

podemos destacar os objetivos dos cafeicultores que, sob a bandeira de uma suposta “vocação agrária” brasileira, militaram em favor da não regulamentação sobre as condições de compra e venda de mercadorias e, o que pode ser pior, defendiam a não interferência ou regulamentação sobre as condições de negociação da forçá de trabalho. Assim proprietários poderiam acordar direta e livremente essas condições com os trabalhadores, sendo aqui o trabalho também entendido como um mercado, onde supostamente atuaria a autorregulação conforme a oferta e a procura, condizente com o discurso liberal. Na prática, esta autorregulação, dentro de um contexto de superabundância de oferta de mão de obra, certamente tenderá a favorecer o capital em detrimento do trabalho, o que para o nosso caso se traduz na ausência de qualquer legislação trabalhista, na inexistência de qualquer Direito do Trabalho, o que viabiliza a superexploração da forçá de trabalho:

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviç o da emancipação de uma classe da t nica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libert -lo dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular – reduzido o povo aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome –, equiparada à democracia, democracia sem tutela e sem peias. A ideologia articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, Franç  e Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileira, muitas vezes enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, ser moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começ o do XX, estar em dia com as ideias liberais, acentuando

o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas. O produtor agrícola e o exportador, bem como o comerciante importador, prosperam dentro das coordenadas liberais, favorecidos com a troca internacional sem restrições e a mão de obra abundante, sustentada em mercadorias baratas (FAORO *apud* ADDOR, 2015, pp. 63-64).

Portanto, pelo ponto de vista dos proprietários, exploradores de mão de obra, as vantagens de um sistema político e econômico liberal são imensas, entre elas, que não cansamos de destacar, está a superexploração da força de trabalho que viabiliza e sustenta a acumulação de capitais por parte destas frações hegemônicas das classes dominantes que atuam no Estado. Já para os trabalhadores, os resultados são conhecidos, mas muitas vezes silenciados e esquecidos. Nos referimos à uma jornada de trabalho que podia ser de 10, 12, 14 ou até 16 horas, nos casos mais extremos, e ainda pior para mulheres e crianças que às cumpriam quase sempre com salários inferiores aos dos homens, e ainda não estavam imunes às violências sexuais cometidas por gerentes e mestres. E não podemos esquecer dos ambientes de trabalho, quase sempre insalubres, denunciados na imprensa operária do período como verdadeiros cárceres, onde os trabalhadores, entre jovens e adultos, eram “submetidos a uma contínua e monstruosa tortura”⁹. O que ainda “produz e reproduz”, conforme aponta Addor, em um ciclo vicioso, por um lado a ampliação do trabalho feminino e infantil, e por outro a redução

⁹ *A Guerra Social*, 1911. Citado por ADDOR(2015, p. 72).

do salário real do homem trabalhador:

Com efeito, sendo os salários dos trabalhadores urbanos em geral insuficientes para o atendimento das necessidades básicas do consumo familiar, o pai são compelidos a mandar os filhos para as fábricas. Da mesma forma, as mulheres operárias complementam o orçamento familiar, tornando-se contraditoriamente 'temíveis concorrentes' no mercado, recebendo salários menores pela execução de funções idênticas às exercidas pelos homens adultos (ADDOR, 2015, p. 73).

Em um período onde inexistiam legislações trabalhistas de amparo e seguridade para o trabalhador, ou seja, não havendo direitos que hoje são previstos por lei como férias, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário, indenizações por acidentes de trabalho, ou ainda qualquer determinação quanto à um salário mínimo legal e a garantia de aposentadoria, os trabalhadores e trabalhadoras urbanos se encontravam sujeitos à uma série de arbitrariedades por parte dos empregadores como multas, descontos, violências físicas, infantis e de gênero, bem como demissões aleatórias e injustificadas. Enfim, conforme enfatiza Boris Fausto, também destacado por Addor, de maneira geral as condições de trabalho durante as primeiras décadas do século XX na capital estão relacionadas ao modelo de acumulação de capital da primeira fase do capitalismo industrial onde, por toda parte, “imperava o reino da liberdade”, recaindo sobre o trabalhador a contínua insegurança decorrente da forma absoluta de extração do excedente. Nas palavras de Addor:

“Sem dúvida, a liberdade da acumulação capitalista, a liberdade da superexploração *selvagem* da força de trabalho, liberdade garantida

pela vigência da ortodoxia liberal que marca, como mencionamos, as relações do Estado com a sociedade civil no Brasil da Primeira República (ADDOR, 2015, p. 74).

Situação esta agravada em momentos de crise com a escassez de alimentos, alta dos preços, sem falar das epidemias que lastimavam os trabalhadores habitantes das precárias moradias, ainda atingidas pelas políticas recorrentes de reforma urbana que, com o argumento da modernização ou “civilidade” do Rio, removiam as populações pobres para longe do centro da cidade, sob um custo social elevadíssimo e ampliando consideravelmente, e reiteradamente, a crise habitacional.

1.3 Experiências de uma cultura associativa em formação

Ampliando um pouco mais nossa discussão sobre o surgimento das diferentes formas de lutas e associações de trabalhadores, referimo-nos inicialmente ao estudo bastante importante do historiador E. P. Thompson sobre a formação da classe trabalhadora na Inglaterra. Para o autor, o advento da Revolução Industrial provocou mudanças materiais no cotidiano dos trabalhadores, e é justamente a partir deste momento que se conforma, de maneira gradual, a “consciência de classe” entre diferentes grupos da classe trabalhadora, quando se revelam novas identidades de interesses comuns dos trabalhadores contra os interesses das outras classes exploradoras, surgindo portanto novas formas de organização política e laboral.

Segundo THOMPSON (1989), a formação da classe trabalhadora é um fato da história econômica, mas também da história política e cultural, isto porque, no caso da Inglaterra, desde 1832, existiam instituições de trabalhadores consolidadas como as sociedades de socorro mútuo, sindicatos, jornais, escolas. O que se percebe é que as mudanças nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do período se

relacionam com as intensificações da opressão política e da exploração econômica. Desta forma, a partir das considerações do autor é possível compreender as diferentes formas de organização dos trabalhadores, e inclusive a formação da UPEL, como uma resposta possível às injustiças relacionadas com as mudanças no mundo do trabalho, dentro da lógica industrial capitalista em surgimento.

Especificamente para o caso brasileiro, temos a importante contribuição para o entendimento das diferentes formas associativas dos trabalhadores entre séculos XIX e XX, que é a obra organizada por Marcelo Mac Cord e Cláudio Batalha. Os autores consideram que “não é possível pensar a formação da classe operária brasileira sem estudar o fenômeno associativo e suas especificidades”, argumentando que:

Seja em conjunturas escravistas ou em períodos de pós-abolição, era preciso que os trabalhadores construíssem estratégias para afastá-los das velhas ideologias que menosprezavam sua mão de obra, assim como das mais variadas formas de discriminação – racial, étnica, econômica, política e social. Entre as estratégias possíveis, o associativismo permitia a construção de identidades coletivas, fomentava a educação formal de seus membros e impunha respeitabilidade pública (MAC CORD; BATALHA, 2014, p. 23).

Analisando esta construção de identidades por parte dos trabalhadores, os autores enfatizam que o fenômeno associativo remete à certos debates que cresceram com o Iluminismo, onde ganharam cada vez mais espaço as lutas por uma participação social mais ampla, em geral por uma ampliação da vida pública e política. Com a consequente complexificação da sociedade civil para a organização de suas variadas demandas, múltiplas associações foram criadas reunindo pessoas atuantes em torno de

interesses e vontades comuns. Inicialmente grupos de intelectuais se reuniram em experiências no campo cultural, como a formação de grêmios literários e científicos para a divulgação e discussão de ideias, porém afastados das classes subalternas. Bem como também os burgueses, que fundaram entidades de classe para atuar na esfera pública, atuaram objetivamente para impor suas demandas econômicas para os outros setores da sociedade, ou seja interesses relacionados, de maneira geral, as implicações do livre mercado e, mais especificamente, ao comércio, a agricultura e a indústria. Entretanto, os trabalhadores também se mostraram atentos as novidades do seu tempo, se reunindo em entidades próprias de autoproteção como em associações profissionais e mutualistas de socorro mútuo:

Entre aqueles que estiveram atentos às mudanças históricas que se processavam, os trabalhadores também perceberam que as novas formas de associativismo, idealizadas pelas elites letradas e proprietárias, seriam muito importantes tanto para suas demandas sociais mais amplas quanto para o fortalecimento de suas estratégias de proteção e de organização. Vale destacar que esses dois últimos aspectos não eram estranhos para muitas categorias de artesãos que compartilhavam formas de autoajuda em irmandades católicas compostas por leigos. A partir de 1830, ao se organizarem (e/ou reorganizarem) em sociedades mutualistas, os trabalhadores reelaboraram suas “velhas” formas de autoproteção, como as práticas de socorros mútuos em caso de doença ou de morte (MAC CORD; BATALHA, 2014, p. 12).

Conforme destacado ainda pelos autores, a partir da segunda metade do século

XIX no país, o governo imperial apresentou novas medidas com o objetivo de “disciplinar” os novos espíritos de empresa e associação dos homens livres. Estes se quisessem se reunir em grupos de ajuda mútua, ou ainda grêmios científicos e literários por exemplo, deveriam apresentar às autoridades os estatutos das novas entidades, que seriam aprovados apenas se fossem considerados de “utilidade pública”, alinhados com os “bons costumes” e com a “ordem pública”. O que na prática acabou contribuindo para a implantação, já neste momento, de uma dominação política também sobre as práticas associativas dos trabalhadores. Especialmente para o nosso objeto de estudo, seria interessante encontrar o estatuto da UPEL, ou as atas das reuniões, que, conforme as exigências decorrentes da nova Lei dos Entraves de 1860, deveriam ser apresentados ao Conselho de Estado. Mas até o momento, não encontramos nenhuma referência quanto à estes documentos oficiais.

Outra questão importante quanto às associações entre trabalhadores no Brasil, é que estas acabaram, em muitos casos, extrapolando os objetivos previdenciários, “chegando mesmo a pautar significativas reivindicações de cunho social – como melhorias nos pagamentos devidos pelos patrões e na diminuição da jornada de trabalho” (MAC CORD; BATALHA, 2014, p. 14). Argumentos como este vão de encontro à uma historiografia sobre o associativismo que, entre as décadas de 1960 e 1980, tentou enquadrá-lo teleologicamente em uma “pré-história” da classe operária, privilegiando, em detrimento de uma análise mais aprofundada acerca dos diversos movimentos organizatórios dos subalternos de meados do século XIX e início do XX, a posterior formação dos partidos comunistas e sindicatos como a expressão significativa de luta dos trabalhadores. Estes estudos, em outros termos, tenderam a desconsiderar o fenômeno associativo como uma característica marcante do período. Contudo, este cenário historiográfico acabou sofrendo mudanças a partir do final da década de 1980.

Novas abordagens se relacionaram ao trabalho com novas fontes documentais, onde os debates referentes ao tema do associativismo ganharam fôlego a ponto de surgirem até mesmo pontos de vista divergentes. No geral, as análises entenderam as mutuais e corporações de ofício como espaços de construção e legitimação das identidades socioculturais dos trabalhadores na longa duração. Outras preferiram atentar-se nas características previdenciárias destas associações, e o caráter muitas vezes conciliador frente ao empresariado, no que se refere aos conflitos entre capital e trabalho. Contudo, o mais importante é que estas abordagens permitiram relativizar alguns dos mitos historiográficos consolidados para este momento da formação da classe trabalhadora no país:

Entre eles, a inexistência de demandas próprias e a falta de organicidade dos trabalhadores livre no tempo do escravismo, a natural substituição das corporações de ofício pelas sociedades mutualistas, e destas pelos sindicatos, e a falta de consciência de classe fora dos sindicatos e dos partidos operários (MAC CORD; BATALHA, 2014, p. 16).

Portanto, dentro de um contexto de exclusão social e pauperização, como vimos características estas inerentes ao modelo capitalista de desenvolvimento que marcou a formação do mercado de trabalho no país, as associações mutualistas surgiram, desde a primeira metade do século XIX, como uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, o que acabou contribuindo para a formação de uma cultura cívica entre estes, ou seja, indispensável ao processo de construção da cidadania no Brasil, conforme argumento apresentado por Cláudia Viscardi e Ronaldo Jesus:

A organização da sociedade civil na luta pela expansão da cidadania

requer a formação e o acúmulo de cultura cívica, entendida como cultura política composta de hábitos de cooperação, solidariedade, espírito público e reciprocidade em oposição às relações verticais próprias do clientelismo. Tais condições perpassam o longo processo de formação da classe trabalhadora, interagindo com a experiência material compartilhada por homens e mulheres, que possibilita a sensação coletiva de identidade e pertencimento, além da identificação de outro(s) grupo(s) de homens e mulheres da mesma formação social como sendo sua classe oponente (VISCARDI; JESUS, *in* FERREIRA; REIS, 2007, p. 23).

De maneira geral, estas associações foram criadas como espaços de manifestação de solidariedades horizontais em contraposição às relações verticalizadas da sociedade em questão. A maioria delas tinha por objetivo oferecer aos seus associados diferentes formas de proteção social frente à ausência de mecanismos oficiais de previdência - lembremos que este momento é anterior ao estabelecimento do que se define por Estado previdenciário. Elas ofereciam aos seus associados, entre outros cuidados, indenizações, pensões, ajudas financeiras em caso de morte, prisão ou invalidez, forneciam remédios, atendimento hospitalar, dando amparo às famílias que se encontrassem em condição de pobreza. Além disso, as mutuais se conformavam também como espaços de reunião e lazer para os associados e moradores locais, cumprindo um importante papel na promoção de atividades culturais locais. Contudo, não se deve confundir as mutuais com os sindicatos, e tampouco crer que aquelas representavam apenas uma fase inicial da organização futura destes. Em suma, as sociedades de apoio mútuo surgiram em um contexto de desenvolvimento do capitalismo, como mais uma forma de resistência à exploração subumana da classe

trabalhadora, atuando, simultaneamente com os sindicatos, na promoção de medidas de amparo social aos trabalhadores. Cabe ressaltar que no período inicial de formação da República no Brasil, o número de mutualizados é consideravelmente superior ao número de sindicalizados, e no Rio de Janeiro os números ainda são maiores principalmente entre as décadas de 1910 e 1920¹⁰, demonstrando assim a importância destas instituições no contexto da ampliação da cidadania e formação do mercado de trabalho no país.

É importante destacar ainda a relação destas sociedades mutualistas brasileiras também com as ideias anteriores de Proudhon, circulantes no contexto internacional, especialmente a partir dos debates realizados já no contexto da Associação Internacional dos Trabalhadores por seus seguidores, que tratavam do tema da autogestão e das associações obreiras.¹¹

Com isso, diante das transformações econômicas, sociais e ideológicas, podemos concluir que as associações mutualistas surgiram no período de finais do século XIX e início do XX, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, como um fenômeno relacionado às péssimas condições de trabalho, onde a cultura associativa se tornava necessária, manifestando-se em experiências aglutinadoras dos trabalhadores empobrecidos como práticas de promoção de solidariedades horizontais e de resistência contra as injustiças da exploração capitalista no trabalho. De maneira geral, as mutuais atuavam como frentes de defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Estas associações se organizaram como espaços de conjunção de objetivos comuns, promovendo diferentes formas de vivências compartilhadas, e se consagrando por reunirem diversos trabalhadores em torno de um projeto social coletivo, em um momento de exclusão social e péssimas condições de trabalho. Desta forma, elas

¹⁰ Dados apresentados por VISCARDI; JESUS, *in* FERREIRA; REIS, 2007, p. 37.

¹¹ Cf. Guérin, s/d, p. 71.

produziram um grande impacto sobre as formas de organização da sociedade civil, contribuindo para o processo mais amplo de conformação de uma classe trabalhadora no país, sendo os principais mecanismos legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores para o período em questão, incorporando também, para além das ações de assistência, ações de resistência contra as injustiças do mundo do trabalho.

Analisando também as práticas de auxílio mútuo nas corporações de ofício do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, Mônica Martins destaca a importância das irmandades religiosas formadas por leigos, que já no período colonial, contribuíram para o processo de construção de formas de solidariedade entre os trabalhadores reunidos por ofícios, principalmente com a manutenção de identidades comuns, importante para a luta por direitos. Para a autora, a cidade do Rio de Janeiro apresentou particularidades referentes à grande disseminação de organizações corporativas ligadas aos ofícios mecânicos, que se constituíram neste momento como as primeiras práticas de auxílio mútuo no contexto colonial:

A prática do auxílio mútuo ganhava significados específicos numa sociedade escravista, na qual eram restritos os meios de socorro ao trabalhador livre e liberto. Tendo sua mão de obra apropriada como mercadoria, o trabalhador escravizado tinha a garantia do sustento pelo proprietário como um bem a ser guardado e preservado. No entanto, sabemos que irmandades negras fundadas na colônia agiram em diversos momentos no auxílio a escravos e ex-escravos em situação de penúria e doenças, muitas vezes até abandonados por seus proprietários. Elas formavam, no seio de sua rígida hierarquia, uma cadeia de vínculos que se baseavam nas origens étnicas e na condição social desses trabalhadores (MARTINS *in* MAC CORD; BATALHA,

2014, pp. 26-27).

Em suma, o que tentamos destacar é o importante papel de sociabilidade e também politização que estas associações desempenharam, ou seja, na construção de espaços de integração para discussão de questões referentes aos grupos e localidades, o que nos demonstra como foi lento e gradual o processo de conformação de uma consciência de classe entre os trabalhadores, que a partir do compartilhamento de experiências de luta puderam se fortalecer para, reunidos, tentarem melhorar suas condições de vida e de trabalho. Onde, como sugere Mônica Martins, o auxílio mútuo “fez parte das próprias relações de trabalho no Brasil” (MARTINS *in* MAC CORD; BATALHA, 2014, p. 42).

Poderíamos ainda para demonstrar a frutífera organização dos trabalhadores, reunidos neste período na cidade do Rio de Janeiro, nos referirmos às diversas paralisações e greves que aconteciam no mundo urbano das fábricas como, por exemplo, a greve geral dos operários em 1903 na capital. Este movimento grevista minuciosamente documentado por Francisca Azevedo é apenas mais um exemplo de quão organizados estavam os trabalhadores no início do século XX. Para a autora, a greve desencadeada pelos trabalhadores têxteis, e posteriormente engrossada por outros grupos como pintores, alfaiates, carpinteiros, entre outros artífices, contribuiu “para engrossar os movimentos que fizeram da primeira década republicana o período mais turbulento da cidade” (AZEVEDO, 2005. p. 27). Especialmente para o nosso estudo, podemos entender o adjetivo “turbulento” como uma grande mobilização de trabalhadores em luta por seus interesses, e também como um período de intensos conflitos entre estes e a polícia, a imprensa burguesa, e os empresários. Sobre os embates com a polícia, muitos operários acusados de pertencer ao “anarquismo

internacional”, foram sumariamente deportados, no caso de estrangeiros, sem processo judicial. Na imprensa, os trabalhadores das fábricas de tecidos apresentavam suas reivindicações, como a jornada de oito horas de trabalho, aumento de 40% dos salários e readmissão dos operários demitidos. Ou seja, imprimiam uma ação política contestando as publicações dos empresários, os editoriais combativos ao movimento paredista, denunciando as violências policiais e conclamando para que os trabalhadores apoiassem a greve, como podemos ver neste panfleto distribuído em alguns pontos da cidade, como na Estação de Ferro Central do Brasil, que merece ser citado:

Ao povo – As classes operárias, em seu incontestável direito reconhecido pela Constituição desta República, vêm protestar, com a emergência desse mesmo direito, contra as arbitrariedades e violências inqualificáveis cometidas pela polícia. Nunca acreditamos que assuntos econômicos, entre patrões e operários, fossem resolvidos pela polícia à ponta de baioneta e bala.

Os operários, nos julgamos com igual direito às demais classes sociais e entendemos que a polícia, que permitiu crimes repugnantes como os verificados por ocasião das eleições para deputados nesta cidade, pretende massacrar as classes operárias para defender a burguesia.

Não nos move, neste delicado assunto, o menor espírito de hostilidade contra ninguém, mas devemos levantar o nosso protesto, para deixar firmado, de uma vez por todas, que os conflitos que se derem cabe a responsabilidade aos que indignadamente se intitulam mantenedores da ordem.

Companheiros nossos foram açoitados à vara de marmelo por ordem dos burgueses, e isto em pleno período legal, e com

parlamentos abertos, e na própria capital da República.

Que escárnio! E chama-se isto de garantir a liberdade de trabalho!

Miseráveis! E acaso acreditais que as classes proletárias se hão de submeter, resignadas, ao antigo regime da chibata?...

Pois estais enganado. Ouvi bem: estamos apercebidos para a luta na justa defesa de nossos direitos.

Não recuaremos. Quando os encarregados de manter as leis as desrespeitam e rasgam, o povo também tem o direito de revoltar-se.

Às vossas violências e arbitrariedades responderemos com a dinamite e o petróleo.

Vida por vida, dente por dente.¹²

Neste panfleto podemos observar na prática a consciência de classe exaltada pelos trabalhadores associados, condizente com a realidade da nova economia industrial, em ascensão na cidade do Rio de Janeiro. A polícia, como de costume, respondeu com prisões e alguns jornais reproduziram o argumento de que seriam “anarquistas estrangeiros” os responsáveis pelos distúrbios, e não os “laboriosos trabalhadores brasileiros”.

A fábrica de tecidos e tinturaria *Alliança*, cujo os operários foram responsáveis pelo desencadeamento da greve de 1903, enviou à imprensa um demonstrativo com os ordenados e diárias das empresa publicado no *Jornal do Comércio* no dia 19/08/1903. No entanto, os trabalhadores desta contestaram esta “defesa” mentirosa de patrões nos jornal, na tentativa de desqualificar o movimento. Muitos operários procuraram a redação já pela manhã do dia seguinte para comunicar que não era verdadeira esta lista publicada pela empresa, enviando a correta que foi publicada neste dia pelo mesmo

¹² *Correio da Manhã*, 18/08/1903. Citado por AZEVEDO, 2005, pp. 69-70.

jornal, com valores inferiores ao apresentado anteriormente (AZEVEDO, 2005, p. 102).

Enfim estes foram apenas alguns exemplos cujo objetivo fora demonstrar um pouco melhor a atuação política dos trabalhadores organizados no início da Primeira República na cidade. Cabe ressaltar que neste estudo optamos por dar destaque às mutuais e não entramos no tema das associações sindicais. Desde cedo as duas associações conviveram na República, contudo, buscamos refletir sobre a importância da auto-organização dos trabalhadores, tomando como exemplo o caso das sociedades de apoio mútuo, que possuíam, principalmente, uma estrutura horizontal. Como vimos, alguns autores que trataram da formação do movimento operário no país tentaram definir estas associações como as antecedentes dos sindicatos, representando apenas uma fase inicial do que seria a futura e permanente organização de classe. Em contrapartida, propomos que as mutuais, por serem associações autogeridas para a ajuda mútua, possuíam especificidades que, em muitos casos, se opunham aos sindicatos hierárquicos sob estruturas partidárias. Portanto, a hipótese apresentada tenta analisar a relação da estrutura horizontal das mutuais com o pensamento anarquista que, naquele momento, estava presente entre os trabalhadores. Desta forma, dando prosseguimento ao estudo, veremos a seguir os principais fundamentos do pensamento anarquista e a atuação de alguns agentes para a formação da UPEL.

CAPÍTULO 2 – ANARQUISMOS E ANARQUISTAS

Definir alguns pressupostos teóricos do anarquismo neste momento se torna necessário na tentativa de compreender melhor o que levou este grupo predominantemente anarquista do Rio de Janeiro, então capital da República, a pensar em uma instituição que fosse capaz de instruir os trabalhadores, com o objetivo

específico de obter uma maior participação política destes e, de maneira mais ampla, uma mudança social qualitativa.

Em finais do século XIX e início do XX, o pensamento anarquista se constituía por um conjunto heterodoxo de teorias, métodos e ações, que não privilegiava certos autores ou ideias, tolerando variações de pensamentos e respeitando, desta forma, a máxima da liberdade doutrinária. Os anarquistas, de maneira geral, buscavam a eliminação total do Estado, sendo contrários a qualquer forma de coerção, o que não significava, contudo, ausência de ordem. Cabe ressaltar que o símbolo que define o pensamento libertário é formado pelas letras A e O sobrepostas, em uma referência aos conceitos não excludentes Anarquia e Ordem. Segundo Carlos Addor, os anarquistas, refutando a luta política no campo institucional, apresentam como estratégia revolucionária alternativa, pertencente a esta busca permanente pela conquista da igualdade sem abrir mão da liberdade, as indissociáveis lutas econômicas e ideológicas, que refletem as táticas de ação direta como os boicotes e sabotagens, os comícios e outras manifestações públicas, além da greve geral, anunciadora da revolução social e da destruição do capitalismo pelos trabalhadores auto-emancipados:

A rejeição a qualquer forma de autoridade, de centralização, de coerção ou de hierarquia, assim como a recusa à delegação de poderes ou responsabilidades conduzem o anarquismo à negação da luta política – entendida a política enquanto política institucional: parlamentar, eleitoral, partidária. O Estado – e em especial o Estado burguês – é necessariamente corrupto e corruptor, e participar de um processo eleitoral significa (além da já citada traição à liberdade individual), de alguma maneira, legitimar o poder burguês (ADDOR, 2012, p. 150).

Addor sintetiza ainda aquilo que seria outro aspecto central do socialismo libertário:

Ao mesmo tempo, não construir teoricamente um modelo pronto, acabado e detalhado da nova sociedade, como fizeram os clássicos do socialismo utópico (Fourier, Saint-Simon e Owen), significa também para os anarquistas não cercear o direito das futuras gerações de escolher, a partir dos valores básicos do socialismo libertário, as melhores opções no processo de construção da anarquia (ADDOR, 2012, pp. 149-150).

O que estava sendo proposto era a constituição de organizações libertárias fundamentadas pelo princípio da livre associação, em contraposição a qualquer tipo de ordem hierárquica que não fosse livremente aceita. O princípio da liberdade era o fundamento básico do pensamento anarquista, que orientava a formulação de teorias e ações, unindo assim, por meio deste princípio, diferentes pensadores. A seguir, discutiremos os aspectos desta “nova ordem” proposta para a sociedade, onde a revolução social anarquista se apresenta como o objetivo primordial que permeia as diferentes formas de luta.

2.1 As ideias anarquistas

“Todo aquele que contesta a autoridade e luta contra ela é um anarquista”. Esta máxima de Sebastien Faure, pedagogo libertário francês, pode de maneira bastante objetiva sintetizar a ideia central dos diversos movimentos anarquistas, além de desmistificar uma gama de incompreensões presentes naqueles que pretenderam

desqualificar o movimento auto-organizativo, associando o não governo ao caos e à desordem. George Woodcock propõe que esta frase de Faure é importante para demarcar principalmente a área de atuação e existência do anarquismo no meio social:

Todos anarquistas contestam a autoridade e muitos lutam contra ela. Mas isso não significa que todos aqueles que contestam a autoridade e lutam contra ela devam ser considerados anarquistas. Do ponto de vista histórico, o anarquismo é a doutrina que propõe uma crítica à sociedade vigente; uma visão da sociedade ideal do futuro e os meios de passar de uma para a outra (WOODCOCK, 1983, p 7).

O principal objetivo da ideia anarquista, que envolve os três pontos destacados por Woodcock, é a transformação da sociedade. Justamente por isso, este argumento vai de encontro com a outra definição pejorativa do anarquismo, apresentada principalmente por grupos não anarquistas, que o caracterizam como promotor da desordem, atacante da sociedade estabelecida sem, em contrapartida, oferecer alternativas “eficientes”, ou seja, promovendo apenas um caos violento. Esta associação do anarquista como assassino, manipulador de dinamites, envolve a (equivocada) consideração do significado negativo da ausência de governo, aliado ao uso pejorativo do adjetivo desde a Revolução Francesa por oponentes políticos daqueles que recusavam lutar sob as regras da injusta ordem estabelecida, ou seja, dentro do Estado restrito pela via parlamentar e a formação de partidos:

Na linguagem popular, a anarquia é sinônimo de caos.

Entretanto, parece óbvio que o objetivo de homens como Tolstoi, Godwin, Thoreau e Kropotkin, cujas teorias sociais têm sido descritas

como anarquistas, não foi jamais o de estabelecer o caos. Há uma grande diferença entre o estereótipo do anarquista e o anarquismo como geralmente o conhecemos na realidade; essa diferença se deve, em parte, a confusões semânticas e em parte, a um equívoco histórico (WOODCOCK, 1983, p. 8).

Ainda segundo Woodcock, foi Pierre-Joseph Proudhon, em sua obra de 1840, *O que é a Propriedade*, o primeiro homem a se definir como anarquista voluntariamente. Ele o fez principalmente para explorar as características paradoxais da palavra, percebendo a ambiguidade do termo grego original *Anarchos*, que significava apenas “sem governante”, usando-a justamente “para ressaltar que a crítica que se propunha fazer à autoridade não implicava, necessariamente, numa defesa da desordem”:

O aparente paradoxo de ordem na anarquia – eis aqui a chave para a mudança de conotação por que passou todo esse grupo de palavras. Proudhon, ao conceber uma lei de equilíbrio atuando no interior da sociedade, repudia a autoridade por considerá-la não como uma amiga da ordem, mas sua inimiga e, ao fazê-lo, devolve aos partidários do autoritarismo as acusações lançadas contra os anarquistas, ao mesmo tempo em que adota o título que espera tê-lo livrado do descrédito (WOODCOCK, 1983, p. 10).

Por tanto, Woodcock acaba definindo o anarquismo, apesar de suas muitas variantes, como um sistema de filosofia social que busca promover mudanças estruturais na sociedade, onde as ações perpetradas pelos agentes têm como objetivo “a substituição do estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental

entre indivíduos livres” (WOODCOCK, 1983, p. 11).

Mas por que o Estado para os anarquistas é identificado como a fonte de toda a injustiça e opressão? De maneira geral, o Estado representa para estes a máxima concentração do poder, em outras palavras, a desigualdade social, ou a divisão da sociedade em classes, é essencialmente produzida por este. Longe de ser uma entidade imparcial, comprometida com o interesse de todos, ele pode ser definido como o representante dos interesses de certos indivíduos ou classes, na prática, dos próprios governantes e/ou patrões. Para explicar melhor a origem do Estado moderno, Cappelletti tenta descrever, a partir de fundamentos estritamente libertários, o processo de concentração de poder nas mãos de alguns indivíduos:

El fenómeno básico que da origen a tal concentración puede describirse como una delegación (que pronto se convierte em cesión definitiva) de los poderes de los individuos y de los grupos naturales (comunidades locales, gremios, guildas, confraternidades, etc.). En términos éticos cabría describir tal cesión como una actitud de fundamental pereza o cobardía. Desde un punto de vista social debe explicarse así: los hombres (individuos y grupos) ceden a determinados individuos el *derecho* de defenderse y de usar su energía física, a cambio de ser eximidos del deber de hacerlo. Nace así el poder militar. Ceden también el *derecho* de pensar, de usar su capacidad intelectual, de forjar su concepción de la realidad y su escala de valores, a cambio de ser relevados de la pesada obligación y del duro *deber* de hacerlo. Nace entonces el poder intelectual y sacerdotal. Guerreros y sacerdotes exigen al mismo tiempo una participación de los bienes económicos y, ante todo, de la tierra. Y para hacer respetar los *derechos* que se les han cedido y las

propiedades que *ipso facto* han adquirido, instituyen el Estado y Ley, y eligen de su propio seno al *gobernante* o los *gobernantes* (CAPPELETTI, s/d, p. 11)

Os anarquistas em geral se opõem à ideia de democracia representativa e ao parlamentarismo por considerarem que quando o povo delega poder aos seus governantes, estes acabam constituindo um poder isolado e dirigido contra o povo. Desta forma, o ideal de se realizar uma sociedade sem classes está intimamente vinculado com a liquidação do Estado, os dois processos devendo acontecer simultaneamente. Não sendo entendida como a conquista do Estado, ou do poder político, a revolução é definida pelos anarquistas como a supressão do mesmo.

Além disso, convém enfatizar que alguns autores discutiram mais recentemente os “problemas” do Estado, ainda que não se considerem, ou não possam ser considerados, teóricos anarquistas. Dentre estes, podemos destacar obras como a do sociólogo Pierre Bourdieu, a do filósofo Giorgio Agamben e a do filósofo húngaro István Mészáros.

Pierre Bourdieu apresentou um estudo sobre a constituição do Estado a partir da noção de “campo” simbólico, tentando descrever sua gênese historicamente, considerando desta forma o mundo social como uma luta entre pontos de vista. Neste sentido, cabe ao Estado, em sua construção, por meio do “monopólio da violência simbólica legítima”, onde estão incluídos os efeitos de universalização, e que representam, em sua face oposta, sempre um caráter de exclusão, fazer crer que não existe o problema do Estado. É no Estado que a verdade dos dominantes se torna a verdade de todos, portanto um lugar de circulação da fala oficial, de um poder universalmente reconhecido, da “pia hipocrisia”, que não só desqualifica como também silencia as falas e demandas dos dominados. Bourdieu conclui enfaticamente: “O Estado

é uma ficção de direito produzida pelos juristas que se produziram enquanto juristas ao produzirem o Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 92).

Giorgio Agamben, analisando o estado de exceção como um paradigma de governo, isto é, dominante na política contemporânea e constitutivo da ordem jurídica, nos demonstra como acontece o deslocamento de uma medida provisória, para um artifício de governo amplamente utilizado com o objetivo de conter distúrbios e/ou opositores. Desta forma, o autor entende este estado de emergência como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo, ou seja, algo que na prática se apresenta mais como uma técnica de governo do que como uma medida excepcional:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Deste então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Já para Itsván Mészáros, investigando o que ele chama como a “ilusória limitação do poder do Estado”, ou porque ela não existe, defende que o Estado realmente existente se caracteriza não apenas pela lei e pelo direito, mas também pela destrutiva ilegalidade, recorrente em momentos de grandes crises. Neste sentido, o autor apresenta o Estado como sendo o lugar da afirmação da “lei do mais forte”, onde o direito é a base do poder justamente por que é o poder que estabelece o direito, e não o

contrário. Analisando, a título de estudo de caso, a atuação do governo Tacher em 1984 na repressão de mineiros em greve no Reino Unido, violando portanto seus próprios estatutos constitucionais com a utilização da força policial, propõe que a ilegalidade incorrigível do Estado reside em sua constituição como árbitro soberano sobre a lei, se encontrando desta maneira acima da lei:

Como, no entanto, a *lei do mais forte* deve sempre levar vantagem, pelo menos como 'poderes de reserva' da soberania idealizada, e deve fazê-lo até mesmo sob as circunstâncias menos conflituosas de uma 'idade de ouro democrática e livre de problemas', qualquer postulado do 'Estado obediente à lei' – ou das formulações democráticas liberais da mesma ideia como 'contenção do Estado' em relação à 'sociedade civil' – não passa de pura ficção. Assim a *ilegalidade do Estado*, como afirmação necessária da *lei do mais forte* sob as circunstâncias historicamente mutáveis das determinações sempre autolegitimadoras, é inseparável da realidade do Estado como tal. Em outras palavras, a lei do mais forte e a ilegalidade do Estado são em certo sentido sinônimos, em vista da sua *correlação necessária*. Contingente nesse relacionamento necessário é a forma ou modalidade – isto é, a não violenta ou, pelo contrário, até mesmo na sua forma mais brutal – de afirmação do imperativo da lei do mais forte legitimador do Estado (Mészáros, 2015, p. 57).

Contudo, fiel a sua perspectiva marxista, Mészáros considera o Estado como o executor destas violências mas não a causa destas, que para o autor é a própria “ordem sociometabólica” do sistema capitalista. Desta forma, o autor propõe não a perspectiva anarquista fundamental de destruição do Estado, mas sim a via reformista de “conquista

desta montanha” pelos trabalhadores.

Noam Chomsky, no prólogo da primeira edição inglesa de 1970 da obra *El Anarquismo*, de Daniel Guérin – autor de uma extensa obra sobre o pensamento anarquista – apresenta, com o objetivo de tentar sintetizar uma ideia que seria o centro de toda tradição anarquista, o posicionamento de Bakunin dentro do contexto da Comuna de Paris:

Soy un amante fanático de la libertad, considero que es la única condición bajo la cual la inteligencia, la dignidad y la felicidad humana pueden desarrollarse y crecer; no la libertad puramente formal concedida, delimitada y regulada por el Estado, un eterno engaño que en realidad no representa otra cosa que el privilegio de algunos fundado en la esclavitud del resto; no la libertad individualista, egoísta, mezquina y ficticia ensalzada por la Escuela de J.J. Rousseau y otras escuelas del liberalismo burgués, que entiende que el Estado, limitando los derechos de cada uno, representa la condición de posibilidad de los derechos de todos, una idea que por necesidad conduce a la reducción de los derechos de cada uno a cero. No, yo me refiero a la única clase de libertad que merece tal nombre, la libertad que consiste en el completo desarrollo de todas las capacidades materiales, intelectuales y morales que permanecen latentes en cada persona; libertad que no conoce más restricciones que aquellas que vienen determinadas por las leyes de nuestra propia naturaleza individual, y que no pueden ser consideradas propiamente restricciones, puesto que no se trata de leyes impuestas por un legislador externo, ya se halle a la par o por encima de nosotros, sino que son inmanentes e inherentes a nosotros mismos, constituyendo la

propia base de nuestro ser material, intelectual y moral: no nos limitan sino que son las condiciones reales e inmediatas de nuestra libertad (BAKUNIN *apud* CHOMSKY *in* GUERIN, s/d, pp. 18-19).

O que se tornou comum entre os teóricos anarquistas, portanto, é a premissa de que para se conquistar a liberdade era necessária a total erradicação das diferentes formas de autoridade, ideias estas que estão presentes em autores como Malatesta, Bakunin, Kropotkin, Proudhon, entre outros, que compõem o que Woodcock define como a “árvore genealógica” do anarquismo. Sempre considerando que o movimento de revolução da sociedade só poderia ser iniciado pelo povo, através das associações livres dos trabalhadores, ou seja, sem a “ajuda” de representantes eleitos ou governos. “Em outras palavras, a salvação dos operários está nos próprios operários” (WOODCOCK, 1983, p. 124), que pode ainda ser demonstrado a partir da fala de Proudhon de meados do século XIX:

Eu declaro com toda a energia e tristeza do meu coração: separem-se daqueles que se isolaram de vocês. É a separação que os fará vencer: nem representantes, nem candidatos (PROUDHON, *apud* WOODCOCK, 1983, p. 124).

Proudhon, posteriormente desenvolveu melhor esta afirmação da auto-emancipação dos trabalhadores, defendendo a entrada destes no meio político através da luta, sendo a política aqui entendida no sentido amplo, condizente com a ideia de revolução social, que prevê a consciência do trabalhador como membro de uma coletividade, a afirmação da ideia que resulta desta consciência e a luta por sua realização.

Para Guérin, os movimentos anarquistas, desde a Primeira Internacional, protestaram contra o epíteto, maliciosamente evocado pelos seguidores de Marx dentro do contexto da associação contra os partidários de Bakunin, de “abstencionistas”. Segundo o autor, não recorrer às urnas significa, antes de tudo, uma questão tática, onde a revolução política não deve preceder a revolução social. Se mantêm, portanto, afastados dos movimentos políticos cujo objetivo imediato não seja a emancipação dos trabalhadores. Temendo não só as equivocadas alianças com partidos de direita, como também as transformações dos obreiros que, tornando-se governantes e assim transportados para condições de vida burguesas, se convertem também em burgueses. “No reprobamos la “política” em general sino, solamente, la política burguesa” (GUERIN, s/d, p. 46).

No caso brasileiro em geral e do Rio de Janeiro especificamente, Boris Fausto identifica três correntes organizatórias que, entre finais do século XIX até o início dos anos vinte do século seguinte, “em grau variável tiveram influência no movimento operário: o anarquismo, o socialismo reformista e o ‘trabalhismo’”. De maneira bastante simplificada e até redutora, os socialistas reformistas buscavam a transformação gradativa da sociedade, via ocupação das instâncias do Estado pelos trabalhadores organizados em partidos. Cabe destacar que, neste momento, segundo o próprio autor, o socialismo tem “escassa penetração” nestes movimentos populares. Já os “trabalhistas”, seriam os grupos existentes no interior do movimento operário inclinados à colaboração de classes, que aceitavam a dependência em relação ao Estado, ou seja, pretenderam tão somente a conquista de alguns direitos relacionados às melhorias das condições de trabalho, sem questionar os fundamentos do sistema social (FAUSTO, 1986. p. 41).

Como nosso estudo dialoga especificamente com o anarquismo, retornamos a principal corrente organizatória entre os trabalhadores do período. No que se refere a

este movimento, Boris Fausto acaba utilizando as lentes do socialismo reformista para analisá-lo, o que pode ser demonstrado quando o mesmo desconsidera a existência de estruturas organizativas, ou melhor não se propõe a compreendê-las a partir dos fundamentos libertários e suas características táticas, e até mesmo, em alguns momentos, não levando em conta os próprios dados obtidos em sua pesquisa. A seguir, o autor tenta analisar as características do “núcleo dirigente” do que ele define pejorativamente como a “subcultura anarquista” :

Apesar de sua *fraqueza numérica*, da *inconsistência organizatória*, os anarquistas constituíam a maioria da vanguarda operária e, ao mesmo tempo, figuras de respeito para a grande massa. Tinham sido os maiores responsáveis pelos esforços em construir um sindicalismo revolucionário, haviam se integrado nas maiores mobilizações do período (FAUSTO, 1986, p. 94).

Neste trecho, para justificar esta *fraqueza numérica*, o autor, não levando em conta suas próprias argumentações sobre a atuação dos anarquistas neste momento, com destaque para a supremacia dos trabalhadores manuais sobre os intelectuais de classe média, como elementos de vanguarda dos grupos dominados, e ainda a importância dos jornais como instrumentos de luta, se refere a uma publicação do jornal *A Terra Livre*, de 1910 que apresenta o número de mil “elementos anarquistas” existentes no Rio de Janeiro, “dispersos em pequenos grupos e sem nenhum jornal”. Além disso, o que ele define como *inconsistência organizatória* seria a “ausência de uma estrutura formal” compostas por comitês centrais e direções regionais, características estas condizentes com as formas de luta dos movimentos reformistas¹³.

¹³ É importante salientar que Fausto posteriormente acabou revisando sua própria argumentação sobre a influência anarquista no meio operário, chegando a enfatizar que a expressão “hegemonia” utilizada por

Em seguida, quando por último analisa a atuação do movimento socialista, Fausto não deixa de demonstrar sua não consideração das propostas de luta anarquistas de então, além de imprimir o clássico juízo de valor caro aos grupos reformistas, de considerar como não eficientes suas ações, pelo fato de não existirem as “condições materiais objetivas para que se constituísse um núcleo dirigente inspirado no socialismo revolucionário” (FAUSTO, 1986, p. 104):

Do ponto de vista programático, os socialistas se colocavam em um plano aparentemente superior com relação aos anarquistas, ao pretender atuar na esfera política, ao compreender a necessidade de estabelecer um programa mínimo democrático, de pressionar o Estado no sentido da extensão da cidadania social e política, ao afirmar o objetivo de formação de um partido. No entanto, suas propostas em princípios mais viáveis, tiveram insignificante ressonância. As razões do fracasso se encontram nas condições objetivas da sociedade brasileira. A constituição de um partido tipo socializante dependia de uma base de apoio entre as camadas médias urbanas e núcleos operários, assim como de um certo grau de legitimação por parte da classe dominante. As camadas médias urbanas dissidentes inclinaram-se no Rio de Janeiro, como já se acentuou, por algumas tentativas de 'aliança para baixo'. Mas essas tentativas , além de débeis, não se

ele foi demasiado forte para caracterizar a sua presença no meio operário, atacando mais uma vez o movimento a partir de sua concepção reformista. Especulando até mesmo sobre a existência de um movimento operário naquele momento, inclusive ignorando as diferentes correntes dentro do próprio anarquismo, entendendo o complexo conjunto como um bloco homogêneo. O autor propõe: “No que diz respeito ao movimento operário, não é demais começar especulando sobre a sua simples existência no período considerado. Um movimento social de classe pressupõe lideranças e bases razoavelmente articuladas; um programa envolvendo objetivos de curto e longo prazo, uma estratégia enfim. Não seriam afinal de contas as ações coletivas dos trabalhadores urbanos na Primeira República explosões de contornos indefinidos, impulsionadas por condições insuportáveis de sobrevivência, quase sem liderança a não ser a formada precariamente no calor da hora? Não seria a suposta vanguarda um punhado vociferante de anarquistas, socialistas, comunistas, cooperativistas ou o que seja, composto geralmente de figuras da classe média profissional, brigando entre si, tentando organizar quem não quer ser organizado e falando mais ou menos sozinhos?” (FAUSTO, 1988, p. 9).

voltaram para a organização horizontal da sociedade civil, tendo como objetivo básico o ataque imediato ao aparelho de Estado (FAUSTO, 1986, pp. 102-103).

Contudo, pelo que vimos até então sobre as ideias anarquistas neste momento, podemos refutar estas considerações de Fausto de diferentes maneiras, como por exemplo refletindo sobre o caráter evolucionista, eurocêntrico e colonial do que ele define como “condições objetivas da sociedade brasileira”. Entretanto, nos concentraremos neste momento nas próprias atuações destes trabalhadores sob perspectivas libertárias. Para ilustrar nossa ideia, referimo-nos à máxima de Malatesta presente em seu projeto político anarquista, publicado posteriormente sob o título de *Escritos Revolucionários*, cuja primeira publicação data de 1903: “Por luta política entendemos a luta contra o governo” (MALATESTA, 2000, p. 22). Ou seja, os trabalhadores observaram que somente a democracia direta, em forma de associações, conselhos, assembleias comunais, poderia ser considerada como a autêntica democracia, verdadeiramente popular, onde as injustiças não seriam possíveis. E neste sentido, podemos pensar o próprio projeto de criação de uma Universidade Popular como a ação *política* de alguns indivíduos que buscaram desta maneira resolver alguns dos muitos problemas e pressões sociais presentes e identificados, por estes, no Rio de Janeiro. Segundo Addor, mesmo recusando a luta política pela via parlamentar, as diferentes lutas dos grupos anarquistas, que afirmavam a ideia de que a máquina do Estado não devia ser tomada, mas abolida, sem dúvida alguma, fazem parte da história política do período, principalmente por meio de suas lutas econômicas e ideológicas. O autor explica:

Recusando a luta política no campo institucional, o anarquismo

propõe como estratégias de ação a luta econômica e a luta ideológica, e como táticas ou formas privilegiadas de ação direta: a greve, o boicote, a sabotagem, os comícios e as manifestações públicas diversas. Ênfase especial é dada à greve geral, vista como momento anunciador da vitória da revolução, da agonia do capitalismo, da emancipação da humanidade (ADDOR, 2012, p. 150).

Estas foram, de maneira geral, algumas das ideias libertárias que circularam, mas também foram ressignificadas, entre os grupos de trabalhadores e intelectuais no Brasil, principalmente por apresentarem respostas sobre os problemas observados na prática, no mundo do trabalho, ou ainda, no dia a dia da República.

É importante destacar que não só Boris Fausto, mas também Edgard Carone e até mesmo Angela de Castro Gomes, enfatizaram ainda que estas ideias “chegaram” junto com as levas de imigrantes que desembarcaram no porto do Rio. Para Carone, ideias estas “empacotadas”, como reflexos dos movimentos europeus, onde as “experiências qualitativas” de luta e organização que se apresentavam no Brasil, deviam-se exclusivamente à imigração destes trabalhadores (CARONE, 1979, pp. 5-6). Já Fausto, não só utiliza como concorda com a imagem de “planta exótica”:

Mantendo a imagem, convém lembrar que as espécies ideológicas dos países dependentes, qualquer que seja sua classificação, germinaram sempre com o auxílio de sementes importadas. No caso do anarquismo, o papel da importação foi considerável: através dos imigrantes, chegaram ao país não só os intelectuais portadores da ideologia como massas de trabalhadores pelo menos em algum grau tocados por ela (FAUSTO, 1986, p. 63).

No entanto, esta imagem de “planta exótica” ou de “ideias importadas” que não se adaptariam ao Brasil, faziam parte justamente da argumentação reacionária de governantes e/ou grupos contrários ao movimento anarquista, argumentos estes amplamente divulgados na imprensa do período, e também contidos nas medidas repressivas do Estado contra os militantes anarquistas, como a Lei Adolfo Gordo, aprovada em 1907, com o objetivo de expulsar os estrangeiros do território nacional que, “por qualquer motivo”, comprometam a “segurança nacional” ou a “tranquilidade pública” (BATALHA, 2000, p. 43).

Desta forma, propomos tensionar estas interpretações sobre a circulação dos ideais libertários, que acreditamos envolver não apenas sua “chegada”, mas também as diferentes reapropriações realizadas pelos trabalhadores na cidade, por meio de uma aproximação com as considerações de Michel-Rolph Trouillot, que observa um “primeiro momento da globalidade”, considerando o Atlântico como o centro de fluxos globais durante os mais de quatro séculos abordados em sua pesquisa (1492-1945).

Para Trouillot, tendemos a esquecer que desde muito cedo estavam circunscritas em um mundo interconectado entre suas variadas subpartes tanto o trabalho como o capital, e todas as suas mercancias:

Estos movimientos masivos de bienes, poblaciones y capital no sólo produjeron cambios abruptos en las condiciones materiales de las poblaciones involucradas sino, también, en sus prácticas y en las maneras como se veían a sí mismas y al mundo alrededor de ellas. Tendemos a considerar nuestro tiempo como una época de transformaciones rápidas que desafian nuestra capacidad de adaptación y, de hecho, es así. Sin embargo, el primer momento de la

globalidad también se caracterizó por la velocidad para muchos de quienes lo vivieron y puso a prueba, continuamente, su capacidad de adaptarse rápidamente; ellos aprobaron ese examen más frecuentemente de lo que pensamos (TROUILLOT, 2011, p.84).

Segundo o autor, estas mudanças não só produziram reações tanto revoltosas quanto de aceitação, mas também acabaram afetando as próprias identidades, práticas políticas e culturais, cujo resultado foram grupos e indivíduos híbridos, que compartilhavam mais de uma herança cultural e se viam a si mesmos como pertencentes a mais de uma unidade sociocultural. Contudo, embora o mundo que herdamos hoje seja em grande parte fruto destes fluxos globais, que para Trouillot começaram em finais do século XV e continuam afetando as populações humanas, raras são as vezes que a história humana é contada desta forma:

De hecho, la particularidad de las narrativas dominantes de la globalización es un silenciamiento masivo del pasado a escala mundial, la borradora sistemática de encuentros continuos y profundamente sentidos que han marcado la historia humana en todo el globo y que sólo he delineado aquí. Para que el sushi nos sorprenda en Chicago tenemos que silenciar el hecho de que los franciscanos estuvieron en Japón desde el siglo xv . Para que los velos musulmanes parezcan fuera de lugar en Francia tenemos que olvidar que Carlos Martel detuvo a Abd-al-Raman sólo 400 kilómetros al sur de París dos reinos antes de Carlomagno. Para hablar hoy de una cultura global como un fenómeno nuevo tenemos que olvidar que la pasta de chile china proviene de México, las papas fritas de Perú y el café Blue Mountain jamaicano de Yemen (TROUILLOT, 2011, p. 86).

Aqui também se destaca o conceito de “silenciamento do passado”, ou melhor de determinados passados. O autor enfatiza uma tarefa que ele considera central para a antropologia histórica que é divulgar para a consciência pública estes fluxos considerados constitutivos do mundo em que vivemos, para o qual a vulgarização do registro histórico não foi suficiente. Trouillot sugere quanto a este ponto a existência de mecanismos de silêncio que permitem que determinados fatos históricos sejam considerados menos relevantes do que são, inclusive quando são conhecidos: “El silenciamiento del pasado no sólo es inherente a lo que se dice sino, también, a cómo se dice” (TROUILLOT, 2011, pp. 87). Desta forma, para complementar o entendimento destes fluxos globais o autor propõe ainda uma avaliação dos termos usados pelas narrativas dominantes da história mundial, ou seja, investigar as palavras, conceitos, argumentações, as descrições dos personagens e as respectivas conexões estabelecidas ou ignoradas entre estes assuntos. Em outros termos, a ideia é suspeitar de conceitos que descrevam partes de um relato mas que ao mesmo tempo reclamem relevância universal. “Progresso”, “desenvolvimento”, “modernidade”, “globalização”, “Estado-nação”, estão entre os exemplos apontados pelo autor.

Especificamente sobre a ideia de modernidade, a partir de estudos sobre o Caribe, Trouillot enfatiza que uma avaliação crítica desta deve começar com a revelação de suas “caras escondidas”, onde uma historicidade moderna depende da ruptura fundamental entre passado, presente e futuro, ou seja romper com a perspectiva cronológica linear, implicando assim uma leitura necessária da alteridade:

Aunque esta narrativa revisionista es necesaria no es el asunto central. Frecuentemente los críticos del eurocentrismo dan cuerpo a sus argumentos en términos de primacía cronológica. Invierten demasiada

energía en demostrar que una característica dada, reivindicada por las narrativas del Atlántico Norte de haber sido primero europea, también se podría encontrar en otra parte antes de la presencia europea. El error es olvidar que la primacía cronológica es un principio central de la imaginación noratlántica. Esto es, el valor de ser el primero proviene de un premio particular en el tiempo, una ventaja específica en la historicidad. La existencia de ciertas características sociales fuera de Europa importa menos que su inscripción en regímenes sociales y políticos en el pasado y mucho menos que las inscripciones de estas características —como se encontraban en Europa entonces— en las actuales narrativas noratlánticas. Desde esta perspectiva el yo moderno puede ser menos un asunto del contenido de una subjetividad individual que la inserción de esa subjetividad en un régimen particular de historicidad y administración sociopolítica. El relato Caribe es muy revelador sobre este último asunto, que considero el más crucial. (TROUILLOT, 2011, p. 99).

O autor entende a modernidade como um processo histórico ligado à modernização que acaba criando invariavelmente diferentes “alter-nativos”, ou seja, múltiplos “outros” criados dentro do processo de “encontros”. Com isso, pretende-se, para além de buscar a modernidade em vários tempos e lugares, aspecto que Trouillot considera secundário, principalmente modificar os termos do debate. Para isso, é extremamente necessário analisar com maior profundidade e de diferentes maneiras a relação entre o que o autor define como a “geografia de administração” e a “geografia da imaginação” que juntas “apuntalaron el desarrollo del capitalismo mundial y la legitimidad del Occidente como el universal indiferenciado”, ou seja, devemos tomar o cuidado de nos afastarmos destes “universales noratlanticos”, portadores desta pretensa

legitimidade e criadores de espaços hierarquizados (TROIULLOT, 2011, p. 102).

Neste sentido, seguindo a proposta de Troiullot, podemos repensar agora a circulação das ideias anarquistas a partir destes “encontros globais” ressaltados pelo autor. Como destacamos acima, a ideia de “planta exótica” estava presente principalmente nas argumentações contrárias ao movimento anarquista, tanto para enfatizar a não aplicabilidade destas ideias em território nacional, mas também, por outro lado, pode subentender a ideia um tanto eurocêntrica da não capacidade de se pensar a questão social pelos próprios brasileiros.

Este argumento pode ser relativizado a partir de alguns fatos referentes ao movimento operário e anarquista no Brasil, não deixando de se levar em conta o próprio caráter global do anarquismo nos séculos XIX e XX, aquilo que Benedict Anderson define também como um momento de “globalização incipiente” que, para além das alianças entre militantes de diversas partes do mundo, revelam coordenações internacionais de lutas anticoloniais. Debruçando-se sobre as experiências transcontinentais de militância política e de sociabilidade cultural, Anderson procurou discutir os processos de integração mundial, ou a “internacionalidade da nação”, propondo com isso certa mudança de paradigma nos estudos sobre nacionalismos, recusando a ideia de que as nações constituem identidades fixas e propondo, em seu lugar, que estas estão em permanente movimento. O autor destaca ainda, o papel significativo desempenhado pelo anarquismo nas revoluções anticoloniais, principalmente por meio dos “laços” estabelecidos entre militantes de diversas partes do mundo, que possibilitaram a troca de saberes e táticas de luta e resistência contra as práticas repressoras dos Estados. (ANDERSON, 2014, pp. 20-21).

Podemos ainda utilizar o próprio exemplo da UPEL, esta associação organizada por um grupo de brasileiros predominantemente anarquistas que refletiram sobre os

diferentes problemas sociais de sua época. Alguns dos participantes deste projeto também produziram literatura de cunho social em que estas questões foram também abordadas, entre estes podemos destacar Fábio Luz, com *Ideólogo* (1903), *Os Emancipados* (1906) e *Nunca* (1924); Curvelo de Mendonça com *A Regeneração da Humanidade* (1903); Rocha Pombo com *No Hospício* (1905); além do crítico literário José Veríssimo, que produziu diversos artigos em periódicos sobre autores como Zola, Tostoi e Kropotkin (LOPES *in* DEMINICIS; REIS, 2004, p. 216). Aqui podemos perceber na prática a resignificação pelos brasileiros das leituras anarquistas que, tornadas experiências específicas dos movimentos libertários no país, se inscrevem na história deste regime social e político. Cabe ressaltar ainda que uns dos grandes memorialistas do anarquismo no Brasil, Edgar Rodrigues, propõe, de uma maneira descolonial, que as primeiras experiências anarquistas, ou proto-anarquistas, ainda que remotas, aconteceram antes mesmo da chegada dos imigrantes, nos quilombos, em Canudos, como em outras resistências camponesas, experiências estas que remontam verdadeiras formas comunitárias e libertárias (RODRIGUES, 2000, p. 18).

Portanto, em linhas gerais, o que propomos fora uma modificação dos termos do debate acerca da “chegada” das ideias anarquistas por meio de imigrantes, que figura de maneira consagrada na historiografia do período sobre o tema. Entendemos que estas ideias circulavam entre diferentes países, onde cada qual imprimia suas subjetividades, ações, interpretações e usos, e no Brasil, bem como nas diferentes colônias, não pode ser diferente. Assim como ideias anarquistas foram lidas, (sempre) resignificadas e aplicadas em França, Espanha, Alemanha, e etc, também o foram no mundo colonial, e de diferentes maneiras. Além disso, é possível que muitos dos imigrantes que desembarcavam no Brasil, ao contrário do que aquela argumentação fundamentada por pretensos “universais” de caráter eurocêntrico sugere, acabaram conhecendo o

anarquismo e suas diferentes formas de ação ao chegarem no país, ao encontrarem trabalhadores organizados em luta por melhores condições de vida.

2.2 Educação e revolução social

Como vimos, a proposta libertária se encontra em franca oposição à concepção liberal de política como prática parlamentar, partidária, ou ainda, disputa eleitoral, redefinindo assim a própria ideia de política. O que os anarquistas apresentam é uma estratégia revolucionária que combina as lutas sociais com a educação dos trabalhadores, principalmente através do princípio da ação direta, caracterizado como um método de organização dos trabalhadores. Neste sentido, estes deveriam lutar diretamente contra os patrões e governantes no ambiente de trabalho e nas ruas, por exemplo, por meio das greves e não no Parlamento. A ideia, além disso, era que, por meio da instrução, os próprios trabalhadores poderiam ser atores de sua liberdade. É aí que se encontra o lugar de destaque no pensamento libertário dado à educação, considerada como o agente transformador da sociedade através da transformação do homem.

A pergunta inicial do artigo sem assinatura publicado no periódico *L'Egalité* em 1869, atribuído a Bakunin, é elucidativa quanto ao problema central discutido pelos que defendiam uma instrução integral para os trabalhadores:

Podrá ser completa la emancipación de las masas obreras mientras reciban una instrucción inferior a la de los burgueses o mientras haya, en general, una clase cualquiera, numerosa o no, pero que por nacimiento tenga los privilegios de una educación superior y más completa? ¿Plantear esta cuestión no es comenzar a resolverla? ¿No es evidente que entre dos hombres dotados de una inteligencia natural

más o menos igual, el que más instruido sea, cuyo conocimiento se haya ampliado por la ciencia y que comprendiendo mejor el encadenamiento de los hechos naturales y sociales, o lo que se denominan las leyes de la naturaleza y la sociedad, comprenderá con más facilidad y más ampliamente el carácter del medio en el que se encuentra, que se sentirá más libre, que será prácticamente tan hábil y fuerte como el otro? Quien sepa más dominará naturalmente a quien menos sabe y no existiendo en principio entre dos clases sociales más que esta sola diferencia de instrucción y de educación, esa diferencia producirá en poco tiempo todas las demás y el mundo volverá a encontrarse en su situación actual, es decir, dividido en una masa de esclavos y un pequeño número de dominadores, los primeros trabajando, como hoy en día, para los segundos (BAKUNIN, 1979, p. 13).

Tema fundamental presente no ideário político dos diferentes movimentos libertários surgidos entre finais do século XIX e início do XX foi a preocupação com a instrução das classes trabalhadoras. Os primeiros pensadores anarquistas já consideravam a educação o principal meio para se chegar a uma sociedade sem Estado, ou seja, o motor da transformação social. Esses movimentos libertários de renovação pedagógica apresentavam uma crítica à dificuldade de acesso dos trabalhadores à educação. Esta crítica era feita também aos métodos tradicionalistas da educação autoritária que acabavam por reproduzir, ou ainda naturalizar, as variadas desigualdades sociais (CAPPELETTI, s/d, p. 26).

Sendo assim, a concepção de uma educação integral e igualitária foi assumida como uma necessidade prioritária pelos movimentos políticos do período e, mais que isso, foi considerada como instrumento de transformação social, estando a emancipação

do trabalhador estreitamente vinculada com a sua formação. Esta formação buscava eliminar a desigualdade entre o que é ensinado às classes dominantes e aos trabalhadores, rompendo assim com a divisão arbitrária e opressora entre trabalho intelectual e trabalho manual, onde os primeiros são preparados para dominar, enquanto os segundos, para obedecer. A ideia era impedir a escravidão intelectual, e portanto material, do povo trabalhador por parte das classes dominantes.

CAPPELETTI(1980) propõe também que a denominação “instrução integral”, que corresponde ao vocabulário pedagógico anarquista do período, e utilizada por diferentes autores libertários, pode ser compreendida como um ensino completo que não se limita apenas à formação do espírito, mas também do corpo, integrando assim, trabalho manual com trabalho intelectual. Somente por meio desta integração é que seria possível a abolição definitiva das classes, prevista no projeto político de Bakunin em particular e de outros anarquistas em geral, ou seja, um meio eficaz para a construção de uma sociedade livre e igualitária, onde a ciência e as artes tornar-se-iam patrimônio de todos. Este debate esteve presente ainda, anteriormente, nas argumentações de Proudhon e também na própria Associação Internacional dos Trabalhadores. Nas palavras de Bakunin, em mais um artigo para o periódico L'Egalité de 1869 sobre o tema:

Tanto estamos convencidos que la instrucción es la medida del grado de libertad, de prosperidad y de humanidad que una clase tanto como un individuo puede alcanzar, que pedimos para el proletariado no sólo instrucción, sino toda la instrucción, la instrucción integral y completa, de modo que ya no pueda existir encima de él, para protegerle o para dirigirle, es decir para explotarle, ninguna clase

superior por la ciencia, ninguna aristocracia de la inteligencia.¹⁴

Outros autores libertários do período também refletiram sobre a integração dos trabalhos manual e intelectual. Kropotkin em carta ao pedagogo libertário Francisco Ferrer Y Guardia, já no final do século XIX, discorre sobre a importância desta integração, enfatizando que tanto o trabalho manual alheio a todo pensamento, bem como toda atividade intelectual separada do trabalho manual, desumanizam:

Todo esta por hacer en la escuela actual. Ante todo en la educación propiamente dicha, es decir, la formación del ser moral, o sea el individuo activo, lleno de iniciativa, emprendedor, valiente, libre de esa timidez de pensamiento que caracteriza al hombre educado en nuestra época, y al mismo tiempo sociable, igualitario, de instinto comunista y capaz de sentir su unidad con todos los hombres del universo entero, y por tanto, despojado de las preocupaciones religiosas, estrictamente individualistas, autoritarias, etc., que nos inculca la escuela. [...]

En último término habrá que recurrir a la enseñanza integral; la enseñanza que por el ejercicio de la mano sobre la madera, la piedra y los metales, habla al cerebro y le ayuda a desarrollarse. Se llegará a enseñar a todos el fundamento de todos los oficios lo mismo que de todas las máquinas, trabajando sobre el banco y el tornillo, modelando la materia bruta, haciendo por sí mismo las partes fundamentales de todas las cosas y máquinas, lo mismo que los mecanismos y las transmisiones de fuerza a que se reducen todas las máquinas.¹⁵

¹⁴ Genebra, *L'Egalité*, nº 27, 24 de julho de 1869.

¹⁵ Carta de Kropotkin a Ferrer. Disponível em: <<http://centroestudioslibertarios.jimdo.com/p-kropotkin>>. Acesso em: 15 de março de 2016. A tradução foi retirada do Suplemento Literário, agregado mensal do periódico *Solidaridad Obrera*, órgão de difusão da C.N.T.

O educador espanhol Francisco Ferrer y Guardia também pode ser apresentado como ícone da pedagogia antiautoritária, e de bastante influência entre os libertários brasileiros. Ferrer, assim como a maioria dos pedagogos anarquistas do período, optou por substituir o ensino tradicionalista presente nas escolas oficiais, cristão e/ou liberal, repleto de preconceitos religiosos e patrióticos, por um ensino científicista, que o autor define como “ensino racional”. Considerava este autor que a escola é e deveria ser tratada como um problema político, defendendo a coeducação de ambos os sexos e ambas as classes, um ensino a serviço das necessidades humanas e sociais. “Nem prêmio nem castigo”, esta era o ideal presente no modelo das “escolas modernas” – organizada e criada pelo autor em inícios do século XX em Barcelona, e copiada posteriormente em diversos países – que, em suas palavras tinha a missão de:

(...) hacer que los niños que se le confíen llegues a ser personas instruidas, verídicas, justas y libres de todo prejuicio.

Para ello, sustituirá el estudio dogmático por el razonado de las ciencias naturales.

Excitará, desarrollará y dirigirá las aptitudes propias de cada alumno, a fin de que con la totalidad del próprio valer individual no sólo sea un miembro útil a la sociedad, sino que, como consecuencia, eleve proporcionalmente el valor de la colectividad (FERRER Y GUARDIA, s/d, p. 14).

Conforme discutido até aqui, vimos que a transformação da sociedade era o cerne das diferentes concepções e projetos anarquistas. Buscava-se, sobretudo, uma revolução social. Esta mudança diz respeito à construção de uma nova identidade para

os trabalhadores por meio de uma nova estratégia de luta, que permeava o ambiente político pela via educacional. Cabe ressaltar que o meio principal para a divulgação destas ideias e para convocação das diferentes atividades organizadas era a mídia impressa, com destaque para os periódicos e seu importante papel de informar as lutas e organizar os trabalhadores, criando espaços que os envolviam na construção da nova sociedade idealizada.

De maneira geral, os educadores libertários de finais do século XIX e início do XX compreenderam a importância da relação entre os projetos político/social e educacional. Não é possível se criar uma sociedade livre sem uma educação também livre. Como propõe José Damiro de Moraes, analisando a educação anarquista no Brasil da Primeira República, a pedagogia libertária deste momento já refletia sobre aspectos que só muito posteriormente foram incorporados aos debates educacionais e à realidade escolar. Questões como a coeducação de ambos os sexos e ambas as classes sociais, a relação não autoritária entre professor e aluno, a participação ativa dos pais, a importância da preparação dos professores, entre outros, permearam as discussões libertárias sobre o ensino dos trabalhadores em um momento em que a pauperização e a degradação das relações sociais eram presentes (MORAES, 2006, p. 21).

Sendo assim, estabelecia-se um projeto que buscava romper com a educação oficial representada pelo Estado e pela Igreja, considerada parcial, cujo objetivo único era apenas formar mão de obra submissa para o mercado de trabalho, ideia esta fortemente embasada em uma concepção de classe, anti-patrão. Portanto, estes autores são apenas alguns exemplos, entre muitos outros, que, no período, refletiram sobre uma educação menos excludente, igualitária, preocupada com a instrução dos grupos trabalhadores, que defendia o desenvolvimento completo do homem, o que poderia levar ao conhecimento das origens das injustiças sociais e, com isso, a formação da

consciência de classe.

Ainda sobre o que seria esta nova “moral anarquista”, ou ainda a “verdadeira” moral presente na “natureza humana”, e inclusa no projeto de revolução social, Piotr Kropotkin, importante teórico anarquista e estudado pelos coolaboradores da UPEL, defende a necessidade de se questionar a moral estabelecida, tradicional:

Y a cada momento la cuestión de la moral se pone sobre el tapete. ¿Por qué seguiré yo los principios de esta moral hipócrita? – se pregunta el cerebro emancipado del terror religioso. ¿Por qué determinada moral ha de ser obligatoria? (KROPOTKIN, 2008, p. 16).

Cabe destacar como estava presente no ideário anarquista do período a consideração de que a via educativa libertária seria o caminho para se alcançar a desejada “emancipação” dos trabalhadores. Ao que tudo indica, o próprio Kropotkin acabou percebendo a função tático/estratégica da educação, transitando de um anarquismo virulento das décadas de 1880-90, para outro mais organizativo a partir da década de 1890 – transição¹⁶ que pode ser demarcada a partir do texto referenciado *A moral anarquista* (1891). Aqui o autor enfatiza como o questionamento sobre o ser moral perpassou pelos filósofos:

¹⁶ Acerca destas mudanças conjunturais das perspectivas ativistas libertárias, recomendamos o artigo de René Berthier que, analisando a obra de Gaetano Manfredonia, *Anarchisme & changement social: insurrectionnalisme, syndicalisme, éducationnisme-réalisateur*, reflete sobre o problema de encerrar as experiências anarquistas em categorias cristalizadas que não dão conta de explicar estes movimentos necessariamente flutuantes e complexos. Segundo Berthier: “Para reforço de sua tese, Manfredonia observou que muitos insurrecionalistas eram também educadores e sustentavam que as massas deviam ser educadas. Assim, nós não pertencemos a uma categoria fixa e imutável; podemos pertencer a várias categorias em graus variáveis de acordo com o tempo e as circunstâncias.

O livro de Manfredonia oferece uma leitura que supera o antagonismo Plataforma/Síntese: ele não congela as várias formas de anarquismo em “caixas” rígidas. Insurrecionalismo, sindicalismo ou educacionismo-realizador não são tipos que se opõem, mas tipos que podem suceder-se um ao outro cronologicamente ou que podem coexistir em combinações variadas, dependendo das necessidades e do contexto político e social” BERTHIER, Réne. *Sobre ‘Anarquismo e mudança social’ de Gaetano Manfredonia*. Disponível em: <https://ielibertarios.files.wordpress.com/2017/01/sobre-anarquismo-e-mudanca-social.pdf>. Acesso em: março de 2017.

–¿Por qué seré moral?, he aquí la pregunta que se hacían los racionalistas del siglo xii, los filósofos del siglo xvi, los filósofos y los revolucionarios del siglo xviii. Más adelante esta pregunta se repitió de nuevo entre los preutilitarios ingleses (Bentham y Mill), entre los materialistas alemanes, como Büchner, entre los nihilistas rusos de los años 1860 a 1870, entre el joven fundador de la ética anarquista (La ciencia de la moral de las sociedades), Guyau, muerto, por desgracia, demasiado pronto, y entre los jóvenes anarquistas franceses, hoy. (KROPOTKIN, 2008, p. 17).

Para, em seguida, defender que não é possível se inclinar a nenhuma autoridade ou aceitar algum princípio que não tenha sido estabelecido pela razão:

Prejuicios, como todo lo demás; me esforzaré por liberarme de ellos. Si me repugna ser inmoral, me obligaré a serlo como de adolescente me esforzaba por no temer la oscuridad, el cementerio, los fantasmas y los muertos, con los cuales me habían amedrentado. Lo haré para romper un arma explotada por las religiones; lo haré, en fin, aunque sólo sea para protestar contra la hipocresía que pretenden imponerme en nombre de una palabra a la cual se ha denominado moralidad (KROPOTKIN, 2008, p. 18).

É importante enfatizar que Kropotkin apresentou também uma reflexão sobre a evolução das espécies¹⁷, onde alguns questionamentos contemporâneos sobre a obra deveras conhecida de Charles Darwin foram apontados. Para Kropotkin, a ajuda mútua,

¹⁷ Argumento posteriormente melhor desenvolvido na obra de 1902, Mutual Aid.

a *cooperação* entre as espécies foi o fator determinante para a evolução, contrariando desta forma o argumento de Darwin, ou de seus seguidores, da lei do mais forte contido na ideia de “seleção natural”. Isto por que o autor, após longas pesquisas de campo, observou que entre animais da mesma espécie a *solidariedade* é o fator preponderante, onde a luta pelos meios de subsistência, considerada pelos darwinistas, só pode ser observada entre espécies distintas na natureza, e não entre animais da mesma espécie, como no caso do homem. É interessante observar que o argumento contrário à ideia de raças, que considera a unidade da espécie humana, só foi consagrado muito posteriormente a partir dos debates de antropólogos e outros cientistas sociais. Neste sentido também a ideia de moralidade, ou a própria ideia de bem ou mal, Kropotkin considera a partir da observação de algumas espécies animais:

A pesar de los vulgarizadores de Darwin, ignorando en él todo lo que no sacó de Malthus, el sentimiento de solidaridad es el rasgo predominante de la existencia de todos los animales que viven en sociedad. El águila devora al gorrión; el lobo, a las marmotas; pero las águilas y los lobos se ayudan entre sí para cazar; y los gorriones y las marmotas se prestan solidaridad también contra los animales de presa, pues sólo los torpes caen. En toda sociedad animal la solidaridad es una ley (un hecho general) de la naturaleza, infinitamente más importante que esa lucha por la existencia, cuya virtud nos cantan los burgueses em todos los tonos, a fin de mejor embrutecernos (KROPOTKIN, 2008, pp. 32-33).

Portanto, o autor defende de maneira geral que a ideia de bem e mal se relaciona com o que ele considera como o fato principal observado no mundo orgânico, ou a

essência da vida, que seria a busca por prazer, onde o bem é considerado aquilo que é útil para a sociedade e o mal aquilo que é nocivo:

La idea del bien y del mal existe en la humanidad. El hombre, cualquiera que sea el grado de desarrollo intelectual que haya alcanzado, por oscurecidas que estén sus ideas en los prejuicios y el interés personal, considera generalmente como bueno lo que es útil a la sociedad en que vive, y como malo lo que es nocivo (KROPOTKIN, 2008, p. 30).

E acrescenta ainda que esta moralidade pode ser observada no mundo animal:

Los razonamientos pueden cambiar. La apreciación de lo que es útil o dañino para la raza cambia, pero el fondo es inmutable. Y si se quisiera resumir toda esta filosofía del reino animal en una sola frase se vería que hormigas, pájaros, marmotas y hombres están de acuerdo en un punto.

Los cristianos decían: No hagas a otros lo que no quieres que te hagan. Y añadían: Si no, serás arrojado al infierno. La moralidad que se desprende de la observación de todo el conjunto del reino animal, superior en mucho a la precedente, puede resumirse así: Hagamos a los otros lo que quisiéramos que hicieran por nosotros en las mismas circunstancias.

Y añade ella: Observa que esto no es más que un consejo; pero ese consejo es el fruto de una larga experiencia de la vida de los animales sociables y entre la inmensa multitud de los que viven en sociedad, incluso el hombre, obrar según ese principio ha pasado a ser una

costumbre. Sin ello, además, ninguna sociedad podría existir, ninguna raza podría vencer los obstáculos naturales contra los cuales tiene que luchar (KROPOTKIN, 2008, p. 30).

No decorrer do texto Kropotkin discorre ainda sobre a formação histórica do costume, ou no caso, desta moralidade solidária, argumentando que o sentido moral é caracterizado como uma faculdade natural necessária para a especie humana, transmitido como herança entre as gerações. Cabe ressaltar que esta moral é completamente distinta daquela pregada pelos outros moralistas de seu tempo, que pretenderam sufocar as liberdades, principalmente por temê-las, em nome de um direito civil e religioso hipócrita, ao fim e ao cabo sempre a serviço dos grupos proprietários:

El principio igualitario resume las enseñanzas de los moralistas. En él cabe también algo más, que es el respeto del individuo. Al proclamar nuestra moral igualitaria y anarquista, rechazamos adjudicarnos el derecho que los moralistas siempre han pretendido ejercer: el de mutilar al individuo en nombre de determinado ideal que creían bueno. Nosotros no reconocemos ese derecho a nadie, no lo queremos para nosotros.

Reconocemos la libertad plena y entera del individuo; queremos la plenitud de su existencia, el libre desarrollo de sus facultades. No queremos imponerle nada, volviendo así al principio que Fourier oponía a la moral de las religiones, al decir: Dejemos a los hombres absolutamente libres, no los mutilemos; bastante lo han hecho las religiones. No temamos siquiera sus pasiones; en una sociedad libre no representarán ningún peligro.

Con tal de que no abdicemos de la libertad, con tal de que no os

dejemos esclavizar por los demás, y con tal de que opongamos a las pasiones violentas de tal individuo nuestras pasiones sociales, tan vigorosas, no tenemos que temer nada de la libertad (KROPOTKIN, 2008, p. 43).

Com isso, Kropotkin conclui que em determinadas épocas a concepção moral modifica por completo, “se observa que lo que se había considerado como moral es la más profunda inmoralidad”, onde para isto é completamente necessário ser, conforme aqueles padrões tradicionais, “imoral”. Por fim, o autor defende a importância destes “tempos de crítica” segundo o qual se produz um grande trabalho intelectual na sociedade: “la elaboración de una moral superior”. Desta forma, podemos considerar pertinente a aproximação da ideia de revolução moral cara a Appiah com esta relacionada à “revolução social”, proposta pelos grupos anarquistas engajados na construção de uma “outra sociedade” e caracterizada por uma moral solidária, cooperativista, de ajuda mútua.

Neste sentido, tentaremos nos aproximar agora da análise de Kwame Anthony Appiah sobre como ocorrem o que o autor define como “revoluções morais”, para pensar em um possível paralelo entre sua proposta e o conceito anarquista de revolução social pensado pelos colaboradores da UPEL. Em “O código de honra”, Appiah propõe o que seria a “teoria da honra” a partir de uma perspectiva sincrônica. Segundo ele, a questão da honra teria papel fundamental tanto como problema quanto solução para as revoluções morais – estas entendidas como grandes transformações do comportamento moral em curtos períodos de tempo. Analisando questões como o fim da escravidão nas colônias, o fim da amarração dos pés das chinesas e o fim dos duelos na Inglaterra, o autor defende que estas mudanças sociais ocorreram quando os “códigos de honra” começaram a enfrentar contestações morais, principalmente no âmbito de um

“envergonhamento coletivo”, dentro de um contexto de divulgação internacional, em outros termos, enxergando as relações entre moral e identidade como estando no cerne destas revoluções. Neste sentido, entender como a honra teria importância sobre a “ética” – de caráter universal para o autor, em sentido aristotélico, que envolveria respeito mútuo, solidariedade, etc. –, ou sobre a ação de indivíduos e grupos em comunidades, poderia ajudar a resolver outras questões e problemas contemporâneos:

'O que eles estavam pensando?', perguntamos sobre nossos antepassados; mas sabemos que, daqui a um século, nossos descendentes perguntarão a mesma coisa a nosso respeito. Quem sabe o que lhes parecerá mais estranho? Os Estados Unidos têm 1% de sua população encarcerada e submetem muitos milhares de prisioneiros a anos de confinamento numa solitária. Na Arábia Saudita, as mulheres não podem dirigir. Existem países onde hoje a homossexualidade é punida com prisão perpétua ou condenação à morte. E há também a realidade do confinamento na pecuária e na avicultura industrial, em que centenas de milhões de mamíferos e bilhões de aves têm uma existência curta e miserável. Ou, ainda, a extrema pobreza, tolerada dentro e fora do mundo desenvolvido. Um dia, as pessoas vão se pegar pensando que não só uma antiga prática era errada e a nova é certa, mas também que havia algo de vergonhoso nos velhos usos. Durante a transição, muitos modificarão seus hábitos porque sentem vergonha da antiga maneira de fazer as coisas. Assim, talvez não seja demais esperar que, se encontrarmos já o lugar adequado da honra, podemos melhorar o mundo. Este livro pretende explicar a honra para nos ajudar a reconhecer sua importância constante para cada um de nós (APPIAH, 2010 , p. 10).

Para Appiah, a ideia de honra também estaria contida no que ele considera como “natureza humana”, assim como outras identidades sociais, fundamentado por conceitos da psicologia social, defendendo desta forma o retorno dos estudos da honra à filosofia moral moderna:

Um fato central entre os seres humanos é que nossas sociedades criam códigos que se fundam nesses padrões de comportamento e sentimento. O cerne da psicologia da honra — mostrar e receber respeito — já está em todos os seres humanos normais, por mais esclarecidos e avançados que sejam. Essa é uma das razões pelas quais penso que precisamos levá-la em conta. A honra se baseia em tendências fundamentais da psicologia social humana, e certamente é melhor entender nossa natureza e lidar com ela do que declarar que preferiríamos ser diferentes — ou, pior, fazer de conta que não temos natureza nenhuma. Podemos achar que acabamos com a honra, mas a honra não acabou conosco (APPIAH, 2010, pp 11-12.)

Analisando especificamente o caso dos duelos entre aristocratas na Inglaterra de meados do XIX, ou o momento em que a opinião popular passou a considerar estes duelos como uma prática ilegal, Appiah destaca a importância dos comentários e charges dos jornais para a transformação da reação geral frente estas disputas:

O surgimento da imprensa popular e de uma classe trabalhadora alfabetizada deixou cada vez mais claro — e, aumentando os sentimentos democráticos, cada vez mais inaceitável — que os cavalheiros estavam vivendo fora da lei. Quando o duelo era uma

prática aristocrática conhecida basicamente apenas dentro da classe de seus praticantes, não havia espaço para que as atitudes dos plebeus modificassem esse mundo da honra. A imprensa moderna reuniu todos os cidadãos britânicos numa única comunidade de informação e avaliação (APPIAH, 2010, p. 33).

Portanto, quando esta prática, reservada ao círculo fechado dos nobres, tornou-se “vulgar”, ou foi desnudada nos jornais, onde se incluem as charges satíricas com zombarias a estes aristocratas, é que ela perdeu sua razão, expondo assim não apenas seus aspectos cruéis, mas principalmente os atos ilícitos de membros da câmara dos lordes. Este seria um exemplo de quando os códigos de honra tradicionais começam a enfrentar contestações morais, onde, desta forma, um aspecto moral atuaria como fator determinante para a revolução no código de honra.

Com isso, podemos também considerar a partir do que foi exposto, que o conceito anarquista de revolução social contém um aspecto moral, ou nos termos de Appiah, que contém um objetivo implícito de alcançar uma futura revolução no código moral da sociedade. A própria ideia de “instrução” dos trabalhadores proposta pelos idealizadores da UPEL, como uma forma de se conseguir alcançar o objetivo de realização de uma sociedade mais justa, livre e igualitária, onde a emancipação destes trabalhadores pudesse ser fruto da luta dos próprios trabalhadores, conscientes da questões sociais, pode ser entendida como um objetivo moral onde o conhecimento agiria como um fator libertador.

2.3 Trajetórias de alguns colaboradores da UPEL

Apresentaremos agora um breve panorama sobre trajetórias de vida de alguns participantes da experiência de formação do nosso objeto de estudo, a Universidade

Popular de Ensino Livre. Nosso objetivo aqui, não é apresentar um trabalho prosopográfico de fôlego sobre todos os colaboradores da associação, ou ainda apresentar uma análise literária minuciosa sobre as diferentes obras de cunho social, desenvolvidas por parte deles, contemporaneamente à esta experiência educacional. Não o fazemos principalmente por entender que para isso necessitaríamos de novas reflexões interdisciplinares teóricas/metodológicas de que carecemos. Entretanto, cabe destacar, que não desconsideramos a importância dos referidos estudos para um melhor entendimento sobre tema. Com isso, pretendemos sobretudo ambientar um pouco mais o nosso leitor no momento de surgimento da ideia de formação da UPEL, a partir das experiências individuais, e de luta, destes companheiros, destacando suas ideias, anseios, crenças e visões de mundo.

Sendo assim, conforme nossa proposta metodológica, que convém destacarmos mais uma vez aqui, tentamos perseguir os indícios deixados por este grupo de associados, principalmente na imprensa do período, mas também em alguma literatura publicada, na tentativa de relacionar os participantes ao contexto, principalmente por meio da ideia de “circularidade” entre as culturas das classes dominantes e das classes subalternas, apresentado por Carlo Ginzburg, o que segundo este autor, liga-se, por sua vez, a semelhante leitura de Mikhail Bakhtin: “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (GINZBURG, 2011, p. 10). Enfim, pretendemos com esta relativa aproximação do paradigma indiciário tentar de alguma forma lidar com o difícil problema de se buscar os aspectos específicos de uma *cultura popular anarquista*, como vimos tão presente e importante na formação da classe operária carioca durante a Primeira República, investigando principalmente o instrumental teórico utilizado, não deixando de levar em conta as próprias “ambiguidades” do conceito “cultura popular”, destacado pelo autor

(*idem*, p. 18), que faz referência ainda à importância de se tratar a questão por meio de uma análise de classes, refutando com isso, a existência de uma cultura homogênea, interclassista, cara aos teóricos das “mentalidades” (*idem*, p. 25).

Consideramos importante também, neste momento, apresentar os critérios de seleção utilizados tendo em vista que não trataremos de todos os colaboradores da UPEL que, entre professores, funcionários e divulgadores, atuantes diretos e indiretos da experiência, foram surgindo durante à análise das fontes. O primeiro motivo seria o aspecto de viabilidade da pesquisa, tendo em vista o número de mais de vinte participantes (que pode inclusive ser bem maior, já que nas fontes as reticências são corriqueiras quando da apresentação dos participantes), e ainda o imperativo problema da fragmentação da documentação, constantemente esparsa quando se trata da atuação libertária de finais do século XIX e início do XX. Aqui devemos muito aos considerados “memorialistas”, em alguns casos até de maneira pejorativa por certos acadêmicos que, não satisfeitos em utilizar de seus trabalhos sem referenciá-los, acabaram menosprezando estes importantíssimos “pesquisadores instintivos” do anarquismo. O outro motivo, que consideramos mais relevante, diz respeito a nossa hipótese de investigação segundo à qual, a experiência de criação da associação faria parte de um projeto político mais amplo¹⁸, em construção, onde o caminho para a transformação social, e também para uma maior participação política dos trabalhadores, seria possível via educação. Em outros termos, o exemplo da UPEL se apresenta como uma forma de ação libertária que buscava a transformação da sociedade começando pela transformação nas bases, ou seja, a instrução. Onde portanto, a emancipação dos trabalhadores pudesse ser fruto dos próprios trabalhadores. Com isso optamos por analisar aqueles participantes que demonstraram alguma relação com as ideias libertárias em suas trajetórias, ou ainda, aqueles cujas pesquisas documentais e

¹⁸ Aqui política entendida sob concepções anarquistas, conforme discussão acima.

bibliográficas nos levaram a identificá-los como importantes para a realização desta experiência educacional. Sendo assim, nos concentraremos neste momento principalmente em quatro nomes: Fábio Luz, Elysio de Carvalho, Curvelo de Mendonça e Rocha Pombo.

São justamente estes nomes que são apresentados pelo pesquisador do anarquismo fluminense, o jornalista Milton Lopes¹⁹, como sendo os principais mobilizadores da UPEL. Segundo o autor, é importante perceber a situação contemporânea ao movimento anarquista na cidade, para que se entenda o contexto de surgimento da referida associação. Além de destacar a importância industrial do Rio de Janeiro no momento, com ênfase para as greves e paralisações de importantes categorias operárias, e as recorrentes prisões de anarquistas, Milton faz referência ao lento e gradual trabalho de conscientização e organização desenvolvido na cidade por estes trabalhadores, especialmente através da criação de periódicos. O primeiro jornal anarquista a circular na cidade, *O Despertar*, já propõe em 1898 como tática de luta a ampliação da propaganda e a criação de centros de estudos sociais, defendendo assim a necessidade de aportar recursos intelectuais “à obra do bem-estar humano”²⁰. Já o jornal operário *O Protesto*, divulga a fundação e o respectivo programa da Federação dos Trabalhadores em 1899, além do incremento na tiragem para 1500 exemplares²¹. Ainda neste jornal, conforme também citado por Milton Lopes, uma notícia de 4 de fevereiro de 1900, acerca da greve dos cocheiros na cidade, nos fornece uma pista sobre o “instrumental teórico” utilizado pelos trabalhadores no período. Nesta, a greve dos dias 15 e 16 de janeiro é noticiada como “a maior greve do Brasil”, que “parecia uma revolução”, onde “os exploradores sabiam que cerca de 25000 explorados se

¹⁹ Milton Lopes é autor do principal trabalho específico sobre a UPEL, um capítulo da obra *História do Anarquismo no Brasil* (LOPES in DEMINICIS; REIS, 2006, pp. 203-229).

²⁰ *O Despertar*, 3 de dezembro de 1898, citado por (LOPES in DEMINICIS; REIS, 2006, p. 203).

²¹ *O Protesto*, 3 e 15 de dezembro de 1899, citado por (LOPES in DEMINICIS; REIS, 2006, p. 204).

declaravam em parede”, e “os meninos desocupados que entolhem as ruas deram-nos a recordação do famoso Jamlin no *Germinal*”²². Aqui é interessante notar, para além dos conceitos utilizados de “revolução”, “exploradores e explorados”, a referência ao personagem do romance de cunho social *Germinal* (1885), de Émile Zola, importante autor do naturalismo literário francês. Nesta obra em específico, Zola descreve com um inédito realismo as condições de vida subumanas de uma comunidade de mineiros, denunciando assim as péssimas condições de trabalho desta classe operária, além de apresentar a greve geral como a mais legítima forma de luta contra as diferentes opressões sociais sofridas pelos trabalhadores, fundamentada principalmente pelas ideias socialistas circulantes dentre os movimentos operários de então. Ao final do artigo ainda, o jornalista assina com o pseudônimo “Suvarine”, personagem de *Germinal* (LOPES in DEMINICIS; REIS, pp 203-204, 2006).

Outro importante jornal criado também neste momento foi o periódico *O Amigo do Povo*, editado em São Paulo, mas com colaboradores no Rio de Janeiro, este jornal se destaca em geral pelas publicações referentes ao movimento anarquista e especificamente pelas notícias acerca da organização da UPEL, a serem discutidas no próximo capítulo. Tendo como articuladores nesse período, entre outros, Benjamin Mota, participante da UPEL, e Neno Vasco²³, anarquista luso-brasileiro com relevante atuação no movimento sindical de sua época, foi o primeiro jornal libertário com publicação regular em português, mas também com alguns artigos publicados em italiano. Criado em 1902, *O Amigo do Povo*, de publicação quinzenal, teve uma importância que ia além da exposição de matérias acerca do movimento operário. Para Alexandre Samis:

²² *O Protesto*, 4 de fevereiro de 1900, citado por (LOPES in DEMINICIS; REIS, 2006, p. 204).

²³ Sobre Neno Vasco, ver: SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o Anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

Jornais como O Amigo do Povo, cumpriram o papel de espaço político deliberativo informal do movimento anarquista nos seus primeiros anos. Forjaram, mesmo na esfera pública burguesa, um lugar definido para o livre debate das ideias, o locus fundamental para a circulação de teses, traduções e sínteses políticas. O “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, de 1906, no Rio de Janeiro, foi, não apenas tributário, mas um dos resultados concretos da mobilização, encenada pela imprensa libertária, de iniciativas e energias que se encontravam dispersas (SAMIS, 2004, pp. 7-8).

Neno Vasco, recém chegado ao Brasil em 1901, foi um dos principais animadores do periódico, atuando na direção, na revisão e nas diferentes traduções para o português de artigos estrangeiros. Sendo assim, cumpriu um importante papel com a troca de informações entre anarquistas de diferentes origens, além de construir novas reflexões sobre o anarquismo através dos debates que perpassavam as páginas do jornal. Ainda segundo Samis:

O periódico, já em seu segundo número, definia, dando pouca margem à dúvida, o itinerário proposto por seus colaboradores. Os apelos à “greve geral”, como a forma mais “eficaz” e “rápida” para resolver problemas salariais e preparar o ânimo do proletariado para o enfrentamento definitivo entre as classes, além da “boicotagem”, expressavam o caráter de O Amigo do Povo. A opção sindical, claramente defendida pelo jornal, acrescida do combate ao parlamentarismo, delimitou não apenas o campo de atuação dos responsáveis pelo veículo, mas também, auxiliou no desenvolvimento de um intenso espaço de polêmicas que, no período da criação do

jornal, crescia significativamente nos grandes centros do Brasil (SAMIS, 2004, pp. 8 e 9).

Este “campo de atuação” do jornal era complementado também pela venda de brochuras relacionadas ao movimento operário, tanto na sede editorial, em São Paulo, quanto na residência de colaboradores no Rio de Janeiro²⁴, que ainda podiam ser enviadas por correio. Na edição de número 10, de 16 de agosto de 1902, – que continha também uma coluna intitulada “Crônica Fluminense”, de Mota Assunção, em apoio à greve dos marceneiros no Rio de Janeiro – vem publicada uma lista de “Livros e Folhetos”, em português, espanhol e italiano, disponíveis para venda. Entre estes, destacamos as seguintes obras e valores:

A sociedade futura, por Jean Grave – 3\$000

Entre camponeses, por E. Malatesta – 400

A moral anarquista, por Kropotkin – 500

Germinal, por E. Zola – 3\$000

Senza Patria, por Pietro Gori – 600

L’Anarchia, por E. Malatesta – 500

I Delitti di Dio, por S. Faure – 300

I prodotti della Terra e dell’Industria, por Eliseo Reclus – 200

L’Espropriazione, por P. Kropotkin – 100

El Cancionero Revolucionario – 300²⁵

Não obstante, uma coluna deste mesmo número do jornal *O Amigo do Povo*, nos apresenta mais um indício sobre o “ambiente intelectual” do momento em que a ideia de

²⁴ Segundo o jornal, os pedidos no Rio de Janeiro deviam ser feitos à Mota Assunção, na Rua dos Inválidos, nº24.

²⁵ *O Amigo do Povo*, 16 de agosto de 1902.

formação da UPEL pôde surgir. Na coluna de nome “Secção Livre”, endereçada “aos Anarquistas e aos Grupos Operários Socialistas-Revolucionários”, uma comissão composta por Benjamin Mota, Neno Vasco, Augusto Donati e Juan Baustista Perez, propõe a reunião de um “congresso operário socialista revolucionário” em São Paulo. Com o objetivo organizador de conhecer “o estado do movimento socialista revolucionário, especialmente o anarquista, no E. de São Paulo, e bem assim o estado de consciência socialista dos nossos companheiros”²⁶, os proponentes apresentam seis tópicos a serem discutidos por seus interlocutores, não só de São Paulo, mas também de outros Estados. Entre os tópicos, onde figuram temas como as consciências socialistas nas diferentes regiões do Estado, as colônias anarquistas como meios de propaganda, as organizações de propaganda e de classe, as uniões livres, o tópico número quatro apresenta o seguinte questionamento: “Devem os socialistas-anarquistas trabalhar para a fundação de Universidades Populares e combater o alcoolismo?”²⁷. Portanto aqui podemos perceber mais uma tentativa destes colaboradores do jornal a fim de mobilizar os trabalhadores para a luta, promovendo debates, conferências, congressos, e discutindo a possível formação de escolas e até Universidades Populares, para a instrução dos trabalhadores, em horários compatíveis com a jornada de trabalho, retirando-os das tavernas, onde o alcoolismo era considerado por estes como mais um problema social que atingia os que trabalham.

Assim como os jornais operários, outros espaços do período também contribuíram para a divulgação/construção das ideias revolucionárias e com isso para a mobilização para a luta. Dentre estes espaços²⁸, Milton Lopes destaca a importância da

²⁶ *O Amigo do Povo*, 16 de agosto de 1902.

²⁷ *O Amigo do Povo*, 16 de agosto de 1902.

²⁸ Ver o artigo de LOPES, Milton. *Memória anarquista do Centro Galego do Rio de Janeiro (1903-1922)*. Disponível em: <https://marquesdacosta.wordpress.com/artigos-do-npmc/memoria-anarquista-do-centro-galego-do-rio-de-janeiro-milton-lopes/>. Acesso em: setembro de 2016. E ainda a pesquisa sobre os lugares de militância do anarquismo no Rio de Janeiro, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisas e Práticas de Ensino da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPPE-UERJ), que pode ser consultado em: <https://anarquismo.lppe.ifch.uerj.br/index.html>.

Rua da Constituição – antiga Rua dos Ciganos, uma das ligações entre o Campo de Santana e a Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro – como reduto anarquista na cidade, onde alguns locais estão associados à memória da atuação libertária fluminense. Segundo Milton, no número 14 do referido logradouro funcionou a primeira livraria especializada em literatura anarquista da região, do poeta libertário Lírio de Resende. Já no número 47, em um edifício de três pavimentos, teve lugar o Centro Internacional dos Pintores, um dos primeiros sindicatos da então capital, e ainda primeira sede da UPEL. Nos números 30 e 32, funcionou o Centro Galego, lugar de eventos como apresentações teatrais, festas, festivais e conferências com temáticas libertárias, muitas delas também “festas de propaganda” onde fora possível angariar fundos para dar suporte às iniciativas dos movimentos dos trabalhadores, contribuindo por exemplo com a produção de jornais operários. O Centro Galego abrigou ainda, em 1906, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de relevante importância para o movimento operário do país, principalmente por representar a primeira mobilização de uma luta coordenada de trabalhadores de diversas partes do Brasil. Aqui destaca-se ainda a aproximação dos anarquistas com a atuação em sindicatos, levada a cabo com a prática do sindicalismo revolucionário, cujas ideias são predominantes no movimento operário a partir deste congresso.

Retornando agora aos participantes da UPEL, iniciamos com a apresentação de Fábio Lopes dos Santos Luz. Nascido em 1864 na cidade de Valença, na Bahia, Fábio Luz foi para Salvador na juventude para estudar no Liceu Provincial, concluindo o curso de Humanidades em 1882. Em seguida, cursou medicina onde em 1888 defendeu a tese “Hipnotismo e livre-arbítrio”. Com a conclusão do curso, se dirigiu para o Rio de Janeiro, em busca de emprego. Na cidade, conseguiu uma colocação na Hospedaria de Imigrantes, onde podia assistir aos estrangeiros que desembarcavam na Ilha das Flores,

e também um emprego como inspetor de uma escola pública da cidade. Segundo Milton Lopes, o médico baiano começou cedo, ainda em Valença, a se indignar com as injustiças sociais ao testemunhar os registros que seu pai, escrivão, fazia da venda de escravos em leilões. Já em Salvador, participou das campanhas abolicionista e republicana, sensibilizado e constrangido diante da pobreza, do sofrimento e das diferentes humilhações impostas por policiais, também negros, aos seus semelhantes (LOPES *in* DEMINICIS; REIS, pp 208-209, 2006).

Uma importante fonte sobre as ideias de Fábio Luz é o seu *Testamento Libertário*, publicado postumamente por Edgar Rodrigues em 1993. Podemos encontrar em suas reflexões autobiográficas vestígios das filiações teóricas importantes para sua formação enquanto intelectual e militante libertário. Nas palavras do autor, sobre a sua trajetória política e preocupações com as questões sociais, reproduzimos o seguinte trecho:

Tornei-me abolicionista por sensibilidade. Constrangido quando observava a miséria, os sofrimentos e humilhações impostas pelos policiais negros aos seus semelhantes. O Estado, o Império, apareciam-me como responsáveis por estes atos de desumanidade, atribuía-os a todas as formas de Governo. Este entendimento fez nascer em mim aspiração de uma forma de Governo que fosse mais humano e igualitário.

Supus que uma República democrática realizaria esse ideal e me tornei republicano apesar do decreto que pôs fim à escravidão ter sido aprovado pela Monarquia, forçada pela propaganda que o povo fazia. Enganei-me, e só mais tarde percebi o equívoco em que vivi, colaborando na organização republicana que, com sua revolução

mudou os homens e exploradores, deixando na essência de seus discursos e enfáticas promessas a mesma exploração da monarquia, autocrática, oligárquica e ditatorial.

Comecei então a preocupar-me com a questão econômica e a má distribuição da riqueza social, criada pelo trabalhador, dinamizada pelos exploradores e açambarcada pelos capitalistas (LUZ apud RODRIGUES, 1993, p. 208).

Aqui fica claro o percurso ideológico traçado por Fábio Luz, desde as suas primeiras aspirações abolicionistas, passando por um republicanismo ainda crente na possibilidade de se reformar a sociedade por meio de parâmetros burgueses, até que, finalmente, segundo ele mesmo, pôde entrar a fundo na “questão social”, onde os fundamentos anarquistas começam a se fazer presentes durante seus primeiros anos de militância. E aqui, o aspecto educacional se destaca, onde sua atuação neste campo se revela por meio da escrita literária, fundando periódicos, colaborando em jornais operários, e se efetiva com a formação da UPEL. Neste outro trecho, de seu testamento político, ele descreve um pouco mais do seu passado e a importância das leituras anarquistas, segundo o próprio, “instintivas” para as suas ações:

Desde menino assistia a cenas de escravidão e rebelei-me contra a autoridade do Estado. Não conseguia encontrar explicação para a desigualdade entre os homens, uns, ricos e dominadores; outros, pobres, humildes e padecendo injustiças. Meu pai era escrivão e mais tarde administrador de rendas da fazenda na cidade de Valença, onde nasci. Nesta repartição eram legalizadas as compras e vendas de escravos e a cobrança de impostos desse transpasse de propriedade.

A responsabilidade do Estado, o império, se me apresentava nesses

atos desumanos e atribuía tudo isso à forma de governo. Foi quando, por casualidade, caiu em minhas mãos o livro de Pedro Kropotkine: ‘Palavras de um Revoltado’. Em seguida li avidamente tudo quanto Kropotkine havia escrito, revelando-me a mim mesmo.

Em busca de leitura anarquista encontrei outros jovens intelectuais: Elisio do Carvalho, Manuel Curvelo de Mendonça, Pedro do Couto, Rocha Pombo, Pausilipo da Fonseca, João Gonçalves da Silva, Maximino Maciel, grupo que impulsionou em 1903 a publicação de ‘O Ideólogo’, de minha autoria, ‘Regeneração’, de Curvelo de Mendonça, duas obras francamente anarquistas; o lançamento da revista ‘Kultur’ e a fundação da Universidade Popular, embasadas nas leituras de Kropotkine, Reclus, Jean Grave e Tolstoi” (LUZ apud RODRIGUES, 1993, pp. 208-209).

Portanto, foi a partir da descoberta de autores como Kropotkin, Reclus e Tolstoi, que foi surgindo no autor a inspiração para criar romances de cunho social como *Ideólogo* (1903). Analisando as atuações, indissociáveis, literária e militante de Fábio Luz, Josely Tostes de Lima defende que foi sobretudo Kropotkin “o guia intelectual” do autor, que não deixa de demonstrar em suas obras a admiração e identificação com o revolucionário russo. Em *Dioramas*, uma antologia de críticas literárias, o autor que, segundo Lima, não deixa de apresentar características cientificistas e positivistas de finais do século XIX, acaba incorporando aspectos libertários, também do período (LIMA, 1995, pp. 17-18).

Em um capítulo de análise crítica sobre a obra de Kropotkin, em *Dioramas*, Luz, que demonstrou conhecer importantes aspectos biográficos da vida do autor, esboça “homenagens de discípulo”, declarando que foi em seus livros “que completei minha

formação moral, apurei minhas tendencias sociais, intensifiquei minhas aptidões de revoltado” (LUZ, 1934, p. 117). Fábio Luz conclui o texto da seguinte forma:

Não foi outro meu intento, escrevendo estas linhas a respeito da obra de Pedro Kropotkine, senão o de prestar pobre e insignificante homenagem ao único espírito pelo qual me tomei, a princípio, de simpatia depois de admiração e por fim de veneração. Espírito libérrimo, um tanto ou quanto iconoclasta, rebelde e revolucionário, jamais tive ou aceitei ídolos ou mestres; nunca me prendi aos grandes nomes das letras e das ciências senão às suas ideias.

A vida romântica de Kropotkin, seus estudos da natureza, seus livros de economia política libertaria, seus livros de ciência sempre me atraíram e se não fora presunção de pobre hera desconhecida, eu diria que fui seu discípulo e com ele aprendi a coordenar e dirigir, bem divulgadas, minhas tendências anarquistas, minhas revoltas de libertário (LUZ, 1934, p. 132).

Sobre a obra *Ideólogo*, conforme Lima, estão presentes características complementares do médico, do escritor e do militante, onde fica explícito o tom autobiográfico. Neste romance, publicado em 1903, o autor remonta o cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro durante a virada do século XIX para o XX, isto é, aspectos sociais e políticos, principalmente as mudanças e transformações na paisagem urbana, retratando a reação dos pobres frente as iniciativas governamentais de saneamento e inspeções das habitações, além das epidemias que vinham dificultando ainda mais a já difícil vida dos que trabalham. Em um dos personagens principais, *Anselmo*, que transita entre os lados rico e pobre da cidade, de origem burguesa, anteriormente abolicionista e republicano, porém agora preocupado com as questões sociais,

registram-se “os sonhos libertários” de Fábio Luz. A autora propõe que naquele momento este fazer literário possuía características que iam além do puro entretenimento, apresentando-se como mais um meio de educação política, ou seja, uma forma de intervenção direta no social (LIMA, 1995, pp. 18-20).

Consoante com o argumento acima, para Edgar Rodrigues, Fábio Luz foi sobretudo um dos pioneiros “semeadores” brasileiros do anarquismo, que para além dos anarquistas que se ocupavam das greves e reivindicações trabalhistas, pôde também, de maneira inovadora, criar iniciativas benéficas à sociedade, sempre visando um bem estar social amplo, em um mundo mais justo, livre e igualitário. Como escritor, inovou com o gênero “romance social”, publicando os seguintes títulos:

Hipnotismo e Livre Arbítrio, A Tuberculose do Ponto de Vista Social, Novelas, Ideólogo, os Emancipados, Virgem Mãe, Nunca, Elias Barão, Salamandra, Petição de Amor, Holofernes, A Paisagem no Conto, na Novela e No Romance, Estudos de Literatura, Dioramas, Fuseiros, A Internacional Negra, Nós e os Outros, Lua Nova ou Amor Livre, Graças a Deus (teatro), Leituras de Ilka a Alba, Memórias de Joãozinho, e numerosas peças de teatro infantil (RODRIGUES, 1969, p. 153).

Já como jornalista, polemista e crítico literário, Rodrigues enfatiza que Fábio Luz, colaborando em diversos jornais e revistas, nacionais e internacionais, não se assemelhava aos que nesta profissão escreviam apenas por vantagens pecuniárias:

Escrevia por idealismo, para defender os oprimidos, para combater a desigualdade social, para demolir velhos e novos preconceitos, para

fazer literatura nova e para pregar ser ideal libertário e seu humanismo (RODRIGUES, 1969, p. 153).

Fábio Luz atuou também como inspetor escolar onde se destaca sua iniciativa pioneira de criação das “Caixas Escolares”, com o objetivo de facilitar o acesso a livros e refeições aos alunos pobres. Defendeu ainda, neste ambiente escolar, a supressão dos “métodos arcaicos, conservadores e estreitos do ensino”. Nas palavras de Edgar Rodrigues:

Para formar mentes sadias e livres, propunha radicais modificações, eliminação de heróis mortos, de guerreiros cujos feitos preponderantes foram os de manejar armas assassinas. O anarquista Fábio Luz era pacifista por excelência (RODRIGUES, 1969, p. 154).

É apropriado aqui refletirmos também, mais uma vez, sobre a crítica apresentada acima²⁹ referente ao argumento da “planta exótica”, utilizado inclusive por pesquisadores do movimento operário, a partir do próprio exemplo de Fábio Luz, que construindo reflexões sobre as ideias libertárias circulantes no período, realiza ações objetivas e originais para a mudança social no ambiente em que se encontra.

O principal administrador da UPEL, também interessado inicialmente pelas leituras anarquistas, foi Elysio de Carvalho. Nascido em 29 de janeiro de 1880, em Alagoas, Elysio se muda para o Rio de Janeiro quando tinha por volta de 18 anos, onde começa a colaborar em jornais fluminenses e paulistas. Já a partir de 1899, publica traduções livres de Oscar Wilde, além de obras autorais de poemas e contos. Segundo Milton Lopes, é na capital que ele começa a se interessar pelas leituras e ideias

²⁹ Ver p. 93.

relacionadas à reforma social, inicialmente as obras de Zola e de Octave Mirbeau, prosseguindo com autores como Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus, entre outros. No entanto, diferente de Fábio Luz, que simpatizava com o comunismo libertário, cujas bases se encontravam principalmente no pensamento de Kropotkin, Elysio demonstrou neste período uma orientação para o anarquismo individualista, associado principalmente às leituras de Max Stirner e Nietzsche (LOPES *in* DEMINICIS; REIS, pp 211-214, 2006).

Uma importante fonte sobre a atuação de Elysio, principalmente no campo educacional, é a *Revista Kultur*³⁰, editada por ele em 1904, uma revista internacional de estudos culturais, sociais e filosóficos. Os editoriais publicados já nos primeiros números nos indicam alguns dos objetivos e anseios presentes nesta iniciativa – relacionados principalmente com a emancipação dos trabalhadores com base em fundamentos anarquistas como solidariedade, autonomia e liberdade –, além de nos apresentar alguns dos referenciais teóricos utilizados por estes indivíduos no período. O primeiro número, de março de 1904, inicia com a reprodução de um artigo de Kropotkin sobre a “filosofia positiva”, ou melhor, uma crítica sobre os aspectos oriundos de uma “moral cristã” presentes em Augusto Comte. Em seguida, um artigo assinado pelo editorial da revista defende a importância dos estudos de Kropotkin, onde novas reflexões foram sendo construídas por outros espíritos que sonham com um futuro melhor:

Todos aqueles que se preocupam com a questão social, embora não sejam propriamente socialistas, comunistas o anarquistas, rendem desde muito tempo justas homenagens a esse grande vulto luminoso

³⁰ Conferir também RIBEIRO, Alex Brito. *Revista Kultur: Anarquismo e literatura como prática de militância*. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512827_ARQUIVO_Artigo-RevistaKultur.pdf> Acesso em: outubro de 2016.

da nossa propaganda.

No Brasil, o grande escritor russo é lido por quase toda gente que maneja uma pena de escritor; e sabemos que os nossos positivistas, especialmente, lhe são simpáticos, meditam as suas obras e as recomendam a todos que aqui são mais ou menos adeptos da doutrina de Augusto Comte. (...)

E assim deve ser em bem dessa humanidade a quem eles tributam tão grandes homenagens; porque afinal de contas é forçoso reconhecer que o mundo não ficou parado com a morte de Augusto Comte.³¹

Este número da revista, que contém também artigos de Neno Vasco, Benjamin Motta, Joel de Oliveira, Juan Más y Pi, sobre temas como “o culto dos heróis”, os congressos e a literatura anarquistas, traz um estudo sobre o movimento anarquista no Brasil, onde Elysio de Carvalho discorre sobre sua organização política, seus meios de propaganda, enfim as tendências gerais e específicas do movimento. Aqui o autor, que se define como “anarquista individualista”, propõe que no país existem os “anarquistas comunistas” e os “individualistas anarquistas”, que para além das divergências teóricas estariam “juntos” nesta luta travada contra o Estado. Este texto, que continua nos próximos números da revista, é na verdade um trabalho escrito especialmente para o professor francês Augustin Hamon³², cujo objetivo fora a publicação no periódico anarquista *L'Humanité nouvelle*, editado entre 1897 e 1903, na França. É ainda nesta edição inaugural da *Kultur* que é apresentada a iniciativa da UPEL, no momento ainda em preparação, e o posicionamento dos editores sobre esta:

³¹ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 01, março de 1904.

³² Algumas correspondências, manuscritas e datilografadas, entre Hamon e Carvalho estão disponíveis nos arquivos do International Institute of Social History, em Amsterdã, inventário nº 27, ARCH00546.

A Revista Kultur, que adere com toda a sinceridade à essa obra imensa, faz um caloroso apelo a todos os seus amigos, a todos os sinceros, a todos os amantes do saber e do progresso, a todos aqueles que se interessam pelos destinos do proletariado e a todos os elementos conscientes do operariado, para que não abandonem essa tão bela iniciativa que tão relevantes serviços prestará a causa da humanidade e da justiça. O camarada Elycio de Carvalho distribuirá por estes dias uma brochura, intitulada *Notícia sobre a Universidade Popular d'Ensino Livre*, com o intento capital de agitar essa grande ideia e mover os espíritos em torno dessa iniciativa.³³

Aqui podemos perceber os objetivos políticos presentes na revista, associados sobretudo ao caráter educacional como base formativa para construção de consciências revolucionárias e emancipatórias entre os trabalhadores. O segundo número da *Kultur*, de abril de 1904, inicia com uma espécie de editorial/manifesto que expõe um pouco melhor suas características e objetivos:

A Kultur, que será um magnífico instrumento educador da razão e da sensibilidade terá por único objetivo: produzir por meio duma linguagem varonil uma indomável corrente de opinião, formar homens conscientes autônomos e afirmativos, fortificar as vontades ativas, renovar o objetivo da mocidade completamente transviada por uma corja de charlatães, destruir todos os dogmas, todos os ídolos, todos os prejuízos que embaraçam a cultura positiva, fortificar o espírito de rebeldia individual, aniquilar esta improdutividade da vida brasileira, criar um ambiente próprio dos homens livres, estabelecer laços de

³³ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 01, março de 1904.

solidariedade entre todos os anarquistas, inaugurar uma era inteiramente nova na história do movimento revolucionário do Brasil.³⁴

Em outro trecho, que destaca a liberdade, independência e autonomia dos colaboradores da revista, bem como a tolerância necessária para uma frutífera reflexão entre os diversos temas em debate, podemos ter ideia dos escritores, sociólogos, filósofos e outros pensadores do anarquismo que eram lidos neste cenário, a partir das próprias referências bibliográficas apresentadas neste editorial, o que demonstra ainda a considerável circulação das ideias anarquistas neste período no Brasil:

Assim ela (a revista) conta com a valiosíssima colaboração dos mais notáveis pensadores, filósofos, sociólogos e escritores do anarquismo, como sejam: Kropotkin, Elisée Reclus, Malato, Malatesta, Tailhade, Hamon, Robin, Mirbeau, Urales, Faure, Zo D'Axa, Lorenzo, Apolo, Camba, Basterra, Coromines, Gener, Desvaldés, Lantoine, Veidaux, Quillard, Mella, Prat, Tarrida, Grave, Cristiano Carvalho, Gori, Fabbri, Perez Jorba, Janvion, Domela, Mackay, Toker, Carpenter, Charles Albert e muitíssimos outros.³⁵

Contudo, embora não possamos negar a importante passagem de Elysio de Carvalho pelo movimento anarquista, e especialmente sua considerável mobilização para organização, criação e funcionamento da UPEL, este acabou abandonando as ideias libertárias posteriormente, chegando mesmo a perseguir seus antigos companheiros de luta quando passou a ocupar um cargo na polícia investigativa,

³⁴ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 02, abril de 1904.

³⁵ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 02, abril de 1904.

trabalhando com Félix Pacheco. Sobre a personalidade contraditória de Elysio, especialmente a ascensão do elitismo burguês em sua obra, Antônio Arnoni Prado é quem nos descreve alguns aspectos relevantes sobre sua trajetória. Destacam-se as reuniões que aconteciam em sua casa, onde participavam escritores e artistas para a discussão de ideias, para a organização de uma revista, *A Meridional*, lançada em 1899, além da utilização da notável biblioteca desta residência na Rua da Riachuelo. Sobre estas reuniões, Prado faz referência a um depoimento do memorialista Luiz Edmundo³⁶, que aqui também reproduzimos:

Elysio de Carvalho que, pela época (1901), se casa com mulher rica, instalando-se na rua do Riachuelo, organiza uma notável biblioteca de moderna literatura, mandada buscar diretamente à Europa: livros franceses e ingleses, espanhóis, italianos, quase sempre em edições de grande luxo, volumes impressos em geral na Holanda, China e Japão, coleções raras e caríssimas. Empréstos livros a todos os seus amigos e mesmo aos que o não são. Exemplares únicos, custando verdadeiras fortunas. Uns voltam, outros desaparecem para sempre, sem que se saiba, exatamente, onde... E a caixotaria a chegar da Alfândega, e mais pacotes, as faturas, os catálogos... E o Elysio, como um nababo, a encher as estantes dele, dos amigos, dos sebos da rua S. José... (EDMUNDO *apud* PRADO, 1983, p. 10).

Segundo ainda Luiz Edmundo, teriam honestamente se aproveitado deste “delírio bibliomaniaco”, “certos intelectuais pobres, da sua maior intimidade”, o que só termina quando foram esgotados os importantes dotes de sua companheira. Entretanto, Elysio não se preocupa, tendo em vista que, segundo o próprio, teriam prometido a ele

³⁶ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal-Conselho Editorial, 2003.

uma colocação “aí numa repartição qualquer” (EDMUNDO, 2003, p. 474).

Analisando, portanto, esta primeira fase de Elysio de Carvalho, “de grande entusiasmo anarquista”, momento em que este se aproxima do movimento na cidade, convivendo com Fábio Luz, Rocha Pombo, José Veríssimo, Silva Marques, entre outros, Prado identifica uma inserção intelectual de Elysio extremamente preconceituosa, para o autor marcas irracionais do arbítrio presentes nesta falsa vanguarda, que se revela ambígua e autoritária, “responsável por um novo tipo de inconformismo, que, apesar de ostensivo, jamais se volta contra o ordem e a disciplina” (PRADO, 1983, p. 10). Em outros termos, se destaca a aproximação com as vanguardas revolucionárias européias na tentativa de estabelecer projetos supostamente revolucionários, que incluiriam suas obras nos caminhos da literatura social em destaque no ocidente. No entanto, Elysio não deixara de revelar em seus textos a proximidade com os argumentos das elites, autoexcluindo-se da literatura brasileira por considerar-se um “espírito europeu”. Prado vai além, relacionando estas marcas de irracionalidade na trajetória intelectual de Elysio com as argumentações desenvolvidas no momento conservador posterior:

Na verdade, é através dele que entram em circulação muitos dos clichês autoritários que funcionarão depois como motivos decisivos do reformismo integralista. O seu argumento pretensamente filosófico, alto e culto, esconde nas entrelinhas alguns pontos de amarra que serão depois fundamentais aos apelos teóricos do Estado Nacional. A constatação lida, por exemplo, em Schopenhauer, acerca da impossibilidade da existência feliz, do mesmo modo que a impressão ligeira sobre o individualismo de Stirner ou sobre o niilismo de Nietzsche, se não fundamentam uma atitude de consciência, pelo menos legitimam a intenção rudimentar que será responsável pelo

perfil truculento da alegoria restauradora de certo modernismo da direita (PRADO, 1983, p. 16).

Em 1909, Elysio acabou confessando, em sua obra *Five o'Clock*, o abandono das ideias e do movimento anarquista, um “arroubo de juventude”, “uma atitude absurda”, que para ele havia morrido:

Foi o meu profundo sentimento do belo, o meu culto apaixonado pela arte, a minha intransigente admiração por todas as formas de grandeza e o meu conceito individualista da história, que me levaram a renunciar meu passado político. O anarquismo, como ideia, é uma expressão filosófica saída do cristianismo – o maior flagelo da humanidade – e, como fato, é o maior obstáculo à floração da intelectualidade, da beleza e da arte: é uma doutrina em decadência (CARVALHO *apud* SANT’ANA, 1982, p. 41).

Outro participante da experiência da UPEL foi Manuel Curvelo de Mendonça (1870-1914). Natural de Sergipe, estudou na Faculdade de Direito de Recife, dirigindo-se, em seguida, para o Rio de Janeiro onde chefou uma seção da Intendência Municipal da cidade, foi membro do Conselho de Instrução Pública, sendo ainda professor e diretor do Instituto Comercial do Distrito Federal³⁷. Curvelo teria entrado em contato com o comunismo cristão a partir da obra de Liev Tolstói e acabou se associando a este grupo de intelectuais anarquistas do Rio de Janeiro preocupados com a construção de uma sociedade futura mais justa, livre e igualitária, por meio da instrução popular dos trabalhadores. Publicando artigos em jornais e revistas, contos e ainda o romance *A*

³⁷ Informações apresentadas por RAMUS, Gustavo. *Anarquismo cristão e sua influência no Brasil*. São Paulo: Revista Verve, n° 13, pp. 169-183, 2008.

regeneração da humanidade (1903), o escritor Curvelo de Mendonça, especialmente neste último, deixa claro sua adesão as ideias de Tolstói, principalmente os fundamentos do amor, da solidariedade e da ajuda mútua, um retorno ao considerado cristianismo primitivo, uma espécie de comunismo religioso, que tinha por característica a contestação ao reino dos homens e, assim, também ao Estado, insubmissão esta considerada, portanto, como um preceito nas origens do cristianismo. Para Fábio Luz³⁸, *A regeneração da humanidade*, do “tolstoiano entusiasta” Curvelo de Mendonça, se tratava de um texto anarquista que enfatizava a questão educacional, onde era proposto a utilização do “método livre e de amor” como meio ácrata de transformação social (RAMUS, 2008, pp. 169-183).

Sobre este romance de Curvelo de Mendonça – cuja trama que transcorre no *Engenho Jerusalém*, onde Antônio, o administrador, inspirado em leituras de cunho social, promove a *regeneração* da antiga fazenda abandonada, não deixa de sugerir passagens bíblicas, sendo também marcada por uma simples e mútua relação entre o homem e a natureza – destacam-se as reformas que perpassam o âmbito educacional dentro da vila operária, como no seguinte trecho: “A missão do professor era, pois, despertar, guiar, encaminhar as energias; mas não contê-las, reprimi-las com os velhos processos que encheram de ódio as escolas” (MENDONÇA *apud* HARDMAN, 2002, p. 125). Francisco Hardman sugere que a crença no caráter regenerador da educação presente na obra “aproxima-se das propostas racionalistas da Escola moderna, do anarquista catalão Francisco Ferrer y Guardia”. Enfatiza-se sobretudo a importância dos autores anarquistas entre estes “dissidentes” brasileiros, onde Kropotkin foi um dos mais lidos, especialmente a obra *A Conquista da Pão* (HARDMAN, 2002, pp. 125-126).

Analisando as produções literárias de finais do século XIX até o advento do

³⁸ Registros de seu *Testamento Libertário* publicado em RODRIGUES, 1993, pp. 208-209.

modernismo em 1922, Hardman destaca como a historiografia do período tratou a época transitória entre o “naturalismo carregado” de Aluísio de Azevedo, por exemplo, e a Semana de 1922, cujas características principais são “a heterogeneidade e a contradição”, genericamente como “pré-modernismo”, termo que segundo o autor não consegue definir as especificidades daquele contexto literário, marcado pelas incertezas condizentes com o momento transitório. Com este questionamento, o autor pretende uma reavaliação crítica conforme a qual a literatura possa ser entendida como parte integrante dos processos sociais em curso, onde possa ser compreensível as contribuições estéticas estrangeiras. Propõe-se que o fator mais importante do caráter instável e transitório dos discursos deste momento, “aspecto essencial e determinante de todas as tensões, contradições e mudanças vividas pela produção literária ‘pré-moderna’”, foi a presença do proletário industrial como classe social em formação, o que envolve internacionalismos socioculturais e políticos, imigração, mudanças nos modos de vida, nas linguagens populares, nos perfis urbanos, e movimentos de classe próprios. O autor enfatiza ainda a importância dos “intelectuais dissidentes” como intermediários entre os ideais anarquistas e os elementos radicais do movimento operário, onde a recusa dos discursos dominantes e a produção destes discursos “anarquizantes” revelam os efeitos da presença da classe e do movimento obreiro sobre setores da pequena burguesia. Com isso, tanto o pensamento quanto as formas textuais libertários fazem parte da história da literatura do país, “colocada de fora” pelo discurso dominante posterior (HARDMAN, 2002, pp 115-118).

Podemos ainda ilustrar esta presença do movimento obreiro a partir das próprias falas destes autores referenciados. Curvelo de Mendonça, em artigo de apresentação da obra de Fábio Luz, publicado no segundo número da *Revista Kultur*, em 1904, que não deixa de nos demonstrar mais uma vez a atuação militante deste grupo, descreve o

trabalho político do autor de *Ideólogo*, segundo Mendonça mais um discípulo de Kropotkin, e revela um pouco da receptividade do romance entre setores da elite:

A imprensa e a crítica literária burguesas trataram friamente desse bom e singelo romance, em que transparece a alma igualmente singela e boa de seu distinto autor. Evidente má vontade, propósito firme de catar defeitos numa obra que lhes não agradava por causa de sua inspiração revolucionária. (...)

Fábio Luz não se meteu a fazer um romance pelo desejo de aparecer em público e criar nome literário. Sua obra tem o cunho do sentimento que o levou a executá-la. E, se *Ideólogo* foi uma surpresa para muitos, não o foi para aqueles que lhe notaram já na literatura ligeira, no conto e em suas formosas e apreciadas novelas, uma tendência cada vez melhor definida para fazer a crítica dos vícios políticos e sociais. (...)

É um pensador que se agita à altura das lutas mundiais. Médico que é, vê na sociedade uma chaga aberta pela miséria no flanco de sua mais numerosa classe – esse proletariado mais ou menos patente, que aqui veste blusa e além veste casaca, sempre, porém, gritando por um pedaço de pão e um pouco mais de justiça nas relações sociais.

Pareceu-lhe digno engrossar o pequeno número daqueles que entre nós desejam cicatrizar essa ferida histórica – e ei-lo a escrever possuído do fulgor íntimo dessa verdade, que lhe acena os nervos e dita os movimentos.³⁹

Dentro dos perfis ideológicos dos variados participantes da UPEL, conforme o esquema proposto por Milton Lopes⁴⁰, apresentamos até o momento um representante

³⁹ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 02, abril de 1904.

⁴⁰ LOPES in DEMINICIS; REIS, 2006, pp. 203-229.

anarco-comunista, Fábio Luz; um anarco-individualista, Elysio de Carvalho; e um tolstoiano, Curvelo de Mendonça. Merecem referência ainda aqueles participantes definidos por Lopes como “periféricos”, alguns escritores e propagandistas da instituição que, mesmo não podendo ser classificados como anarquistas, apresentavam alguma proximidade com as ideias ácratas neste momento, além de alguma colaboração com o movimento, com os mobilizadores ou com suas ações. Entre estes, apresentamos o professor José Francisco Rocha Pombo (1857-1933). Nascido na cidade de Morretes, no Paraná, iniciou sua carreira atuando como jornalista, fundando e dirigindo nesta cidade o periódico *O Povo*, onde nestas páginas militou em favor das causas abolicionistas e republicana. Trabalhou, ainda bastante jovem, também no magistério, lecionando em uma escola de sua cidade natal. Em 1886 foi eleito deputado da assembleia provincial pelo Partido Liberal. Residiu ainda em Curitiba, onde publicou seu primeiro livro em 1881. O autor de contos, poemas e romances, acabou pesquisando também documentos e arquivos nacionais, trabalhando como historiador a partir de 1897, quando chega ao Rio de Janeiro. Na então capital federal, continuou exercendo as atividades de jornalista e professor.⁴¹

Para Milton Lopes, as ideias sociais de Rocha Pombo estão expostas em seu romance escrito por volta de 1900 e publicado em 1905: *No Hospício*. O protagonista, Fileto, conclama seus pares para aquilo que ele considera como “o dever de todas as consciências”, a guerra contra o Estado, entendido como o lugar das injustiças, onde a força organizada se erigiu produzindo a iniquidade. Aspectos educacionais também estão presentes na obra do autor, chegando a propor inclusive a criação de um “Instituto de Ensino”⁴², onde os “ecos anarquizantes” de mudança social, como propõe Hardman,

⁴¹ Informações bibliográficas consultadas no site da Academia Brasileira de Letras, Rocha Pombo foi eleito para a cadeira 39 da ACB, porém faleceu antes de empossar-se; e da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, onde se encontram as informações sobre o equipamento cultural Casa Rocha Pombo.

⁴² Cf. LOPES *in* DEMINICIS; REIS, 2006, pp. 215-216.

envolviam a mescla do espírito científico da época com a paixão revolucionária. Segundo este, Rocha Pombo estaria ligado neste momento ao “grupo de intelectuais anarquistas do Rio”, embora sem dúvida em menor grau que Fábio Luz, por exemplo, ligação esta que representava “simpatias difusas” aos libertários, que podem ser confirmadas em suas crônicas reunidas em *Contos e pontos* (1911), que continham artigos sobre a Revolução de 1905 na Rússia, contra a lei de expulsão de imigrantes, e ainda textos que refletiam sobre a instrução do operariado (HARDMAN, 2002, pp. 137-138).

Além disso, Hardman atenta todavia para a importância de algumas literaturas do período, certas “matrizes internas” que apresentaram alguns paradigmas básicos para os chamados “pré-modernistas” e, em especial, para os libertários. Entre elas estão *Canaã*, de Graça Aranha, e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ambas publicadas em 1902, que, embora apresentem diferenças quanto ao tema e ao estilo, tratam deste ambiente em mudança, onde se contradizem mundos antagônicos em disputa:

(...) esses livros constroem narrativas muito ricas e intrigantes em torno das relações de choque entre cultura e natureza, civilização e barbárie; se se quiser: entre a nova República com seus novos valores capitalistas – incluindo-se aí a imigração, colonização e formação de novos contingentes de trabalhadores livres – e a velha tradição das comunidades rurais isoladas (HARDMAN, 2002, p. 253).

Por fim, aqui temos que concordar também com o argumento de Hardman sobre as imbricadas relações que são estabelecidas entre os grupos trabalhadores e o ambiente literário neste momento anterior a 1922:

Ao tratar das relações entre literatura e classes trabalhadoras, não devemos imaginar apenas um movimento de “cima para baixo” (isto é, a influência de padrões estéticos dominantes sobre a cultura das classes subalternas – o tão falado modelo de *respectability*, segundo Hobsbawm), mas – simultaneamente – um movimento reverso, isto é, os efeitos pertinentes da presença social das classes baixas sobre a cultura dominante. Veremos, então, que esta não se apresenta tão “pura” assim (do ponto de vista da ordem burguesa), mas já expressa, nas fraturas e tensões mais significativas, os movimentos intersticiais que a existência dos deserdados desencadeia tanto no mundo material e nas instituições políticas, quanto no plano do imaginário social e das criações do espírito (HARDMAN, 2002, p. 255)

A seguir entraremos justamente nos aspectos materiais da experiência de formação da UPEL, na tentativa de compreender melhor estas complexas relações estabelecidas entre intelectuais e trabalhadores, a nosso ver, também efeitos da presença social dos movimentos de trabalhadores que, gradualmente, se fazem cada vez mais evidentes.

CAPÍTULO 3 – A UNIVERSIDADE POPULAR DE ENSINO LIVRE (UPEL)

Trataremos enfim dos aspectos mais específicos da formação da UPEL na então capital da República, tentando compreender como tal associação foi possível dentro do contexto apresentado, e levando em conta a nossa hipótese de investigação, segundo a qual, esta experiência educacional faria parte de um grupo de estratégias para a

ampliação da participação política entre os trabalhadores, presente neste grupo de intelectuais, alguns deles simpáticos aos ideais libertários, ou seja, um projeto político para a transformação da sociedade, onde a instrução dos trabalhadores fora entendida como um caminho para se destruir a dominação dos grupos oligárquicos e se construir a almejada revolução social.

Segundo o principal administrador da UPEL, Elysio de Carvalho, a origem e inspiração para a criação desta associação foram as ideias do escritor, escultor e tipógrafo francês Georges Deherme (1867-1937), que reivindicavam um ensino superior e popular para os trabalhadores. Aqui, revela-se também a circularidade das ideias anarquizantes em um contexto internacional, onde as trocas de saberes e práticas de luta, como formas de resistência contra as diferentes violências de Estados para com os trabalhadores, foram possíveis através das relações estabelecidas entre militantes, tanto intelectuais quanto operários, de diversas regiões. Sendo assim, com o objetivo de tentar compreender melhor esta apropriação, que não deixa de envolver também ressignificações, no Brasil, da ideia de formar Universidades Populares, discutiremos inicialmente alguns aspectos introdutórios do surgimento destas associações comprometidas com a instrução popular no contexto internacional.

Em seguida, apresentaremos os aspectos mais factuais sobre o surgimento da UPEL, referentes ao seu planejamento, organização e funcionamento – como as formas utilizadas inicialmente de “conferências preparatórias”, os discursos públicos dos colaboradores sobre os objetivos, os locais de reunião, as aulas ministradas, os seminários, palestras e conferências, os lugares de auxílio à comunidade como o “centro jurídico”, a biblioteca e outros espaços de lazer da associação, além dos professores participantes e seus respectivos cursos oferecidos à população trabalhadora –, a partir principalmente das publicações encontradas nos diferentes periódicos sobre estatutos,

curso, palestras, professores e outros eventos. A ideia é analisar as fontes de jornais sobre a UPEL seguindo a linha cronológica conforme iam sendo publicadas no ano de 1904, demonstrando assim o dia a dia da associação, desde o momento em que surge a ideia de formação, até o definitivo fechamento, principalmente os chamamentos, anúncios de reuniões e conferências, estatutos, a listagem dos membros, expostos em jornais operários e também governistas.

Por fim, discutiremos a colaboração deste grupo de intelectuais anarquistas durante os anos iniciais da República, na cidade do Rio de Janeiro, nesta associação comprometida com a instrução dos trabalhadores, buscando especificamente a participação efetiva destes no ambiente político. Ou seja, abordaremos o papel dos intelectuais em desconstruir os mecanismos de dominação social, analisando a atuação destes indivíduos atentos às questões sociais de sua época, na tentativa de propor um novo entendimento sobre as diferentes formas de resistência para o período em questão.

3.1 Sobre a ideia de Universidade Popular

Elysio de Carvalho, em uma conferência proferida no dia de fundação da UPEL, e transcrita posteriormente no jornal operário *O Amigo do Povo*, destacou que a ideia de fundar Universidades Populares não era uma novidade, sendo esta instituição inventada na França em 1898, por Georges Deherme. Naquele momento, segundo Carvalho, existiam cerca de 130 Universidades Populares somente na França, que se apresentavam como “armas de destruição da sociedade burguesa”. Afirmando que era o “sentimento de dever social que move os ânimos”⁴³, Carvalho, que se apresentava também, nesta mesma conferência, como admirador de autores como Proudhon, Tolstói, Kropotkin, Reclus, Mirbeau, Ibsen, Anatole France, entre outros, defendia que o surgimento das Universidades Populares pelo mundo marcava um novo momento

⁴³ *O Amigo do Povo*, 9 de abril de 1904.

histórico. Em suas palavras:

A Universidade Popular não é um acidente, uma fantasia de filantropos, é obra dos trabalhadores, responde a uma orientação nova do seu pensamento, corresponde a um movimento histórico real, o da classe proletária, dirigindo-se para a liberdade, é, enfim, uma cooperação moral organizada para a conquista dum poder indestrutível – o do pensamento.⁴⁴

Vimos acima⁴⁵ a característica de “revolução moral” presente nos argumentos libertários para a transformação da sociedade, principalmente defendidos levando em conta o aspecto educacional de alfabetização e instrução dos grupos trabalhadores, onde, portanto, educação e revolução social se apresentavam integrados dentro do projeto político destes militantes. Sendo assim, consideramos este aspecto importante para complementar o entendimento sobre a experiência da UPEL como uma ação política, em sentido anarquista vale enfatizar, ou seja, como uma estratégia de mobilização dos trabalhadores para luta por vias não parlamentares.

Com esta afirmação, acabamos nos aproximando também das observações de Edgar Rodrigues que, na apresentação dos objetivos de seu trabalho, enfatiza a importância de pesquisadores tratarem daquelas obras/ações pioneiras em discutir a emancipação operária, a se lançarem em lutas sociais e que criaram variadas associações para tal fim. Segundo Rodrigues, historiadores e críticos literários que analisaram este período “raramente mencionam o esforço titânico dessa plêiade de batalhadores em prol duma *cultura social*” (RODRIGUES, 1972, p.15), onde portanto,

⁴⁴ “Conferência de Elycio de Carvalho”, *O Amigo do Povo*, 9 de abril de 1904.

⁴⁵ Ver p. 85.

fora seu anseio como pesquisador do mundo do trabalho contribuir para “uma história que ainda não consta dos compêndios escolares a dos trabalhadores, a dos percussores, dos pioneiros da *cultura proletária*” (*idem*, p. 20). Nos aproximamos justamente deste conceito de uma de cultura social, proletária, construída por trabalhadores e idealistas organizados e preocupados com o desenvolvimento da “solidariedade humana e o apoio mútuo universal” que, neste momento, possibilitou não só a auto-alfabetização destes indivíduos como também uma formação social/política mais ampla, que acabou revelando, por exemplo, jornalistas, escritores, teatrólogos e músicos engajados no seio da classe operária. Antes de destacar a organização e fundação da UPEL no Rio de Janeiro, “onde se disseminava a cultura geral e a sociologia em particular”, o autor define o que seria esta outra faceta *política* do movimento operário:

Nossa contribuição não submete ao leitor apenas o exame dos movimentos grevistas (o direito de não trabalhar), de protesto e de reivindicações sociais, recursos de que lançara mão centenas de vezes o proletariado até 1922 para se fazer respeitar e assegurar as mínimas conquistas que o patronato burlava constantemente, mas também as suas preocupações com o ensino e a cultura para si e para seus filhos. Para tanto, fundava e sustentava escolas de alfabetização, nos sindicatos e junto aos locais de trabalho, fundava e sustentava grupos de teatro amador, centros de cultura social, e publicava jornais de defesa de classe, doutrinários, e alguns até tratando de sociologia (RODRIGUES, 1972, p. 22).

Outro aspecto também relevante para o entendimento deste novo *movimento histórico* para a formação de Universidades Populares, ao qual se refere Elysis de

Carvalho, sugerindo aqui a formação de uma cultura proletária de luta, diz respeito ao contexto internacional das primeiras organizações operárias impulsionadas por ânimos revolucionários que, a partir da segunda metade do século XIX, promoveram associações de autodefesa, ajuda mútua e resistência. Analisando a história *escamoteada* do movimento operário revolucionário, Eduardo Colombo enumera as principais características que darão forma em geral aos movimentos, sendo elas, a violenta oposição das classes, a consciência da condição econômica de explorado pelos trabalhadores e o internacionalismo. Em outros termos, segundo Colombo, a organização dos trabalhadores neste momento deve ser compreendida através da confluência dos seguintes fatores: 1- a formação do proletariado urbano no contexto da revolução industrial e de suas consequências, como longas jornadas, salários de fome, mobilidade de mão de obra do campo para a cidade, desemprego e exército industrial de reserva; 2- a pávida reação da burguesia industrial diante das reivindicações e/ou tentativas de organização dos operários, onde a consequente repressão violenta de protestos e greves pela polícia ou exército contribuiu para a tomada de consciência dos próprios trabalhadores acerca da oposição de classes; 3- o fator exílio que permitiu a construção de uma visão internacionalista de luta e de unidade dos grupos trabalhadores que, em diferentes regiões, compartilhavam sofrimentos e explorações semelhantes, mas também experiências de resistência contra as injustiças (COLOMBO; *et al*, 2004, pp. 20-21).

Destacamos aqui especialmente a importância do exílio para a ampliação da consciência de classe entre os operários e na própria fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1864 – que tinha por objetivo geral em sua origem conquistar a emancipação econômica dos trabalhadores em caráter global, sob os princípios da autonomia e do federalismo –, onde a circulação das ideias

revolucionárias e táticas de luta foram umas das suas consequências. Marianne Enckell atenta para o fato de que com a AIT, que inicialmente “era apenas uma das múltiplas tentativas da época de federar agrupamentos ou organizações operárias, criar laços fraternos e solidários para além das fronteiras”, foi possível a então necessária troca de ideias e técnicas de resistência (ENCKELL *in* COLOMBO; *et al*, 2004, p. 35).

Conforme os próprios estatutos da AIT, o proletariado organizado pretendia neste momento estabelecer “um centro de comunicação e cooperação entre as sociedades obreiras dos diferentes países e que aspirem ao mesmo fim, a saber: a defesa, o progresso e a completa emancipação da classe operária”⁴⁶, o que deixa claro o caráter internacionalista de propagação de ideias desta associação, que se efetiva na prática com a posterior realização de congressos operários em diferentes países. No terceiro congresso da Internacional, que aconteceu entre os dias 6 e 13 de setembro de 1868, na cidade de Bruxelas, foram discutidos por exemplo temas como o combate às instituições do Estado pelo movimento, a postura dos operários diante das guerras e a questão principal que fora a propriedade privada dos meios de produção. Segundo Alexandre Samis, neste congresso a AIT optou por se filiar, quanto aos meios a serem empregados pelos trabalhadores e aos fins almejados, respectivamente, ao projeto mutualista, em curto prazo, e ao projeto coletivista, nos objetivos de longo prazo. Entre os pontos abordados neste congresso, para nós são relevantes especificamente as deliberações referentes a instrução integral dos trabalhadores, que Samis resume da seguinte forma:

Reconhecendo que no momento era impossível organizar um ensino racional, o congresso sugeria às diferentes seções a abertura de cursos públicos de ensino científico, profissional e produtivo, quer dizer, ensino integral para remediar, tanto quanto possível, a insuficiência da

⁴⁶ Estatutos da AIT, artigo 1.

instrução que os operários recebiam no momento. A luta pela redução da jornada de trabalho deveria se articular ao projeto do ensino integral (SAMIS, 2011, p. 155).

Discutimos a importância da circulação, e a indissociável ressignificação, das ideias revolucionárias no Brasil nas lutas anticoloniais e anticapitalistas. Com isso, especificamente sobre o surgimento da ideia de formação da UPEL no Rio de Janeiro, consideramos fundamental compreender a formação das pioneiras universidades populares na França, cujo modelo neste país, sob a iniciativa de Georges Deherme, pôde posteriormente ser aplicado em diferentes contextos e regiões. Considerando o fenômeno das universidades populares em finais do século XIX como uma referência essencial para a história da educação popular francesa, Lucien Mercier analisa como este movimento educativo para adultos atraiu militantes trabalhadores e intelectuais, entre escritores, cientistas, professores e artistas, através do objetivo compartilhado de construir uma educação mútua e acessível.

Nascida no contexto político do *Affaire Dreyfus*, a iniciativa conjugava a forte demanda obreira por uma educação popular com o interesse de certos intelectuais de “ir até o povo”, o que revela também características e ideias condizentes com o humanismo laico presente naquele momento em diferentes grupos sociais e/ou políticos. Segundo Mercier, para analisar a gênese das universidades populares é necessário ainda sublinhar a personalidade do obreiro autodidata Georges Deherme, que foi iniciador do movimento *La Coopération des Idées*, inaugurado em 1899, num bairro popular de Paris. Deherme, em sua militância anarquista iniciada ainda na juventude, colaborou em diversos periódicos como *Revue Antipatriote et Révolutionnaire*, *Révolte des Affamés*, *La Révolution Cosmopolite* e *L’Autonomie Individuelle*, todos de finais do século XIX, aderindo ainda a *Ligue Antipatriote*. Será entretanto, a partir de 1890, que o tipógrafo e

escultor em madeira concentrará suas energias na militância cultural e na educação popular, participando da fundação em 1892, em conjunto com o filósofo Paul Desjardins, o professor Gabriel Séailles e o economista Charles Gide, da *L'Union pour l'action morale*, uma organização investida com ideologias de ruptura, laica e republicana, animada pelo sentimento de dever social frente as injustiças sociais observadas naquele momento. Em abril de 1898, funda um grupo de estudos em torno do tema da cooperação das ideias para a instrução superior e a educação ética do povo, onde se propõe organizar o que ele considera como sendo o “núcleo vivo da futura sociedade”, a elite proletária atuante nas cooperativas e sindicatos, por meio da educação social, popular, política e sindical. Um panfleto convocatório impresso neste ano na *La Coopération des Idées* de Montdidier, uma comunidade do Somme, a cerca de 90 quilômetros ao norte de Paris, nos demonstra a abordagem popular e os objetivos desta associação. Iniciando com o título “*La Coopération des Idées pour l'Enseignement supérieur et l'Education éthique-sociale du Peuple*”, seguido do programa para o período de 23 de abril à 31 de maio de 1898, com os respectivos professores e cursos a serem ministrados, e ainda com o destaque em caixa alta de que as mulheres também são admitidas, o impresso traz o seguinte convite:

AUX TRAVAILLEURS

Comme vous, nous sommes des travailleurs. Mais nous croyons que la vie humaine a des joies plus intenses, plus durables, plus hautes et moins onéreuses que celles des cabarets. De toutes nos forces, malgré notre ignorance et notre pauvreté, nous aspirons à la vie intellectuelle et morale.

Voulez-vous être des nôtres?

Parmi nous, vous ne trouverez ni des pédants, ni des sectaires, ni des

ambitieux; mais, quelles que soient vos croyances, des amis sincères.

Simplement, nous voulons être des HOMMES, c'est-à-dire plus que des instincts: des consciences, des intelligences et des volontés.

Et cela, camarades, vous le voudrez avec nous.⁴⁷

Em junho do mesmo ano, a iniciativa obtém cerca de setenta aderentes trabalhadores que, entre tipógrafos, desenhistas e escultores, se inscrevem para escutar as palestras sobre temas variados ministrados por professores, advogados e escritores. Em setembro, Deherme em conjunto com seu companheiro Séailles apresentam o projeto da Universidade Popular, segundo eles de educação mútua sob o espírito de amizade, recebendo o apoio de grupos bastante diversos, como salienta Mercier:

de los nacionalistas como Barres y Pujo a los intelectuales liberales y reformadores de la *Unión para la acción moral* como Daniel Halévy, Paul Desjardins, Charles Gide, del muy católico Henri Mazel, fundador de *L'Ermitage* [La Ermita] al pastor protestante Charles Wagner, de los periodistas moderados del *Temps* [El Tiempo] a los jóvenes libertarios del *Enclos* [El cercado] (MERCIER, 2001, p. 119).

Em março de 1899, finalmente, se efetiva a criação da *Sociedade das Universidades Populares*, participando indivíduos de distintas ideias nesta inauguração da primeira Universidade Popular francesa. As iniciativas se multiplicam rapidamente onde, no momento mais forte do movimento, o ano de 1902, as Universidades Populares contavam com mais de 50.000 membros, entre trabalhadores, em sua grande maioria, e intelectuais. O número de Universidades Populares criadas entre 1899 e 1914

⁴⁷ Este documento pertence aos arquivos da fundação CEDIAS-Musée social, e pode ser consultado em: http://cediasbibli.org/opac/doc_num.php?explnum_id=587.

chegou a 230, revelando iniciativas essencialmente urbanas – Paris e seus subúrbios, Ródano e Languedoc são onde se concentram o maior número de universidades, enquanto que no maciço central e a Baixa Normandia elas não são criadas. Para Mercier, este sucesso se relaciona também com o caso Dreyfus que leva a tona as ameaças a República, e o conseqüente interesse dos intelectuais em se voltarem para o aspecto educativo, como uma saída, através do desenvolvimento do espírito crítico da população, para contornar a questão social posta e reforçar a democracia:

La respuesta a la desunión social es la educación. Es una convicción fuertísima y el imperativo pedagógico se impone a todas las familias ideológicas. La meta es el pueblo, elemento sano de una sociedad decadente. «Ir hacia el pueblo» encubre desde luego motivaciones muy complejas: es la consigna de los artistas y de los escritores que se movilizan por la cuestión del arte social; es el credo de los reformadores sociales y de una burguesía progresista inspirada por el solidarismo de Léon Bourgeois, deseoso de educar al pueblo y de formar una potente élite proletaria capaz de conjurar el miedo a las multitudes puestas en tela de juicio por Gustave Le Bon (MERCIER, 2001, p. 120).

Neste sentido, como uma das formas do dreyfusismo militante, o objetivo destes intelectuais é, via educação, difundir o espírito crítico, promover a reflexão, onde as Universidades Populares portanto representam nesse momento o encontro dos intelectuais com o povo, um compromisso que revela um uso político da ciência. Lucien Mercier atenta ainda para o fato de que nas províncias, embora mais lentas as criações, são entretanto significativas, especialmente por se beneficiarem da participação de

professores de instituto, como antigos membros da *École normale supérieure* (ENS). Outras futuras personalidades do magistério intelectual e da literatura também passaram pelas Universidades Populares francesas, com destaque para Lucien Lefbvre na Universidade Popular de Besançon, o filósofo, jornalista e ensaísta Alain (pseudônimo de Émile-Auguste Chartier) em *La Coopération des idées* de Ruán e André Maurois em la Universidade Popular de Elbeuf (MERCIER, 2001, p. 121).

No entanto, a diversidade ideológica dos participantes intelectuais da iniciativa acaba se transformando posteriormente em uma crise permanente que envolve o enfrentamento entre tendências distintas no seio das universidades populares. Para Mercier são principalmente dois pontos de vista em disputa:

Georges Deherme sostenido por los reformadores sociales (Charles Gide, Arthur Fontaine), se esfuerza por promover la educación como forma de sosegar las tensiones. Quiere desdramatizar las pasiones sociales, favorecer la concordia, integrar la clase obrera con el resto de la nación. El compromiso laico viene ligado a un proyecto social solidario según los deseos de la República radical, de Millerand y del gobierno Waldeck-Rousseau. La otra orientación es dominada por el espíritu sindicalista y de lucha de clases: la educación viene a ser un instrumento de emancipación, de combate por el establecimiento de la República social, debe permitir a la clase obrera pesar sobre su destino (MERCIER, 2001, p. 121).

Esta crise seria também resultado de uma relação conflituosa entre intelectuais e trabalhadores no decorrer dos cursos, onde a direção e o funcionamento, a cargo dos intelectuais, que apresentavam uma serie de palestras e temas muitas vezes distantes da

realidade dos trabalhadores, acabaram promovendo a desconfiança destes e tirando rapidamente a força do movimento, principalmente por ignorar o desejo de autonomia da classe trabalhadora que, portanto, entende a iniciativa como uma tentativa moralizadora e burguesa, desde cima, de uma classe em favor de outra. Mercier propõe que foi a falta de sensibilidade dos intelectuais, ou mesmo a falta de método, que acabou gerando problemas de comunicação entre estes e os trabalhadores, onde esta tentativa de aproximação de classes acabou gerando resistências. A partir de 1904 se observa a decadência e o desaparecimento destas associações para a instrução popular:

Para sobrevivir, la Universidad Popular se adapta: menos conferencias, más actividades recreativas — bailes y excursiones, funciones teatrales —, más servicios sociales — alojamientos para los obreros, lucha contra el alcoholismo, asistencia médica, jurídica y financiera. Quiere dar a sus miembros todas las comodidades de la vida cotidiana y sirve de soporte a nuevas prácticas culturales: deporte, cine, actividades ignoradas de la clase obrera. Esta orientación, a ras de lo cotidiano, favorece la convivencia popular, la socialización de las mujeres y de los niños pero no impide la decadencia — más tardía en provincias que en París — que sólo dejará unas diez Universidades Populares en vísperas de la Primera Guerra Mundial (MERCIER, 2001, p. 123).

Sabemos, entretanto, que antes do momento de decadência na França – de 1904 até as vésperas da Primeira Guerra – a iniciativa das Universidades Populares foi amplamente divulgada pela imprensa, inclusive operária, e assim, pôde ser aplicada em outros países vizinhos como, por exemplo, Espanha⁴⁸, a partir de 1903, sob contextos e

⁴⁸ Ver MORENO MARTÍNEZ, P. L. ; SEBASTIÁN VICENTE, A. *Las Universidades Populares en*

objetivos distintos. Já no Brasil, edições do jornal *O Amigo do Povo* de 1903 traziam informações sobre a “educação integral pelo mundo”, fazendo referência à revista de Paul Robin *L'Education Integrale*⁴⁹, além de destacar como “assunto importante” um artigo sobre a educação de jovens e adultos⁵⁰. A seguir veremos como se deu a criação da UPEL no Rio de Janeiro, a primeira de que se tem notícia no continente americano.

3.2 Preparação, organização e funcionamento

Mas qual foi a estratégia pensada, especificamente, por este grupo do Rio de Janeiro para tornar a emancipação dos trabalhadores uma realidade, uma frente de oposição aos excessos dos que governam? Uma hipótese é que a leitura dos chamados pela imprensa do período de “revolucionários estrangeiros” forneceu ideias, táticas, planos de ação contra as variadas injustiças. Percebeu-se, contudo, a centralidade da educação para a futura transformação da sociedade. O que se almejava não era a “revolução política”, a troca de governos, mas sim a “revolução social”, ou seja, uma mudança nas mentes que, por meio da instrução, tornaria perceptíveis os benefícios da cooperação e da solidariedade, em oposição às mazelas impostas pelos governantes aos trabalhadores. A ideia foi, então, a partir da observação de outras experiências deste tipo no exterior, fundar a Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL) no Rio de Janeiro, cujo objetivo era a instrução do povo, por meio de um ensino teórico e prático, desvinculado das doutrinações da Igreja e/ou Estado. A UPEL deveria também se transformar em um centro de lazer e cultura, comprometido com movimento de libertação dos trabalhadores, e que buscava, sobretudo, formar uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

No primeiro número da já referida revista *Kultur*, de março de 1904, um artigo

España (1903-2010). Múrcia: CEE Participación Educativa, número extraordinario, 2010, pp. 165-179.

⁴⁹ *O Amigo do Povo*, 24 de outubro de 1903.

⁵⁰ *O Amigo do Povo*, 22 de novembro de 1903.

de uma página vem convidar o público a participar desta iniciativa, considerada “de uma necessidade inadiável no nosso meio”, especialmente “aqueles que se interessam pelos destinos do proletariado e a todos os elementos conscientes do operariado”, que tem por objetivo “fazer a educação das sensibilidades e a cultura das inteligências”. É informado que, neste momento, a associação já conta com um bom número de apoiadores, entre personalidades da ciência, arte e literatura, nomes como Sylvio Romero, José Veríssimo, Vicente de Souza, Araujo Viana, Felisbêlo Freire, Silva Marques, Laudelino Freire, Fausto Cardozo, Borges Carneiro, Antônio Austrégesilo, Carvalho e Behring, Evaristo de Moraes, Deodato Maia, Ovidio Manaya, Alfredo Soares, Pedro Couto, Joel d’Oliveira, Reis e Carvalho, entre outros. Reproduzimos a seguir um trecho deste artigo panfletário:

Nenhuma propaganda é mais fecunda do que essa nova formula de ação que tão largamente se pratica ao estrangeiro. Ninguém poderá negar os benefícios que nos ha de trazer essa obra soberba: porque no dia em que o povo tornar-se consciente, a questão social terá sua solução definitiva, e o papel dessa nova associação não é senão o de constituir uma consciência popular. O proletariado compreendeu a necessidade de instruir-se e de apoderar-se das armas poderosas do pensamento. Por toda parte se fundam e se multiplicam essas U. P. destinadas a espalhar entre os trabalhadores as riquezas intelectuais por tanto tempo açambarcadas pelas classes protegidas. O Brasil, onde as correntes filosóficas progressivas se desenvolvem cada vez mais, não podia fugir ao contato dessas ideias vitoriosas. (...) É obedecendo a esta ordem de ideias e como resultado da aproximação de diversos espíritos, dirigidos pelo mesmo ideal, que surge neste momento a U. P. d’E. L., constituída por velhos e novos, proletários das escolas e das

oficinas, trabalhadores intelectuais e manuais, imantados pelo mesmo pensamento e tornados solidários para a ação social.⁵¹

A organização inicial pensada pelos articuladores da associação se deu por meio de “conferências preparatórias” que tinham por objetivo a divulgação das ideias, bem como a arrecadação de fundos para a efetiva inauguração dos cursos para os trabalhadores interessados. Nestas conferências, palestras sobre temas que exaltavam a importância do conhecimento científico e racional para a emancipação dos trabalhadores tiveram lugar de destaque, o que, segundo os jornais⁵² que noticiavam estas reuniões, causava boa impressão entre o grande número de participantes. Outra característica importante destas reuniões foram as diversas formas de arrecadação de fundos e, ao mesmo tempo de divulgação das ideias anarquistas, como tómbolas de livros, bingos, rifas, além de convites à subscrição de periódicos e à compra de livros de autores libertários, oferecidos em diversas línguas como francês, italiano, espanhol, além das traduções feitas em português.

A realização da primeira conferência preparatória foi noticiada previamente em *O Paiz* de 19 de março de 1904:

O conselho da administração da Universidade Popular de Ensino Livre realiza amanhã, na sede do Centro das Classes Operárias, a 1 hora da tarde, a primeira conferência pública.

Comunicam-nos que falarão nessa conferência, que o Sr. Dr. Vicente do Souza presidirá, os Srs. Elisio de Carvalho, sobre a Universidade Popular; Rocha Pombo, sobre a guerra russo-japonesa, e Pereira da Silva, sobre a educação popular.

⁵¹ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 01, março de 1904.

⁵² *O Paiz*, 23 de março de 1904.

Os iniciadores da conferência distribuirão pelo auditório brochuras, folhetos e revistas de propaganda social.⁵³

Foi, portanto, em 20 de março, realizada nesta conferência a fundação da UPEL, como uma associação cujo objetivo era apresentar para os trabalhadores um ensino superior, filosófico e científico, comprometido, segundo os organizadores, com as “causas práticas” e “ideias generosas”. Em 23 de março, em *O Paiz*, em artigo com o título de “Universidade Popular de Ensino Livre” descreve minuciosamente como se deu esta conferência. Segundo esta notícia, a conferência contou com o apoio do Centro das Classes Operárias, que cedeu o local para a realização do evento, e iniciou pontualmente no horário marcado. Como previsto, Vicente de Souza, então diretor desta associação operária onde aconteceu o evento, tratou dos principais objetivos da UPEL, enfatizando a necessidade do operariado apoiar esta iniciativa. Discursando por quase duas horas, o que suscitou na assembleia longos aplausos, Elysio de Carvalho apresentou as origens da ideia de criação da Universidade Popular, expondo em seguida suas finalidades práticas. O tema da guerra russo japonesa foi abordado por Francisco Fernandes e Caralâmpio Trillas fez um “caloroso apelo” para a adesão a esta Universidade. A festa causou bela impressão em todo auditório, que aplaudiu calorosamente todos os oradores, segundo o jornal, seguiu-se com a distribuição de diversas brochuras, folhetos, revistas e jornais de propaganda social.

Contudo, foi o periódico libertário quinzenal *O Amigo do Povo*, editado em São Paulo, mas com colaboradores no Rio de Janeiro, que tratou mais especificamente da fundação da Universidade, e publicou na íntegra a conferência de Elisio de Carvalho. Segundo este jornal, cerca de trezentas pessoas compareceram ao evento, entre professores, membros da UPEL, intelectuais e propagandistas. Publicou-se em 2 de

⁵³ *O Paiz*, 19 de março de 1904.

abril de 1904, no mesmo jornal, as finalidades da Universidade, descritas por Elysio de Carvalho:

A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade sem distinção de crença nem partido, tem por fim: fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interessar aos trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, festas literárias, excursões científicas, artísticas e expansivas, publicar um boletim que seja órgão da associação, estabelecer, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução – e a união moral entre os cooperadores.⁵⁴

Conforme este jornal, a Universidade era composta por comitês de propaganda e de proteção, além de um conselho administrativo do qual faziam parte Elysio de Carvalho (diretor), Victor Schubnel (secretário), Tito de Miranda (tesoureiro), Mota Assunção, Pereira da Silva, Mariano Ferrer, Amarante Junior e Álvaro Pais, entre outros. Foram apresentados ainda os professores do ensino superior e seus respectivos cursos:

Psicologia, Silvio Romero; Biologia, Tacito Cardoso; História das Literaturas, José Veríssimo; História das Civilizações, Rocha Pombo; História das Religiões, Erico Coelho; História das Belas Artes, Araujo Viana; História da Civilização Brasileira, Felisbello Freire; Filosofia, P. de Couto; Economia Social, Manuel Curvello; Higiene, Fábio Luz;

⁵⁴ *O Amigo do Povo*, 2 de abril de 1904.

História Natural, A. Austregesilo; Moral, Silva Marques; Direito Público e Constitucional, Carvalho e Behring; Direito Internacional, Borges Carneiro; Direito Civil, Laudelino Freire; Antropologia, Vicente de Sousa; Sociologia, Elysio de Carvalho; Matemática, Joel d'Oliveira; Física, Alfredo Soares; Química, Reis e Carvalho; Astronomia, Ovídeo Manuya; Geografia, Pereira da Silva; Arte Decorativa, Elyseu Visconti; etc.⁵⁵

No terceiro número da *Kultur*, de maio de 1904, um novo artigo sobre a UPEL foi publicado, agora com a assinatura de Carlos de Miranda. Sob o título de “Universidade Popular – para instrução superior e educação social do proletariado”, o autor destaca que a associação foi “calorosamente acolhida”, com um número considerável de aderentes, entre os quais “muitos dos nossos mais conhecidos companheiros”. Miranda enfatiza a atuação do “comitê de propaganda” que, durante os dois meses de atividade, trabalhou realizando conferências periódicas nos centros operários da cidade, e distribuindo mais de 5000 materiais de caráter doutrinário, entre brochuras, jornais, revistas e etc, que foi fundamental para a participação dos trabalhadores:

O proletariado desta capital, concorrendo em massa as conferências preparatórias, dava nada mais do que uma prova do alto interesse que lhe inspirava tão grandioso empreendimento. E tudo isto, portanto, não faz senão preludiar o advento da mais generosa empresa que já surgiu nos nossos tempos em terras brasileiras.⁵⁶

⁵⁵ *O Amigo do Povo*, 2 de abril de 1904.

⁵⁶ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 03, maio de 1904.

Neste mesmo número da revista, foi publicado um balanço financeiro, datado do dia 22 de maio de 1904, e firmado por Elysio de Carvalho, contendo todas as arrecadações até o momento oriundas das tombolas, subscrições e doações, e as despesas com materiais de propaganda e publicações em geral. Reproduzimos este balancete, que também demonstra a adesão à associação:

Resultado das tombolas realizadas nesta capital em benefício da U. P.:
1ª tombola rendeu – 39\$000, 2ª – 23\$000, 3ª – 22\$000 e 4ª – 28\$300.
Total: 112\$300. Despesas: impressão de 2000 boletins 14\$000, impressão de bilhetes, etc. 13\$000, 4 molduras 12\$000 encadernação de um volume 3\$000, um ex. do *Socialism et Philosophie* de Loria 4\$000, dois ex. da Sociedade *Futura* 6\$000, um ex. da *Russia Subterrânea* 3\$000, remetido ao *Amigo do Povo* (São Paulo) 12\$000, 6 carretos 8\$000, livro em branco, etc 3\$000 = -78\$000. Fica em caixa 34\$300. Lembramos aos interessados que, como vêm, não entraram nas despesas os livros, brochuras, retratos, gravuras oferecidas para prêmios por Fábio Luz, Rocha Pombo, Luiz Edmundo, Elysio de Carvalho, etc., perto de 500 ex. de diversos folhetos editados em S. Paulo, 300 ex. dos nº 1 e 2 da *Kultur*, etc. que importam aproximadamente em perto de 400\$000. Estas tombolas foram feitas como simples meio de propaganda em favor da U. P.⁵⁷

Tivemos noticia ainda de mais cinco conferências preparatórias, realizadas em associações operárias de luta, como a sede do Centro Internacional dos Pintores e a Sociedade Operária do Jardim Botânico, com o mesmo modelo de palestras e tómbolas de livros, até a efetiva inauguração da Universidade Popular, no dia 24 de julho de

⁵⁷ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 03, maio de 1904.

1904, dando início aos cursos para os trabalhadores.

Em 29 de junho de 1904, o *Correio da Manhã*, na coluna intitulada “Vida Operária”, anunciava a data prevista para a inauguração da Universidade Popular, 10 de julho, apresentando os cursos que seriam nela oferecidos. Além dos cursos superiores, já referidos no jornal, teriam início também, logo após a inauguração, cursos práticos de línguas, aritmética, escrituração mercantil, desenho, modelagem, arte decorativa e mecânica aplicada, além de conferências sobre “assuntos de interesse social”, concertos e festas literárias. Destacava-se também o seu futuro funcionamento “em sede própria com todas as comodidades”. Na “sede social”, que estaria aberta de 10 às 22 horas, haveria ainda um museu social, uma biblioteca, um salão de leitura, um consultório médico e outro jurídico, um serviço completo de informações e uma livraria. A inscrição poderia ser feita na sede provisória localizada na Rua do Riachuelo, número 204, onde eram fornecidos os boletins de inscrição, os estatutos, os programas e outras informações.

No entanto, a inauguração aconteceria somente no domingo, 24 de julho, sendo amplamente coberta pelos jornais da época. Segundo o *Gazeta de Notícias* do dia 25, a cerimônia realizada à uma hora da tarde na Praça da República, número 45, fora presidida por Fábio Luz, acompanhado de Felisbello Freire, Elysio de Carvalho e Thomaz Pará, sendo este último representante da Federação dos Estudantes Brasileiros. Nesta sessão inaugural, Elysio de Carvalho discursou sobre o levantamento das classes operárias pelo desenvolvimento da instrução e Felisbello Freire tratou do desenvolvimento econômico do Brasil entre os séculos XVII e XIX. Além dos oradores, encontravam-se presentes deputados, senadores, ao lado de “famílias e cavalheiros representantes de diversas sociedades”.⁵⁸

O jornal libertário paulista *O Amigo do Povo* também destacou a inauguração da

⁵⁸ *Gazeta de Notícias*, 25 de julho de 1904.

UPEL, referindo-se ao discurso de Fábio Luz. Segundo Luz, na ocasião, os poderes públicos haviam informado por meio de seus representantes que era cedo para tratar de Universidades Populares. Em 6 de agosto de 1904, é transcrito neste jornal o discurso de Fábio Luz:

Mais uma larga e luminosa senda está aberta para o futuro de paz e justiça, de solidariedade e amor. Que todos aqueles que nos negroses das oficinas fuliginosas, nos presídios das fábricas, na galé eterna do trabalho exausto e no doloroso labor diário em bem do explorador; que todos aqueles que aspiram pela emancipação moral e pela libertação econômica, venham aqui buscar um pouco de luz para desbravar o caminho na conquista da cidade futura, feliz e igualitária.⁵⁹

Era informado ainda no jornal que os membros aderentes à Universidade pagavam uma inscrição de 1\$000 e a cotização mensal de 2\$000, enfatizando-se que não eram necessárias formalidades para a participação em suas atividades. Cabe lembrar que o momento político em questão era o da consagração de uma República excludente, onde os trabalhadores não costumavam ter acesso a instituições e políticas estatais, que pode ser caracterizada, em sua fase inicial, pelo domínio das oligarquias e representando na prática o alijamento das classes trabalhadoras do ambiente político.

Um exemplo das inúmeras publicações encontradas em diferentes periódicos fluminenses foi a notícia de 30 de julho de 1904, onde o *Correio da Manhã* destacou os cursos que seriam realizados na Upel: “Hoje, sábado, funcionarão as aulas seguintes: aritmética, pelo professor Joel de Oliveira, das 7 às 8 horas da noite; geografia, pelo

⁵⁹ *O Amigo do Povo*, 6 de agosto de 1904.

professor Pereira da Silva, das 8 às 9, e história das civilizações, pelo professor Rocha Pombo, das 9 às 10.”⁶⁰ Era informado ainda nesta coluna que as matrículas para os cursos superiores e práticos continuavam abertas e poderiam ser realizadas na secretaria que funcionava na Praça da República, nº 45. É importante observar a preocupação com a realização dos cursos em horários acessíveis para os trabalhadores, que normalmente aconteciam a partir das 19 horas. Lembremos também que as “conferências preparatórias” foram realizadas sempre aos domingos, o que pode ter sido inspirado na estratégia de Francisco Ferrer que, na Espanha, no caso das escolas modernas, promovia reuniões que competiam com o horário das tradicionais missas, servindo como mais uma forma de combate ao ensino religioso tradicional.

Na segunda-feira, 1º de agosto, o *Correio da Manhã*, a respeito da UPEL, informava o funcionamento da biblioteca das 10 às 22 horas e a realização, neste dia, dos seguintes cursos: “Pintura e modelagem pelo professor Francisco Sá, das 7 às 8; história da civilização brasileira, pelo professor dr. Felisbello Freire, das 8 às 9; e francês, pelo professor Pedro do Couto das 9 às 10.”⁶¹ Em 3 de agosto, neste mesmo jornal, além da divulgação dos cursos noturnos, informava-se que estavam disponíveis na associação as aulas diurnas de português, francês e aritmética, bem como os consultórios médico e jurídico. Outra informação importante era que a biblioteca, nos sete últimos dias de julho, fora frequentada por 463 pessoas. No dia seguinte, 4 de agosto, podemos perceber que fora promovida uma ampliação dos horários dos cursos noturnos, que inicialmente aconteciam entre 19 e 22 horas, para o período de 18:40 às 22:15 horas. A partir disso podemos ter uma ideia da aceitação, até aquele momento, da associação, sendo destacada, nos diferentes jornais do período, a boa impressão no público participante. É importante enfatizar como seria relevante encontrar as próprias

⁶⁰ *Correio da Manhã*, 30 de julho de 1904.

⁶¹ *Correio da Manhã*, 1 de agosto de 1904.

falas dos alunos trabalhadores participantes da UPEL, em relatos escritos ou então memórias orais do passado narrado por descendentes, descrevendo suas considerações acerca desta iniciativa. As atas das reuniões realizadas, que também possivelmente existiram, seriam fundamentais. No entanto, ainda não identificamos fontes deste tipo, que poderiam complementar o entendimento desta experiência educacional.

Contudo, em 10 de agosto, o *Correio da Manhã* informava a realização de uma reunião com o conselho de administração, para tratar de “assunto que quer resolução urgente”⁶². Embora não saibamos o motivo da reunião, podemos supor que teve relação com o desligamento do corpo docente do professor de matemática, Joel de Oliveira, confirmado no mesmo jornal, e também com a transferência da sede social para o primeiro andar do prédio da Rua São José, nº 15. Durante a semana, comunicava-se ainda que, embora tivesse ocorrido a transferência da sede, os cursos continuavam a funcionar normalmente, e também a conferência social do domingo, na qual discursaria Elysio de Carvalho.

Dado o contexto social da segunda metade do ano de 1904, de início dos protestos e manifestações contrários a ambicionada e autoritária medida governamental de vacinação obrigatória da população, uma notícia sobre a capital da República publicada em 16 de agosto no jornal *A Federação*, em Porto Alegre, é importante para nós por revelar a tomada de posição quanto a esta questão por parte dos colaboradores da UPEL. No referido artigo, que ressalta as diversas representações populares já em curso em combate à medida, entre elas diversos abaixo-assinados de grupos variados como médicos, engenheiros, advogados, além dos próprios operários que dirigiram ao congresso um apelo contendo mais de 5400 assinaturas, comenta-se uma assembleia extraordinária realizada no Centro das Classes Operárias, onde “operários e acadêmicos” se reuniram para acordar um modo de protestar contra a vacinação

⁶² *Correio da Manhã*, 10 de agosto de 1904.

obrigatória, resultando em um apelo dirigido ao diretor do centro o dr. Vicente de Souza, também participante da UPEL, que foi também transcrito no jornal. Após esta reunião, Vicente de Souza, que também nela discursou sobre o tema, escreveu um convite exortando “ao povo em geral e ao proletariado em particular” para “ir em massa e muito pacificamente ao Palácio do Catete solicitar ao sr. presidente da República o veto a lei que torna obrigatória o emprego da vacina”⁶³. Logo abaixo desta publicação figuram os grupos que apoiaram a iniciativa, e entre eles o seguinte comunicado: “a Universidade Popular resolveu aderir ao movimento popular contra a vacinação obrigatória”⁶⁴. O que nos demonstra, contudo, a inserção da associação também neste âmbito político, participando das manifestações e reivindicações populares dos trabalhadores.

Em 11 de setembro, realizava-se outra atividade importante da Universidade Popular: um festival Literário. Este festival, conforme divulgado no *Correio da Manhã*, aconteceu no salão de conferências da Universidade Popular, na Rua São José, número 15, e teve no programa uma conferência sobre a questão social com o dr. Manuel Curvello e palestra de Elysio de Carvalho sobre um episódio da vida do anarquista russo Kropotkin. Em seguida livros, jornais e revistas de “propaganda social” foram distribuídos aos participantes, como de praxe nas reuniões da instituição.

Entretanto, no quarto número da *Kultur*, de setembro de 1904, é comunicado o fechamento prematuro da UPEL, “vitimada pela ignóbil explosão de baixos interesses de vaidade”. O artigo de Carlos de Miranda, relata que a experiência, que havia contado com a cooperação de dedicados e belos espíritos, sofreu, por outro lado, com um sentimento de ódio e oposição às atividades realizadas, de combate aos organizadores, e culminando com campanhas de difamações:

⁶³ *A Federação*, 16 de agosto de 1904.

⁶⁴ *A Federação*, 16 de agosto de 1904.

Muitos de nossos camaradas não querem que se ligue unicamente a casa, a causa desprezível a ruína da Universidade; Mais nós pensamos que é preciso dizer a verdade como ela é. É preciso dar o seu a seu dono. Foram uns vampiros que mataram Universidade, criando ao redor dela uma atmosfera imprópria de espíritos educados. Honras lhes seja feita. E ainda lhes agradecemos a oportunidade que nos deram de conhecê-los no meio em que vivemos, tomando mais uma lição e fazendo a seleção entre o trigo e o joio que se intromete na boa colheita para inutilizá-la e sugá-la. (...)

Cometemos um crime... espiamos as suas consequências; mas temos no fundo a íntima satisfação que fica do trabalho sinceramente empreendido. Falhou a nossa obra: mas adquirimos novos elementos e novas energias para dedicarmo-nos a causa social com um mais perfeito e seguro conhecimento do meio em que vivemos e de alguns de seus maus pastores.⁶⁵

A partir de meados de setembro, nota-se a ausência de notícias referentes à UPEL naqueles periódicos que divulgavam suas diversas atividades, como os horários e temas dos cursos. Somente no dia 12 de outubro aparece no *Jornal do Brasil* uma nota solicitando o comparecimento de todos os membros da associação à Travessa do Torres, número 17, às 19 horas, onde teria lugar a comissão de verificação de contas. Tratava-se do início do fim daquela experiência, o que nos permite apontar os indícios do que pode ter sido o motivo principal do fechamento da instituição – tema que, todavia, carece de pesquisa e investigação. A partir de então, só foram localizadas referências e avaliações *a posteriori* desta experiência educacional, de alguns de seus colaboradores e

⁶⁵ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 04, setembro de 1904.

participantes.

Para o participante Curvelo de Mendonça, em avaliação posterior ao fechamento, publicada em forma de artigo em *O Paiz*, com o título de “Educação Social do Proletariado”, a efêmera existência da instituição, definida como “uma coisa bela entre as mais belas”, onde a paixão pelas questões sociais “adquiria assim uma feição prática, abandonando o terreno vago e impreciso das ideias”, sofreu com a “intriga”, com “um espírito de maldade” não satisfeito com os rumos desta associação, o que provocou desconfianças entre os operários participantes:

E a universidade, frágil e nova, que se sustentava apenas na solidariedade e no acordo, sem dinheiro e sem recursos materiais, morreu, diante desse único sopro de divergência.⁶⁶

Entretanto, para Fábio Luz, em seu já citado “testamento libertário”, o fim da UPEL estaria relacionado aos rumos tomados pelo diretor da instituição, Elysio de Carvalho:

Depois que os contribuintes para a manutenção das aulas incorreram em faltas graves de administração universitária, sendo responsável por tudo isso o reitor, que era Elísio de Carvalho.

Este se afastou totalmente e a universidade teve de fechar suas portas.

Elísio foi ocupar um cargo na polícia e chegou a ser diretor do instituto de identificação criminal, debaixo da proteção do atual diretor e redator do *Jornal do Comércio*, doutor Félix Pacheco, ex-ministro de relações exteriores, deputado e senador (LUZ apud RODRIGUES, 1993, p. 210).

⁶⁶ *O Paiz*, 19 de maio de 1906.

Para Carlo Romani, pesquisador que analisou a trajetória do militante anarquista italiano que imigrou para o Brasil em 1904, Oreste Ristori (1874-1943), em muitos casos os grupos ácratas sofreram com a atitude de estelionatários que se infiltravam nas experiências educacionais para roubar o dinheiro investido pelos associados. Sobre o “caso emblemático” de Elysio de Carvalho, o autor propõe que quando, em outubro de 1904, a UPEL encerrou suas atividades, seu principal administrador desapareceu do convívio de seus companheiros. Alguns anos depois, os companheiros anarquistas acabaram desmascarando a fraude de Carvalho, que seria um policial infiltrado, cujo papel fora ganhar confiança, identificar e vigiar grupos libertários. Um artigo sobre o assunto foi publicado em 1908 no periódico em que colaborava Oreste Ristori, *La Battaglia*, que trazia ainda a foto do vice-diretor do escritório antropométrico da polícia do Rio de Janeiro, o pretense anarquista Elysio:

O senhor Elysio de Carvalho, o intrigante pretense anárquico que fundou no Rio de Janeiro (Brasil) uma revista libertária: KULTUR, que se extinguiu no quinto número, entrou a cerca de seis meses, no serviço da polícia. No nosso movimento, esse malandro, havia, com sua conversa mole, conquistado a estima de muitos companheiros, os quais fizeram do seu melhor para ajudá-lo nas suas iniciativas de propaganda. Com sua ajuda conseguiu fundar uma Universidade Popular que não viveu mais do que alguns dias devido ao seu despótico agir. Mas o nosso homem não perdeu nada, se refez fraudando as economias de um companheiro estivador do Rio.

(...) Em um jornal do Rio – *O Diário* – denunciou os redatores de *A Terra Livre* como malfeitores expulsos dos países civilizados, e todos

os anarquistas como rufiões, convidando o governo a expeli-los do Brasil.⁶⁷

Romani propõe ainda, que o falso educador Elysio de Carvalho enganou não somente seus companheiros, mas também os pesquisadores, entre historiadores e pedagogos, investigadores da educação operária que, por não conseguirem ter acesso a este artigo do *La Battaglia*, acabaram considerando Carvalho como um militante anarquista preocupado com a instrução popular dos trabalhadores, para o autor, um erro (ROMANI, 2002, p. 181).

Difícil saber ao certo a complexidade dos fatores que levaram ao fechamento das portas desta instituição, por meio das poucas fontes até agora estudadas. Tudo indica que, com a saída de Elysio de Carvalho, a associação, que passava por problemas relacionados a questões administrativas ou financeiras, não pôde mais funcionar. Como vimos, parece também que um foco de insatisfação por parte dos trabalhadores participantes foi presente. Carecemos, portanto, de pesquisas e estudos sobre o tema para uma maior compreensão, não só da associação, mas do próprio período em questão.

3.3 Intelectuais anarquistas se unem aos trabalhadores na cidade

Pretendemos aqui analisar a participação destes intelectuais predominantemente anarquistas do Rio de Janeiro em projetos que buscavam colaborar com a emancipação dos trabalhadores no período imediatamente posterior à abolição oficial da escravidão e de formação da República, ou seja, em um momento de intensos conflitos de classe e de degradação das condições sociais. Uma questão que consideramos também relevante para o entendimento da experiência da UPEL como uma estratégia política de

⁶⁷ “Storia di una spia”, *La Battaglia*, 7 de junho de 1908. Citado por (ROMANI, 2002, pp. 180-181).

mobilização dos trabalhadores para a luta, seria tentar definir dentro do conceito de classes o pertencimento destes associados, ou pelo menos, apresentar alguns questionamentos frente a uma classificação mais simplificadora. Seriam os participantes simplesmente definidos como intelectuais? Ou seriam também trabalhadores? Ou ainda trabalhadores intelectualizados engajados e comprometidos com a causa operária? Difícil apresentar uma definição fechada tendo em vista a própria atuação destes militantes que, em muitos casos, apresentaram características de ambos os grupos. Sendo assim mobilizaremos alguns aspectos teóricos na tentativa de compreender melhor esta atuação, e de alguma maneira, o grupo.

Como vimos, o início do século XX no Rio de Janeiro, então capital da recente República, pode ser apresentado como um período de efervescência no mundo do trabalho no que diz respeito às reivindicações que giravam em torno das questões sociais. Greves paralisam importantes categorias operárias, periódicos surgem em tiragens surpreendentes, congressos, centros de estudos e federações de trabalhadores apresentam como “tática de luta” a divulgação das ideias libertárias, ampliando assim, a combatividade do movimento operário. Foi dentro deste contexto que surgiram no Rio de Janeiro, então capital, diferentes instituições autogeridas que buscavam a transformação social, entre elas escolas, periódicos, ateneus literários, editoras e centros sociais, além da referida UPEL. Analisando a atuação dos intelectuais militantes do nosso período de estudo, SEVCENKO (1980) argumenta que “floresce” na jovem república um grupo de intelectuais bastante diverso para os padrões tradicionais das “elites esclarecidas”, desvinculados, portanto, das velhas oligarquias e das formalidades político-partidárias, profundamente envolvidos com as questões sociais e que atuavam em espaços sociais independentes combatendo o *status quo* dominante. Foram estes, por exemplo, escritores, médicos, advogados, alguns deles que haviam lutado nas

campanhas abolicionista e republicana, mas que estavam desiludidos com os rumos tomados pela recente República. E, neste sentido, podemos considerar os participantes da UPEL também como representantes deste grupo.

Dentre estes espaços independentes de sociabilidade estava a Livraria Garnier que, para além de seus objetivos de editora que aceitava publicar obras de autores novos e desconhecidos, cumpria o importante papel de servir como um “clube” de intelectuais dispostos a discutir questões sociais. Foi lá que germinou a ideia da organização de uma Universidade Popular para instruir os trabalhadores, seguindo o exemplo de outros países. Fábio Luz, intelectual/trabalhador anarquista que colaborou no projeto da UPEL, descreve o ambiente desta livraria/editora:

Fomos formando assim na Livraria Garnier um grupo de rebeldes, cada qual com sua tendência. Todos éramos contra o que se praticava em nome do povo, para a infelicidade do povo (LUZ *apud* RODRIGUES, 1993, p. 209).

Neste sentido, a Garnier fora sobretudo um ponto de encontro entre os intelectuais do período para a discussão de projetos que buscavam intervir por vias alternativas no ambiente político da recente República, marcada pelo “liberalismo excludente” e pela não participação política das classes trabalhadoras. Para compreender um pouco melhor a importância destes centros de sociabilidade na divulgação de ideias que buscavam a transformação da sociedade, referimo-nos à contribuição de Ulrich Im Hof, que em sua obra trata de um período anterior a este estudo: *A Europa no Século das Luzes*, mas que não deixa de ser pertinente devido à influência da Ilustração no movimento anarquista. Para o autor, as diferentes associações de amigos que, no período da Ilustração, se reuniam para compartilhar

ideias e refletir sobre os problemas de seu tempo e, desta forma, intervir ativamente nos campos cultural, social ou econômico, rejeitavam as antigas formações sociais preocupadas com os valores e costumes tradicionais. O que se observa a partir do século XVIII, tanto na Europa quanto nas Américas, é uma multiplicação de associações preocupadas com a promoção do bem estar social e uma formação cultural mais alargada. Neste sentido, como propõe Im Hof, os diferentes espaços de sociabilidade surgem relacionados com o fenômeno de industrialização das cidades, e se apresentam, no caso da América, como pano de fundo das revoluções coloniais:

Quando uma associação de amigos se organizava, o objetivo era tornar produtivo esse círculo de amizade, no âmbito de uma reforma da situação cultural, social ou econômica. O projeto visava uma *émulation*, isto é, constituía-se como incentivo de participação no aperfeiçoamento do mundo. Rejeitava-se o imobilismo das antigas formações sociais, tais como as corporações e as confrarias, com seus intuítos estritamente profissionais ou religiosos e os seus costumes e moral tradicionais. À atividade reformadora cabia a nova missão de atuar nas áreas do desenvolvimento das ciências, da formação cultural alargada, da promoção do bem-estar social, por ora deficiente, no sentido da grande utopia do Iluminismo (IN HOF, 1995, p. 100).

Mas por que aqui no Brasil alguns indivíduos que tinham participado das lutas pela abolição e pelo fim do Império tornaram-se agora anarquistas, logo depois da passagem à República? Por que estavam eles insatisfeitos com o governo, denunciando na imprensa operária as mazelas dos povos trabalhadores? Assim como Fábio Luz, outros intelectuais do período se afastaram das formas políticas tradicionais, isto é,

daquelas que dizem respeito à atuação dentro do Parlamento, para se engajarem nas lutas diárias contra as diferentes formas de opressão nas ruas, em contato direto com os trabalhadores. A ideia era tentar formar, por meio da instrução integral, racionalista, laica, uma “mentalidade anárquica” nestes trabalhadores, que possibilitaria a verdadeira revolução social, capaz de combater todas as injustiças. Ou seja, eram indivíduos que almejavam a derrocada do Estado e a (re)construção de uma nova ordem social, horizontal, descentralizada, combatendo, assim, o capitalismo e suas atrocidades. Nas palavras de Edgar Rodrigues, importante memorialista do movimento anarquista no Brasil: “Não é a revolta dos estômagos, é a revolução das consciências!” (RODRIGUES, 2010, p. 3).

Para tentar compreender melhor esta “revolução das consciências” ambicionada pelos idealizadores da UPEL, mobilizaremos também alguns conceitos de Edward W. Said, especificamente sua reflexão sobre o papel da cultura na manutenção dos impérios. Para Said, os intelectuais têm o importante papel de desconstruir os mecanismos de dominação, que desqualificam e silenciam as vozes dos oprimidos. O autor defende a necessidade, não só de reconhecer, mas de produzir histórias autóctones, conectadas a outras histórias a fim de garantir o “convencimento pela história”. Isto se torna necessário tendo em vista a “dominação cultural” que sob o imperialismo produz consenso, ou melhor, fabricam-se pontos de vista hegemônicos. Entendendo as culturas como “estruturas de autoridade e participação criadas pelos homens, benévolas no que abrangem, incorporam e validam, menos benévolas no que excluem e rebaixam”(SAID, 2011, p. 50), a partir da consideração de que grande parte destas culturas se apresentam como uma retórica ocidental, classificatória e definidora de maneira hierárquica do que é “não-ocidental”, Said investiga a persistência de muitas das atitudes imperiais, concomitantes à conquista colonial, na atual sociedade, ou seja, o “múltiplo e complexo

legado do imperialismo” (idem, p. 54) nas recentes discussões culturais. É neste sentido que o autor propõe o estudo da cultura como uma forma de luta contra esta extinção e obliteração dos grupos não possuidores, onde o papel do intelectual se define pelo fornecimento de contrapontos, por se opor (SAID, 2006, pp. 104-105), em suas palavras uma “batalha da cultura e da informação” (idem, p. 87), ou ainda a defesa de um estudo mais aprofundado sobre a “desumanidade humana” (idem, p. 101).

Analisando especificamente o caso Palestino, Said em entrevista à David Barsamian argumenta sobre esta “batalha da informação” que seria importante que os próprios israelenses tomassem conhecimento das histórias ocultadas: “é muito importante que os israelenses sejam forçados intelectualmente e moralmente a confrontar as realidades de sua própria história” (SAID, 2006, pp. 34-35). Para o autor este seria o papel dos novos historiadores, trabalhar com estas histórias distintas, mas interligadas, que servem de contrapontos mútuos, onde, sem isso, o “outro” sempre será invisibilizado ou desumanizado. Aqui também um aspecto moral é considerado por Said para uma convivência mais adequada entre os homens, em suas diversidades, ou seja, a partir do intelecto, das consciências, onde o estudo das histórias se torna necessário, mas também das geografias e de outros conhecimentos importantes para esta “desalienação”. De maneira geral, a cultura de resistência e de oposição propõe uma maneira alternativa, tanto prática quanto teórica, para pensar a experiência humana de forma não imperialista.

Com isso, podemos refletir sobre até que ponto os colaboradores do projeto da UPEL também atuaram buscando o melhor conhecimento das histórias ocultadas do povo trabalhador, ou ainda, entender suas ações como um movimento da “cultura de resistência”, de “revolução das consciências” dos trabalhadores. Vimos que o aspecto moral estava amplamente presente nos intelectuais anarquistas que buscavam a

“revolução social” e/ou a emancipação dos trabalhadores, neste caso pelo via educacional. Said, como crítico literário analisou diversas literaturas produzidas nas colônias que se apresentavam como críticas aos diversos problemas sociais observados nos ambientes invadidos por colonizadores. Convém ressaltar que alguns participantes da UPEL eram também escritores que produziram obras literárias de cunho social, onde refletiam sobre estes problemas observados no dia a dia. Sobre a atuação destes escritores, Said tenta compreender suas formações:

Os escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, portanto, trazem dentro de si o passado – como cicatrizes de feridas humilhantes, como uma instigação a práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para um futuro pós-colonial, como experiências urgentemente reinterpretáveis e revivíveis, em que o nativo outrora silencioso fala e age em território tomado do colonizador, como parte de um movimento geral de resistência (SAID, 2011, p. 332).

Entendemos, sobretudo, que para analisar as características da ação exercida pelos colaboradores da UPEL, ou este “movimento de resistência” como descrito por Said, afastado do historiador pelo tempo, torna-se necessário, uma vez mais, aproximarmo-nos de outras disciplinas das ciências humanas e sociais, que estabeleceram alguns métodos visando identificar as características referentes à sociedade estudada. Nosso objetivo aqui fora tentar compreender não só os problemas sociais que os grupos anarquistas perceberam e de alguma maneira enfrentaram, mas também, refletir sobre suas ambições e anseios frente à sociedade em que viviam. É interessante observar que os anarquistas, em diferentes momentos, são pioneiros em

apresentar críticas à sociedade em que vivem. Entre tantos outros exemplos, a coeducação de ambos os sexos que foi uma das primeiras defesas da pedagogia libertária.

Agora como explicar o surgimento deste grupo de intelectuais “atípicos”, envolvidos com as questões sociais como observou Sevcenko, tendo em vista que naquele período podemos classificá-los também como pertencentes à “elite letrada”, e portanto membros da burguesia em ascensão? Um caminho seria pesquisar as próprias trajetórias destes indivíduos, principalmente quando estes se posicionavam publicamente nos periódicos e em obras literárias, refletindo assim sobre os problemas sociais que observavam. Fábio Luz, por exemplo, reflete em seu “testamento libertário”⁶⁸, que tendo participado das lutas pela abolição e pelo fim do Império, no entanto, logo após proclamação da República havia se tornado anarquista, demonstrando com isso a insatisfação com os novos governantes e o estado em que ainda se encontrava a cidade no que se refere, principalmente, as lastimáveis condições de vida dos pobres, argumentando que o novo regime, que não diminuiu a exclusão social, apresentava agora novas formas de opressão.

Para nos debruçarmos ainda mais a fundo sobre a questão da atuação deste grupo na capital da República nos aproximamos também de alguns conceitos propostos por Pierre Bourdieu. O autor defende uma consideração mais cuidadosa quanto à definição de classe social quando se realiza um estudo sobre sociedades, propondo a análise das “propriedades de posição”, que para ele podem ser relativamente independentes de propriedades intrínsecas à condição de classe, por serem as classes afetadas tanto pelas relações que as unem a outras classes quanto pelas posições, definidas historicamente, que ocupam em determinada estrutura social. Com isso, por considerar a coexistência dos aspectos econômicos e simbólicos nas sociedades, Bourdieu enfatiza que as

⁶⁸ Publicado em RODRIGUES, 1993, pp. 208-209.

propriedades de posição e as de situação de uma classe só podem ser separadas em uma classificação abstrata, heurística,

pelo simples fato de que a situação de classe pode também ser definida como posição no sistema de relações de produção e, sobretudo porque a situação de classe define a *margem de variação*, em geral muito pequena, deixada às propriedades de posição (BOURDIEU, 2007, p. 4).

É por causa das relações simbólicas estabelecidas entre as diferentes classes que a posição de um grupo em uma estrutura social, ou em um dado momento, não pode ser definida de maneira “estática”, onde classificações como classe “inferior”, “superior” ou “média” surgem como proposições pretensamente universais. Neste ponto, o autor define:

Considerar propriedades de posição deve impedir os sociólogos de transferirem indevidamente esquemas descritivos e explicativos de uma sociedade à outra, ou a uma outra época da mesma sociedade (BOURDIEU, 2007, p. 5).

Concluindo que:

É preciso englobar na simbólica da posição de classe não apenas os procedimentos expressivos, isto é, os atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer

ou saber, traduzem ou revelam aos olhos dos outros e, sobretudo dos estranhos ao grupo, uma certa posição na sociedade (uma vez que a percepção da situação de classe, tanto da própria como da dos outros, é espontaneamente 'estrutural') (BOURDIEU, 2007, p. 23).

Com isso, Bourdieu pretende acentuar características que muitas vezes passam despercebidas nos estudos referentes às sociedades, ou seja, a análise sobre as trajetórias sociais dos agentes, estabelecidas por meio das relações objetivas ou intencionais mantidas entre as classes, que ele classifica como as “regras do jogo da divulgação e da distinção”, onde, para o autor, são expressas as diferenças de posição e de situação.

Portanto, dentro do nosso estudo, a caracterização dos colaboradores do projeto da UPEL talvez possa ser realizada a partir da análise referente à “posição” que este grupo ocupava no cenário político da Primeira República, definindo assim uma “margem de variação” entre os chamados “intelectuais” do período, na tentativa de nos aproximarmos das nuances do trajeto social seguido por eles. Bourdieu define como “habitus” socialmente construído a categoria explicativa para as diferentes tomadas de posição dentro do que ele chama de “campo intelectual”, entendendo como sendo a informação mais importante a se buscar, quando pretendemos explicar as propriedades específicas de determinado grupo, justamente a “relação que se estabelece objetivamente entre a fração dos intelectuais e artistas em seu conjunto e as diferentes frações das classes dominantes” (BOURDIEU, 2007, p. 191). Para o autor, o percurso metodológico proposto para este estudo seria realizar primeiro a análise referente à posição destes intelectuais em relação à estrutura da classe dirigente, depois a análise da estrutura das relações objetivas que os diferentes grupos ocupam em um determinado momento de concorrência pela legitimidade intelectual, ou seja entender a lógica do campo intelectual e do campo do poder (como sistemas relativamente autônomos), para

aí sim tentar compreender a construção do “habitus”:

(...) como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Sendo assim, agora destacaremos alguns aspectos referentes ao “campo do poder” no momento de formação da República. José Murilo de Carvalho, analisando de maneira generalista a formação dos Estados modernos para a composição das “elites políticas” principalmente na Europa, mas também na América, identifica como sendo as principais inovações na estrutura organizativa do poder a formação de uma burocracia central, tanto civil quanto militar, e também a criação dos locais onde se representavam os interesses dos estamentos, os parlamentos. O autor destaca ainda a importância do “treinamento” das elites para o exercício de governo, principalmente os estudantes de Coimbra, e a “herança burocrática portuguesa”, ressaltando o papel dos juristas e magistrados para o caso da administração brasileira. Segundo Carvalho, a “homogeneidade” política da elite, treinada para o funcionalismo público e, em certo sentido, seu isolamento ideológico das ideias mais revolucionárias, com o predomínio da formação jurídica, foram importantes no pós independência para a construção e manutenção de um aparato estatal mais coeso, mais poderoso. Mesmo considerando

que a partir do último quartel do século XIX a elite política acabara por perder parte de sua homogeneidade inicial, característica esta ligada às maiores pressões por representatividade de interesses no interior do Estado, José Murilo destaca que o mais importante é “o fato de que a elite foi formada por desígnio político e foi em parte fruto da própria estrutura estatal por ela criada” (CARVALHO, 2006, pp.23-47).

Contudo, sob os desígnios de José Murilo de Carvalho, os intelectuais anarquistas que planejaram a UPEL, mesmo sendo em certo sentido herdeiros daquela formação “homogeneizadora”, são considerados indivíduos que atuavam fora do ambiente político ou então que estas atuações eram inexpressivas. No entanto, como sugerem MENDONÇA e FONTES (2012) com base no conceito de Estado ampliado do filósofo Gramsci – que entende a sociedade civil e a sociedade política unidas de forma dialética, considerando por tanto as formas de intervenção social das diferentes classes, grupos ou frações de classes, em constante disputa pela hegemonia – novas definições sobre os conflitos dentro do Estado devem ser analisadas. Portanto, a partir do pós-abolição, com a crescente complexificação da sociedade civil, integrando de maneira intensa os diferentes níveis da vida social, a ideia generalista de homogeneidade dos grupos políticos pode ser questionada tendo em vista a própria estrutura do *Estado ampliado* e todo o seu teor relacional, que para além do *Estado restrito*, passa a incorporar as organizações da sociedade civil em aparelhos privados de hegemonia. Entendemos com isso que podemos desta forma reproblematicar a participação destes grupos que, dentro e fora do Estado restrito, fizeram parte do ambiente político da Primeira República.

Sendo assim, quanto ao “habitus” constitutivo deste grupo “atípico” de libertários na formação da República, podemos refletir sobre as formações culturais que foram importantes para o vínculo organizatório, mas também os “atos sociais” que

podem revelar as posições de classe destes colaboradores. Como vimos, participaram da associação criada para a instrução dos trabalhadores, professores, sócios, administradores, secretários, propagandistas, entre outros. Além do médico Fábio Luz, do principal administrador da UPEL, Elysio de Carvalho, de Rocha Pombo e Curvelo de Mendonça, cujas trajetórias breves foram apresentados por nós, merecem destaque ainda alguns escritores e propagandistas da instituição que apresentaram alguma contribuição com o movimento ou com suas ações. Entre eles podemos nos referir ao crítico literário José Veríssimo, colaborador da já citada revista *Kultur*, apoiador do movimento anarquista, especialmente com a produção de artigos em periódicos, e o especialista em direito penal Evaristo de Moraes, nascido em 1871, estudioso das práticas dos anarquistas e advogado de muitos ativistas e sindicalistas durante a formação da República, especialmente quando estes eram presos em suas lutas reivindicatórias. Sobre Evaristo, devemos acrescentar ainda que foi um dos pioneiros militantes do socialismo reformista no Brasil, participando da fundação do partido socialista em 1902 e se destacando, no âmbito acadêmico por defender o direito de manifestações e greves pelos trabalhadores a partir dos novos dispositivos legais contrários às mobilizações operárias, criados com o repressivo Código Penal de 1890⁶⁹.

De maneira geral, identificamos como importante fator aglutinador destes indivíduos comprometidos com as questões sociais de seu tempo primeiramente as leituras dos chamados “revolucionários estrangeiros”. Com isso, a hipótese inicial de que estas leituras teriam fornecido ideias, táticas de luta, planos de ação, pode ser confirmada pelas próprias falas dos participantes do projeto, onde é possível identificar os autores libertários, os conceitos ácratas, as formas de organização, como foram descritas no decorrer deste trabalho. Podemos incluir aqui também, as referidas obras literárias de cunho social produzidas por alguns colaboradores, como Fábio Luz, cuja

⁶⁹ Ver FAUSTO, 1986, p. 234.

missão como intelectual engajado fora, segundo SEVCENKO (2003), sobretudo a conscientização dos trabalhadores quanto as injustiças sociais e políticas sofridas. Outra interpretação complementar sobre estas produções, entendidas como um movimento que utilizava a escrita com fins políticos, foi a definição de LUIZETTO (1987), “anarquismo literário”. Especialmente sobre a atuação como educador anarquista de Fábio Luz, Cunha propõe que este foi, sobretudo, um sujeito envolvido com a conquista de seu ideal, que ligava o magistério a uma missão de transformação social, atuando também na imprensa, tanto para desconstruir estereótipos inexatos sobre o anarquismo, quanto para mobilizar os trabalhadores para a luta, “que procurou, através da educação, uma forma de emancipação da consciência, por meio da formação moral, baseada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade”(CUNHA, 2013, p. 127).

Em *Ideólogo* (1903), por exemplo, Luz apresenta o personagem *Anselmo*, que preocupado com a pobreza, revela as aspirações libertárias em seus diálogos com *Alcibiades*, denunciando as injustiças sociais ao amigo, e divulgado suas ideias nos meios operários, entre elas críticas, mais uma vez pioneiras, à República oligárquica e a permanência dos problemas sociais⁷⁰, ao sistema penitenciário e as medidas e ideias lombrosianas⁷¹, às abordagens autoritárias dos sanitaristas⁷², às artimanhas do sistema financeiro, como a denuncia ao *funding loan* e suas consequências para os trabalhadores⁷³. Enfim, podemos demonstrar os aspectos anarquizantes referentes à socialização dos meios de produção, que revelam mais uma vez o conhecimento das leituras e ideias libertárias por Fábio Luz, que inclusive neste texto chega a fazer referência a Kropotkin⁷⁴, com o seguinte diálogo de *Ideólogo*:

⁷⁰ LUZ, 1903, pp. 43-44.

⁷¹ LUZ, 1903, p. 18.

⁷² LUZ, 1903, p. 125.

⁷³ LUZ, 1903, p. 24.

⁷⁴ LUZ, 1903, p. 154.

- Trabalharemos em comum no campo e nas oficinas; o produto de nosso labor será para toda a colônia; todos trabalharão e todos gozarão.

- Enriqueceremos!

- Para que riqueza? A felicidade não é um bem inestimável? Não haverá distinção alguma entre nós, a terra será de todos, e quanto ela produzir aproveitará a todos.⁷⁵

Os ambientes independentes de sociabilidade que estes grupos frequentavam, como a referida livraria Garnier, também contribuíram para a formação e reprodução do “habitus” entre os agentes participantes e o próprio *ethos* do grupo. Desta forma, quanto às propriedades de posição, concluímos que estes grupos não participavam efetivamente do sistema político parlamentar, do Estado restrito, até por que isto se configuraria, pelo ideário libertário, em algo totalmente contraditório. Entretanto, a partir da leitura de Bourdieu, podemos considerar que estes indivíduos acabaram se inserindo no jogo dos conflitos entre os grupos dominantes do período, por constituírem um campo de atuação relativamente autônomo e produtor de bens simbólicos, por meio das associações da sociedade civil. Com isso, podemos definir os colaboradores da UPEL como uma “fração dominada no interior da classe dominante”, Bourdieu explica a expressão da seguinte forma:

Enquanto os artistas e escritores 'burgueses' (DOMINANTES-dominados) encontram no reconhecimento que o público 'burgues' lhes concede e que muitas vezes lhe assegura condições de existência quase burguesas, as razões para assumirem o papel de porta-vozes de sua classe, à qual sua obra dirige-se diretamente, os defensores da 'arte

⁷⁵ LUZ, 1903, p. 70.

social' (dominantes-DOMINADOS) encontram em sua condição econômica e em sua exclusão social os fundamentos de uma solidariedade com as classes dominadas que erige como princípio primeiro a hostilidade com relação às frações dominantes das classes dominantes e com relação a seus representantes no campo intelectual (BOURDIEU, 2007, p. 193).

Neste sentido, a própria noção de “campo” subentende a ideia de que todas as produções culturais e simbólicas podem ser analisadas cientificamente e, para isso, para além de relacionar obra e contexto, Bourdieu propõe a ideia de campo como um universo intermediário onde são produzidos e reproduzidos os objetos simbólicos, no qual estão inseridos tanto os agentes como as instituições, universo este que para o autor “é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2003, p.20). Portanto, quanto aos usos sociais da ciência, o autor propõe a conjugação dialética das dimensões objetivas e subjetivas, escapando desta forma tanto da ideia de uma ciência livre de qualquer necessidade social, mas também daquela ciência totalmente vinculada às demandas políticas e econômicas. Segundo Bourdieu, os conflitos intelectuais devem ser entendidos como conflitos de poder – todo campo é relacional e disputativo –, onde o capital científico constitui uma forma particular do capital simbólico.

Finalmente, outro ponto de vista relevante, que complementa o entendimento sobre a atuação política dos participantes da UPEL, diz respeito a argumentação de Noam Chomsky sobre o papel dos intelectuais. Sem rodeios, o autor é enfático ao dizer já no início do texto que as responsabilidades dos intelectuais são profundas, eles devem ter por objetivo fundamental revelar os enganos, a falta de respeito com a “verdade”, os cinismos apresentados por governantes, por exemplo, ao tentarem justificar o

injustificável, as atrocidades cometidas por interesses econômicos, o desdém exacerbado pela miséria e pelo sofrimento dos menos favorecidos. Em suas palavras:

Los intelectuales tienen la posibilidad de mostrar los engaños de los gobiernos, de analizar los actos en función de sus causas, de sus motivos y de las intenciones subyacentes. En el mundo occidental, al menos, tienen el poder que emana de la libertad política, del acceso a la información y de la libertad de expresión. La democracia de tipo occidental otorga a una minoría privilegiada el tiempo libre, los instrumentos materiales y la instrucción que permiten la búsqueda de la verdad escondida tras el velo de deformaciones, de falsas representaciones, de la ideología y de los intereses de clases, a través de los cuales se nos da la historia inmediata (CHOMSKY, 1969, p. 20).

Exclusivamente para o nosso período de estudo, Chomsky atenta ainda para o que ele considera como o *moralismo hipócrita* presente, por exemplo, nos governos estadunidenses dentro das relações internacionais que tentavam ser estabelecidas e impostas para com a América Latina, complementando sua argumentação com a fala de 1902, do então político, diretor a partir deste mesmo ano da Princeton University, e futuro presidente dos EUA, Woodrow Wilson, de que a “tarefa” a ser ensinada aos povos coloniais era a “disciplina, o respeito as leis e a obediência”⁷⁶. Aqui, o autor propõe que, quando considera o tema da responsabilidade dos intelectuais, sua preocupação básica se refere ao papel desta na análise e na criação das ideologias. Segundo ele, os intelectuais, sobretudo, não devem permanecer silenciosos e apáticos frente as injustiças observadas, devendo se negar a participar de quaisquer atividades

⁷⁶ *Apud* CHOMSKY, 1969, p. 38.

que ajudem os Estados nestas agressões. No entanto, o autor não apresenta formulas a serem seguidas, as tomadas de decisão devem ser objetos do juízo e da consciência pessoal, defendendo, inclusive, a aplicação de medidas ilegais para se opor a governos indecentes.

Convém lembrar que Fábio Luz em palestra no dia de fundação da UPEL, revelou o cinismo dos representantes do poder público para com o tema da instrução dos trabalhadores, denunciando publicamente que aqueles, ao serem informados da criação desta associação, demonstrando também o mesmo *moralismo hipócrita* observado por Chomsky, declararam que “era cedo para cuidar-se de Universidades Populares”⁷⁷. Onde portanto os colaboradores da UPEL, animados pelo sentimento de dever social, não se mostraram apáticos frente ao desprezo demonstrado pelo aspecto educativo, revelando como intelectuais, os “enganos” e os interesses intrínsecos dos governantes sobre tal questão, e ainda se auto-organizando para promover sob as circunstâncias apresentadas uma instrução emancipadora e política para os trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

O problema discutido por nós girou em torno da participação de um grupo de intelectuais e trabalhadores predominantemente anarquistas durante os anos iniciais da República em uma associação comprometida com a instrução dos operários, visando especificamente a participação efetiva destes no ambiente político *lato senso*, sob perspectivas anarquistas cabe dizer, e como fim último a transformação social via educação e luta.

Para realização deste estudo, iniciamos com uma sintética contextualização dos

⁷⁷ O discurso e esta denúncia de Fábio Luz foram publicados em: *O Amigo do Povo*, 6 de agosto de 1904.

aspectos econômicos e sociais da então capital, considerados por nós importantes para uma melhor compreensão do ambiente em que a ideia de formação da referida associação foi possível, especialmente as transformações no cotidiano dos trabalhadores no ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro, bem como as diferentes resistências destes em forma de associações de luta nas fábricas e nas ruas. Por considerarmos a relevância das ideias anarquistas não só no período, como importante corrente organizatória do movimento operário, mas principalmente na preparação, organização e funcionamento da UPEL, apresentamos um panorama destas ideias no contexto internacional e suas apropriações e ressignificações, a partir da noção de circularidade cultural, no ambiente colonial da jovem República, com destaque para as reflexões que relacionavam educação e revolução social. Por fim, apresentamos a experiência de formação da UPEL, que refletia a intenção de construir uma nova mentalidade entre os trabalhadores, a partir dos próprios argumentos defendidos pelos participantes na imprensa. Vimos que a Universidade durou pouco tempo aqui no Rio de Janeiro, apenas alguns meses. Algumas pistas foram apresentadas sobre o fechamento da associação, contudo, o mais importante é compreendermos que uma experiência como esta depende de cooperação, de solidariedade e comprometimento com a questão social por parte dos colaboradores.

Podemos enfatizar ainda, que nosso estudo tentou apresentar a experiência de formação da UPEL através de uma leitura historiográfica libertária, crítica ao poder em suas diferentes e capilarizadas manifestações, e que se opõe portanto também àquelas interpretações sobre o período que tentaram desqualificar as ações anarquistas, classificando-as como pré-políticas, ingênuas, ineficazes ou românticas. Aqui, não deixamos de nos aproximarmos também da reflexão da historiadora Margareth Rago que, defendendo a revisão destas historiografias a partir da mobilização de leituras

focaultianas, tem como alvo de ataque o poder, suas instituições e defensores, ou as construções autoritárias do passado, revalorizando, enquanto estratégia de resistência a ele, as experiências de ação direta, muitas vezes ameaçadas por esquecimento por atores sintagmáticos opositores aos anarquistas. Nas palavras de Rago, sobre aqueles os quais a autora dedica seu trabalho:

(...) os anarquistas continuam a ser mal interpretados, por mais que, na atualidade, as práticas libertárias constituam as experiências políticas e façam parte das pautas dos inúmeros coletivos que pululam nas cidades, mesmo que não se autodenominem como anarquistas. São, contudo, profundamente críticos das relações de poder que se manifestam no cotidiano da vida social, dos micro aos macropoderes, das relações de gênero e étnicas às questões institucionais, não aceitam o regime de verdades que lhes é imposto de cima para baixo e reivindicam a própria autonomia (RAGO, 2015, p. 9).

Assim sendo, podemos também compreender o porquê foi considerado tão perigoso, pelos agentes do governo, o movimento anarquista - esta “planta exótica”, como definido no vocabulário jornalístico da época, em referência a ideias que teriam vindo com os imigrantes, ou europeias, e que não eram, portanto, “naturais” do povo brasileiro? Talvez por desconhecimento das próprias ideias anarquistas ou por estas representarem o fim dos privilégios de alguns poucos que governam. Claro que para quem estava no poder, naquele período, mas também hoje em dia, combater os propagandistas destes movimentos significava manter-se no poder, suprimir os opositores. Contudo, para aqueles que estão interessados na liberdade completa e permanente, lutar significa manter-se vivo, sob o pensamento de que a própria liberdade

está relacionada com a liberdade do outro, sendo definida desta forma. Por isso, a luta continua, buscando a distribuição coletiva. A riqueza social deverá ser colocada nas mãos dos produtores, organizados em assembleias regionais, federadas, onde, portanto, o Estado, fonte de toda opressão aos que trabalham, é combatido, deixando também de ser necessário.

As ideias anarquistas muitas vezes são taxadas de utópicas e não realizáveis em sociedades complexas. Cabe ressaltar que, antes da “Era das Revoluções”, por exemplo, a ideia de República era também considerada irrealizável em grandes regiões, pelos tradicionais conservadores, defensores da Monarquia e do Antigo Regime, onde a dominação e o controle dos súditos foram considerados necessários para “manter a ordem”. Os argumentos muitas vezes se repetem. Uma análise mais minuciosa da história nos permite identificar que muitas das críticas referentes às injustiças observadas nas sociedades são apresentadas primeiramente pelos libertários. Foram eles que pensaram, a partir de meados do século XIX, em uma educação laica, igualitária, para ambos os sexos, onde a relação entre professores e alunos não deveria ser hierárquica, muito antes dos pedagogos contemporâneos. Foram anarquistas também os que criticaram associação do direito penal com a “ciência”, ou pelo que na época era considerado completamente científico, a antropometria que, segundo Reclus em artigo de 1893, “iria transformar toda a França numa grande prisão” (RECLUS, 2011, p. 47). Os anarquistas de maneira geral trabalharam para a emancipação dos homens de todas as formas de autoridade, suprimindo assim todas as injustiças.

Dito isto, podemos compreender o projeto político dos colaboradores da UPEL, onde a instrução fora considerada como a grande responsável pela futura revolução social, naquela sociedade marcada pela hegemonia das oligarquias no cerrado cenário político parlamentar, como uma forma de ação libertária que buscava a transformação

social começando pela transformação nas bases, ou seja, a instrução profunda dos trabalhadores, buscando com isso a participação política destes nas lutas contra as diferentes manifestações de poder. Ou seja, o que propomos é que este grupo de intelectuais e trabalhadores, simpáticos aos ideais libertários possuíam, ou ainda, também estariam construindo um projeto político para o país nos primórdios da República, refletindo assim uma consciência política de uma cultura intelectual de combate, tanto epistemológica quanto prática, contra o capitalismo, suas instituições, seus defensores e apologistas. Entendendo, portanto, que quando o Estado não está presente a humanidade germina.

Fontes

Periódicos:

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1904.

Correio Paulistano, São Paulo, 1904.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1904-1905.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1904.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1903.

O Despertar, Rio de Janeiro, 1898.

O Amigo do Povo, São Paulo, 1903-1904.

O Paiz, Rio de Janeiro, 1903-1906.

O Protesto, Rio de Janeiro 1899-1900

Revista Kultur, Rio de Janeiro, 1904.

Bibliografia

- ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. *História do Anarquismo no Brasil*. Niterói, Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. II.
- ADDOR, Carlos Augusto. *Um homem vale um homem: memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
- ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. A crise do sistema penitenciário: capitalismo, classes sociais e a oficina do diabo. In: *Simpósio Nacional de História*, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *O sistema prisional no Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://museucarcereuerj.blogspot.com.br/p/sistema-prisional.html>>. Acesso em: 30 maio 2015.
- ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: Sevcenko, N. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.
- ANDERSON, Benedict. *Sob três Bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas: Editora da Unicamp; Fortaleza: Editora da UECE, 2014.
- APPIAH, Kwame A. *O código de honra: como ocorrem as revoluções morais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ARIAS NETO, J. M. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (org.) *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

AZEVEDO, Francisca. *Malandros Desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BAKUNIN, Mijail. *La instrucción integral*. Barcelona: José Olañeta Editor, 1979.

BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

BERTHIER, Réne. *Sobre 'Anarquismo e mudança social' de Gaetano Manfredonia*. Disponível em: <https://ielibertarios.files.wordpress.com/2017/01/sobre-anarquismo-e-mudanca-social.pdf>. Acesso em: março de 2017.

BESANCENOT, Olivier; LOWY, Michael. *Afinidades Revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Ed. UNESP, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. Lisboa: Edições 70, 2014.

BRUNO, Allyson. *Historiografia da atuação libertária: a produção dos anos 1980*. Ceará: UFC, dissertação de mestrado, 2002.

CAMPOS, Andreino. *Do quilombo à favela: a produção de "espaços criminalizados" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAPPELETTI, Ángel J. *Francisco Ferrer Guardia y la pedagogía libertária*. Madrid: La Piqueta, 1980.

CAPPELETTI, Ángel J. *La ideología anarquista*. Buenos Aires: Proyecto Espartaco, s/d. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/3929794/Angel-J-Cappelletti-La->

[ideologia-anarquista](#)>. Acesso em: dezembro de 2015.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

CHOMSKY, Noam. *La responsabilidad de los intelectuales*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1969.

COLOMBO, Eduardo; et al. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

CUNHA, Raphael. *Fábio Luz e a educação anarquista. Pedagogia libertária e experiências educacionais anarquistas no Brasil (1900-1920)*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2013.

DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão. *História do Anarquismo no Brasil*. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, Mauad, 2006. v. I.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal-Conselho Editorial, 2003.

FAUSTO, Boris. *Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 20, p. 6-37, mar. 1988.

FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira t.3 v.8).

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986.

FÉLIX, Fabiola. *Movimento Operário e Educação na Primeira República: A Prática Libertária*. Aparecida: Diálogos acadêmicos, 2012. Disponível em: <http://www.semar.edu.br/revista/pdf_ed3/ArtigoFabiolaFelix.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna*. Madrid: Ediciones Solidariad, s/d.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GUÉRIN, Daniel. *El anarquismo*. Buenos Aires: Ediciones Utopia Libertaria, s/d.

Disponível em:
<<http://www.marxistsfr.org/espanol/guerin/1965/elanarquismo/index.htm>>. Acesso em dezembro de 2015.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *El mundo del trabajo. Estudios históricos sobre la formación y evolución de la clase obrera*. Barcelona: Editorial Crítica, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IM HOF, Ulrich. *A Europa no Século das Luzes*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

JOMINI, Regina. *Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na Republica Velha*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

KROPOTKIN, Pietro. *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: Ed. Organizações Simões,

1956.

KROPOTKIN, Piotr. *La moral anarquista*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2008.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

LIMA, J. T. *A palavra e a pena: dimensões da militância anarquista de Fábio Luz (Rio, 1903/1938)*. São Paulo, PUC, dissertação de mestrado, 1995.

LOPES, Milton. A Universidade Popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *História do anarquismo no Brasil – Volume I*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2006, pp. 203-229.

LOPES, Milton. *Memória anarquista do Centro Galego do Rio de Janeiro (1903-1922)*.

Diponível em: <https://marquesdacosta.wordpress.com/artigos-do-npmc/memoria-anarquista-do-centro-galego-do-rio-de-janeiro-milton-lopes/>. Acesso em: setembro de 2016.

LUIZETTO, Flávio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional 1900-1920*. Tese de doutorado: Universidade Estadual de São Paulo, 1984.

LUIZETTO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LUZ, Fábio. *Dioramas – aspectos literários*. Rio de Janeiro: Editora Ravaro, 1934.

LUZ, Fábio. *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio. Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

MALATESTA, Errico. *Entre Camponeses*. São Paulo: Hedra, 2009.

MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.

MARTINS, Ângela. *Análise Histórica da Educação Libertária no Brasil no Início do Século XX. Anais da VII Jornada do HISTEDBR*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/AN%C1LISE%20HIST%D3RICA%20DA%20EDUCA%C7%C3O%20LIBERT%C1RIA%20NO%20BRASIL%20NO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MENDONÇA, Sônia; FONTES, Virginia. História e teoria política. IN: *Novos domínios da História*. CARDOSO; VAINFAS (Orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MERCIER, Lucien.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MORAES, José Damiro de. *Anarquismo no Currículo*. Rio de Janeiro: Revista de História, 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/anarquismo-no-curriculo>>.

Acesso em: 20 abr. 2015.

MORAES, José Damiro de. *Educação anarquista no Brasil da Primeira República*. Campinas: HISTEDBR, Unicamp, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Jose_Damiro_de_Moraes_artigo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

MORENO MARTÍNEZ, P. L. ; SEBASTIÁN VICENTE, A. *Las Universidades Populares en España (1903-2010)*. Múrcia: CEE Participación Educativa, número

extraordinario, 2010, pp. 165-179.

OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

PRADO, Antonio Arnoni. 1922 - *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *A propriedade é um roubo*. Porto Alegre: L&M Pocket, 2011.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. *Foucault, história e anarquismo*. Rio de Janeiro, Rizoma, 2015.

RAMUS, Gustavo. *Anarquismo cristão e sua influência no Brasil*. São Paulo: Revista Verve, nº 13, pp. 169-183, 2008.

RECLUS, Élisée. *Anarquia pela educação*. São Paulo: Hedra, 2011.

RIBEIRO, Alex Brito. *Revista Kultur: Anarquismo e literatura como prática de militância*. Anais do XV Encontro Regional de História da AMPUH-RIO. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512827_ARQUIV_O_Artigo-RevistaKultur.pdf> Acesso em: outubro de 2016.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RODRIGUES, Edgar. *História do Movimento Anarquista no Brasil*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

- RODRIGUES, Edgar. *Os libertários*. Rio de Janeiro: VJR Editores, 1993.
- RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.
- SAES, Flávio. *A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República*. Estudos Avançados, USP, v. 3, p. 20-39, 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a03.pdf>> Acesso em: julho 2015.
- SAID, Edward W. *A pena e a espada*. São Paulo: Unesp, 2013.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAID, Edward W. *Cultura e resistência*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé; São Paulo: Imaginário, 2002.
- SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o Anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.
- SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.
- SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Uma fracção da barricada: Neno Vasco e os grupos anarquistas no Brasil e Portugal*. Lisboa: Socius Working Papers, n. 1, 2004.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros De. *Elycio de Carvalho, um militante do Anarquismo*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas; Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura – MEC, 1982.
- SEVCENKO, N. *O Fardo do Homem Culto: Literatura e Analfabetismo No Preludio Republicano*. Revista Vozes, Petrópolis, v. 74, n. 9, p. 66-69, 1980.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na*

Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. Revista Usp, São Paulo, n.53, pp. 117-149, março/maio 2002.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SUZIGAN, Winson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.

THOMPSON, E. P. *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, D. Aarão. *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Transformaciones Globales: la antropología y el mundo moderno*. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2011.

VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. *O Processo brasileiro de industrialização: uma visão geral*. Louvain: X Congresso Internacional de História Econômica, 1990.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira. A Experiência Mutualista e a Formação da Classe Trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (orgs.) *As Esquerdas no Brasil: A Formação das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. v. 1.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*.

Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WOODCOCK, George. *Anarquismo – uma história das ideias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983. v. I e II.